

**UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: A MORTE REDISTRIBUÍDA



José Índio Alves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Alfredo Veiga-Neto

Canoas, março de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A morte¹**Vinicius de Moraes**

A morte vem de longe
Do fundo dos céus
Vem para os meus olhos
Virá para os teus
Desce das estrelas
Das brancas estrelas
As loucas estrelas
Trânsfugas de Deus.
Chega impresentida
Nunca inesperada
Ela que é na vida
A grande esperada!
A desesperada
Do amor fraticida
Dos homens, ai! Dos homens
Que matam a morte
Por medo da vida.

¹ MORAES, Vinicius. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

SUMÁRIO

Resumo.....	4
Abstract	5
Agradecimentos.....	6
Quando um médico, assistindo a um moribundo, cai. (Ou a hermenêutica de si mesmo)	7
ABRINDO TÚMULOS	13
Menires, dolmens e necrópoles: a morte nos livros de história.....	15
Parcas, Caronte, Alceste e Antígona: fragmentos mitológicos falando da morte	18
A morte no início da era cristã	25
O surgimento do cemitério	30
MORTE, CULTURA E SOCIEDADE	33
As palavras e a coisa	34
O outro mundo: o papel das religiões.....	38
A morte como mercadoria.....	43
A morte na pós-modernidade	57
A imortalidade: certeza para as celebridades, esperança para os demais.....	61
MORTE, BIPODER E BIOPOLÍTICA	65
Surgimento e evolução do biopoder e da biopolítica.....	66
As tecnologias de controle da morte	82
A linha-limite: densidade e espacialidade	93
A NOVA DISTRIBUIÇÃO DA MORTE	98
Conclusão	106
Referências Bibliográficas	111
Anexos	115

RESUMO

Teorizando a partir de um registro que se situa no campo dos Estudos Culturais e, por isso mesmo, valendo-me de um entrelaçamento de saberes que mescla arqueologia e genealogia, esparramo olhares de pesquisa em variados territórios do conhecimento para estudar as modificações ocorridas ao longo do tempo nas formas como os humanos têm enfrentado a morte e o morrer. A trajetória teórica procura respostas para uma questão inicial: estaria a morte ausente na cultura brasileira contemporânea? Especialmente, estaria ausente como um saber qualificado, como temática de educação?

Utilizando como plataforma de pesquisa as teorizações de Michel Foucault, escolhi, na *caixa de ferramentas* foucaultiana, os conceitos de *biopoder* e *biopolítica*. Ainda na mesma matriz teórica, aparecem os conceitos de *normatização*, *normalização* e *tecnologias de controle*. Com foco no estudo das formas de operacionalização do biopoder e da biopolítica, estabeleço uma base de compreensão das condições de possibilidades de desenvolvimento de dois aspectos sociais e educacionais distintos dentro de um mesmo contexto geográfico-temporal, quais sejam, por um lado, a espetacularização e mercantilização dos ritos funerários e, por outro, uma nova distribuição da morte nas práticas culturais. Surge assim a possibilidade de ver a morte não como objeto oculto ou ausente na rede dos discursos culturais – como inicialmente supusera –, mas, bem ao contrário, como algo extensa e intensamente presente no cotidiano, fazendo parte de uma complexa malha onde jogos de forças, ao promoverem a circulação dos discursos, veiculam normas e criam regimes de verdades.

A conclusão da pesquisa permite ver que a morte, na contemporaneidade, não se encontra oculta ou ausente, e sim redistribuída na economia dos discursos pela dinâmica do espaço cultural.

Palavras-chave: morte, biopoder, biopolítica.

ABSTRACT

Theorizing from the Cultural Studies and using an intertwining of knowledges that mingles archeology with genealogy, I have researched into several territories of knowledge to study changes occurred over time in the ways humans have faced death and dying in a theoretical trajectory that attempts to answer the question: would death be absent in the contemporary Brazilian culture? Particularly, would it be absent as a qualified knowledge, as a theme in education?

Using theorizations of Michel Foucault as a research foundation, I have chosen the concepts of bio-power and bio-politics in the Foucauldian *tool box*. In the same theoretical matrix, I have found the concepts of *normatization*, *normalization*, and *technologies of control*. By focusing on the forms by which bio-power and bio-politics can be operated, I have established a basis for understanding the conditions of possibility for the development of two distinct social and educational features within the same geographic-temporal context, namely, on the one hand, the spectacularism and merchandizing of funeral rites, and on the other hand, a new distribution of death in cultural practices. Then there is the possibility to see death not as an object that is hidden or absent in the network of cultural discourses – as I initially supposed – but, rather, as something that is both extensively and intensively present in daily life, as part of a complex chain in which force games disseminate norms and create regimes of truth while fostering the circulation of discourses.

The research has allowed for concluding that, in contemporaneity, death has not been either hidden or absent, but instead, redistributed in the economics of discourses through the dynamic of the cultural setting.

Key Words: death, bio-power, bio-politics.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGEDU da ULBRA que, ao darem compreensivo acolhimento a um médico na ambiência acadêmica da educação, evitaram que me sentisse um “estranho no ninho”.

Aos colegas, grandes incentivadores de meus avanços, um afetuoso agradecimento. Colegas presentes não apenas nas belas discussões temáticas, mas também nos delicados momentos em que nossas subjetividades puderam dialogar.

A meus queridos clientes, até então nomeados como *pacientes*, dedico este trabalho. Afinal, foi tentando entender como operavam neles, as dinâmicas da vida e da morte que iniciei o estudo dessa temática.

A Alfredo Veiga-Neto que, ultrapassando a função de orientador, sugeriu a abertura de estratégicas janelas que davam para uma vasta geografia do conhecimento, refletindo-se isso tudo não apenas em fabuloso aporte teórico mas, especialmente, em crescimento pessoal.

A meus filhos e netos, meu muito obrigado por terem entendido os momentos de reclusão e de isolamento.

Agradeço, com carinho muito especial, à minha parceira de jornada nesta vida. Sem a presença tranquilizadora e musical da Evinha, meu trabalho teria sido bem mais árduo.

Quando um médico, assistindo a um moribundo, cai (ou a hermenêutica de si mesmo)

E, cada vez mais, temos a sensação de que temos de aprender de novo a pensar e escrever, ainda que para isso tenhamos de nos separar da segurança dos saberes, dos métodos e linguagens que já possuímos (e que nos possuem).

Larrosa, Jorge. *Pedagogias Profanas*. 2004, p.7

A aparente tragicomicidade do título encobre (ou revela?) indícios das mudanças ocorridas em mim no período dedicado ao mestrado, um significativo tempo de fruição vital, ao mesmo tempo solene e inquietante. Caberia aqui questionar: o que faz uma história pessoal na apresentação de um trabalho científico? Pode um texto científico conter tais subjetividades? Em outras palavras, é permitido falar na primeira pessoa?

Fischer (2005), ao colocar em foco os limites, fronteiras e aproximações entre arte, produção científica e exposição de si mesmo, enfatiza o que Derrida (2004) chamou de *leitura assinada*: o texto final que se escreve com a paixão de se terem visitado os vários autores com quem nosso pensar se equilibra, se mescla e se tensiona. Isso significa que os autores lidos não aparecem apenas como assépticas citações, recortes pálidos e inertes, sendo, ao contrário, um texto com vida, com alma, um texto que possa saltar da página para encontrar guarida na alma do leitor. Nesse mesmo sentido, Nietzsche (1976) levanta a possibilidade de a beleza apenas aparecer quando houver uma embriaguez da vontade do pesquisador, a doce embriaguez de quem se entregou totalmente a uma temática.

Feitas essas considerações iniciais sobre as possibilidades da escrita pessoal no texto acadêmico, retorno ao título, ou seja, ao médico que, atendendo ao moribundo, cai. De que médico e de que moribundo estarei a falar? Que queda é essa?

O médico é a *persona* que socialmente venho representando nos últimos quarenta e um anos, autorizado a falar de saúde pelo regramento social e cultural vigente. O moribundo é o método científico, unitário e utópico, que não consegue mais resistir às investidas críticas das novas vozes e dos novos olhares ousados pela contemporaneidade. A perspectiva dos Estudos

Culturais – na qual este trabalho se insere – permite ver como claras as evidências de que vivemos uma era de um novo pensar. Um pensar que acima de tudo questiona os vários *absolutos* de prezadas utopias, sendo-lhes, na maioria das vezes, seu carrasco. O que foi um dia sacralizado não escapa de uma crescente desconfiança. E se, durante esse tempo, a cultura social me naturalizou como detentor do conhecimento científico e, por isso mesmo, autorizado a falar em nome dele, seria de esperar que meu discurso permanecesse mantendo a ortodoxia dessa mesma tradição.

Confesso: sentir-me-ia seguro e confortável com uma escrita no estilo acadêmico da rígida forma textual, apoiada, sustentada e naturalizada pelos sólidos conceitos da Ciência que um dia conheci, pela qual me apaixonei e que me dominou e me guiou até o presente. Cheguei a ensaiar algumas linhas nessa direção. Posso hoje dizer que tal procedimento ficou no passado. Recente, mas passado.

Foi por essa época que ocorreu um evento modificador em minha história, via de consequência, neste trabalho. Tal evento foi similar ao experimentado por Rousseau ao passear pelos Bosques de *Vinncenes*. Larrosa (2004) nos dá conta que Rousseau tropeçara entre duas linhas de sua leitura, indo-se ao chão. Prosseguindo a poética narrativa, conta-nos Larrosa que Rousseau valeu-se do lápis e da caderneta que levava ao bolso e, ali mesmo, começou a escrever algo extraordinário. Bem, o que ele escreveu é outra história. Volto à descrição de minha queda. Meu evento foi algo similar. Eu não circulava por Paris, nem mesmo estava caminhando e nem sequer ia visitar algum amigo de nome Diderot. Também não estava a ler o *Mercur de France*. Apenas iniciando o Mestrado, lia alguns livros, comodamente sentado em minha poltrona preferida (ou aquilo seria um banco, um banco acadêmico?), rodeado por meus queridos Tratados e Enciclopédias.

O que causou minha queda? Sem maltratar a curiosidade do leitor, apresso-me a relatar. Recém chegado ao Mestrado em Educação, lia Larrosa, Foucault, Bauman, Arendt, Deleuze, Derrida e Nietzsche, entre outros. Os textos (eu não percebera) haviam me retirado do seguro lugar onde tanto tempo estivera sentado e puseram-me a vagar, aparentemente sem rumo, por um tenebroso e obscuro lugar onde tudo era novo. Não apenas novo, era novo e desconcertante. E, apesar de tudo, assustadoramente apaixonante em sua imensa complexidade. Pois lá estava eu a caminhar, sondando novos caminhos (ou seriam textos?), ouvindo novos sons, revendo velhos temas como sendo novas imagens numa inusitada dimensão.

Houve tensão? Sim, recordo-me de ter, em vão, tentado correr, para em seguida tropeçar nas vigorosas raízes de uma velha árvore, caindo ao chão. Uma queda atraumática, apenas surpreendente. As raízes da velha árvore causaram meu tropeço e puseram-me a pensar, a pensar de um jeito novo, diferente e inquietante. Só então percebi que tropeçara nas sólidas raízes da velha árvore chamada Ciência, e minha alma chorou. Chorou por não conseguir desvencilhar-se totalmente dos ramos da velha árvore, a mesma que durante tantas décadas me acolhera em sua frondosa sombra, árvore da qual eu retirara os frutos nessa minha longa história.

Teimosamente levantei e, entre trôpego e assustado, olhei em volta, ainda pensando em ser resiliente². Mas algo fantástico ocorrera-me. Eu estava em outro espaço, em outro tempo, em outra dimensão. Ainda assustado, olhei-me no espelho e não me reconheci. A imagem parecia ser a mesma, mas a sensação era outra. Como se a imagem do espelho me questionasse: *afinal, quem és?* Quem sou? Como saber quem sou se nem mesmo eu *agora* me reconheço? Em vão procurei por apoio. Onde estavam todas aquelas narrativas seguras que me davam por um indivíduo assim e assado? Algo em mim havia mudado.

A partir daí, o pensamento científico puro e racional, lógico e absoluto, foi cedendo lugar a um olhar crítico nunca antes experimentado. Um novo olhar aliando-se a um novo pensar, inquietador e desconfortável. Às vezes, dando a impressão de estar olhando – inclusive a mim mesmo – a partir de outro lugar, uma ótica externa, “de fora”, a indicar o abandono da incessante busca de uma perseidade até então imaginada. Perdera todas as minhas certezas. Por instantes, lembrei-me novamente de Larrosa (2004), que, retomando o pensamento nietzscheano dizia:

o eu que importa é aquele que existe sempre mais além daquele que se toma habitualmente pelo próprio eu: não está para ser descoberto, mas para ser inventado; não está para ser realizado, mas ser conquistado; não está para ser explorado, mas para ser criado (Larrosa, Jorge. *Pedagogias profanas*. 2004 p.9).

Mas ainda restava em mim uma história. Uma história feita de muitas outras, narrativas sobre narrativas, nem todas reveladas, muitas secretas, mas todas minhas.

² *Resiliência* – Da física: qualidade que alguns corpos possuem de retornarem à sua forma original após terem sido deformados por uma força exterior.

Foi então que este texto começou a surgir. Surgiu como uma necessidade urgente e desesperada de salvar-me, salvando minha história, ou seja, tornando-a suficiente. E a suficiência de uma história está em compartilhá-la.

Início, neste trabalho, o compartilhamento de minhas histórias, numa tentativa de, em as dividindo, encontrar algum eco que ajude a novamente me narrar, agora em outra dimensão. A tentativa que farei para possibilitar tal compartilhamento será um trabalho difícil e pesado. Não obstante o peso e a dificuldade em levá-lo a cabo, ele não contém nenhuma promessa de que possa repercutir em alguma valia ao leitor. Nesse sentido, talvez seja importante salientar o fato de que o trabalho não pretende oferecer respostas, e sim perguntas. Não pretende ser prescritivo, e sim instigador. Não almeja a completude, uma vez que coloca espaços virtuais nas entrelinhas dos enunciados, espaços a serem preenchidos pela presença dos leitores nos silêncios das palavras. Acima de tudo, um trabalho que traz em seu bojo a indefinição de si mesmo pela singela razão de teorizar sobre uma temática tão real quanto ignorada, tão nossa quanto estranha, tão simples quanto assustadora – a morte.

Morte que será estudada por um médico que não estará a pensar como médico, mas como educador. Quiçá, um educador de si mesmo.

E por que mesmo, a morte?

O propósito de trabalhar nesta dissertação a possível dimensão pedagógica da morte, do morrer e suas temáticas correlatas poderia ser a simples continuidade das observações que, como médico, já vinha realizando nessa área, mas surgiu como necessidade exatamente na noite em que estive presente num painel em Porto Alegre, promovido pela Federação Unimed RS e pelo Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul sobre Ortotanásia. Em tal evento, constatei com surpresa que aquilo que fora preparado para ser algo grandioso, um produtivo debate científico sobre uma das formas de morrer, um encontro planejado com esmero para ser levado a efeito num magnífico auditório para mais de trezentas pessoas, um encontro cultural e científico reunindo uma plêiade de qualificados painelistas, tudo aquilo resultou na presença de oito médicos.

Nessa noite, percebi o quanto a medicina está afastada da morte, do quanto um tema dessa natureza é rechaçado e quase interdito como assunto científico qualificado. Esse fato produziu em mim um intenso desconforto, aquele desconforto mobilizador que acaba alavancando algum adormecido desejo. Posteriormente, ao comunicar a outros colegas meu

interesse em pesquisar e desenvolver o assunto, frequentemente recebi como resposta a desestimulante pergunta: “Estudar a morte? Não tens algo melhor para estudar?”.

Ao invés de me desestimularem, essas situações funcionaram como tavões³ a agitarem meu ser em busca do conhecimento, resultando nesta dissertação.

Aqui, coloco-me na posição de quem – como pesquisador – investe na postura questionadora de saber os *comos* e os *porquês* relativos à terminalidade da vida e também na posição de quem – como ser humano – deseja conhecer mais profundamente as possíveis formas de enfrentamento da maior de nossas certezas, nossa morte.

Penso na elaboração de um trabalho teórico a partir da metáfora do tecer artesanal. Tenho claro em minha mente como deverá apresentar-se o tecido teórico final, embora saiba que nunca atingirá a completude.

É pela escolha das linhas mestras que se iniciam as teorizações teciduais. Colocadas lado a lado, longitudinalmente, fixadas nos limites do *quadro*, formarão a urdidura, o conjunto de fios conceituais que irá percorrer o trabalho do início ao fim.

Escolhi para confecção da urdidura teórica os olhares histórico e sociológico, o que equivaleria dizer que vou trabalhar numa perspectiva arqueológica e genealógica. Percorrendo a linha do tempo, buscarei entender, do neolítico até o presente, as formas como os humanos trataram a morte. A linha histórica irá apenas descrever os elementos significantes de cada etapa estudada, enquanto a linha sociológica procurará entender quais foram as alterações culturais determinantes de tais práticas. Dispersos na urdidura, mas oferecendo-lhe sustentação teórica e fornecendo as cores vivas com as quais o tecido final se apresentará, estarão os conceitos de *biopoder* e *biopolítica*.

A trama, ou tecitura, o conjunto de fios transversais que se entrelaçam à urdidura para compor o tecido final, aproveitará facetas do pensamento foucaultiano, como, por exemplo, os conceitos de *normatização* e *circulação dos discursos*. Outro fio da trama, tratará das dificuldades da linguagem em criar um objeto que contemple as variadas características que a cultura atribui ao produto final do processo mortuário, o corpo morto. Outros fios de trama estarão presentes, entre eles, a *normalização* e a *normatização*, capturados da obra foucaultiana.

³ Tavão (*Rhaphiorhynchus pictus*): mosca da família das mutucas que persegue, pica e irrita o gado, em especial, eqüinos e bovinos, fazendo-os correr e agitar-se. Foucault, na aula de 06 de janeiro de 1982 no Collège de France, refere-se ao texto onde Sócrates cita o tavão: *Se me matardes, não encontrareis facilmente um outro homem [...]dedicado, pela vontade dos deuses, a vos estimular como um tavão estimularia um cavalo.*

O artesanato completa-se com o fio pedagógico fazendo-se presente ao entrelaçar educação, cultura e sociedade, na mesma medida em que tenta entender quais os jogos de forças determinantes de uma possível nova distribuição da temática morte-morrer nos discursos circulantes.

A morte está intimamente ligada à atividade médica, ao labor do médico, aos saberes médicos. Para início, será útil, portanto, situar a *persona* do médico na ambiência cultural hodierna. A partir dessa ótica, vou teorizar sobre a temática da morte, essa mesma morte que atingiu a todos os que me antecederam neste mundo e que um dia apontará seu dedo em minha direção. Ela, que tem andado sempre por perto nessa minha trajetória de quase meio século de carreira médica. Na verdade, mais perto dos outros que de mim. De qualquer forma, sempre a encontro por aí, ora vagando nos corredores do hospital – espiando para dentro dos quartos a vasculhar os leitos dos sofredores em sua macabra escolha –, ora escondida dentro do olhar opaco de um paciente terminal.

Sendo minha acompanhante em tantos anos, seria de se esperar que a conhecesse em detalhes. Bem ao contrário: mais a estudo, mais a desconheço. Sei que ela existe, ela sabe que existo, apenas isso. Autorizado a ser um defensor da vida, enfrento-a com frequência em grandes lutas pela posse dos mesmos pacientes. Às vezes, atuamos no mesmo instante sobre um mesmo ser – ocasiões em que, normalmente, ela ganha –, e mesmo assim continuo sem saber quais são as regras de seu jogo mórbido. Assim continua a morte, uma desconhecida para mim e uma desconhecida para os médicos, que dela só tomam conhecimento pelos devastadores efeitos que promove.

ABRINDO TÚMULOS



Neste capítulo, procuro por uma perspectiva cronológica da morte, onde o olhar investigativo recolhe alguns significantes sociais/culturais dos povos que nos antecederam. Trata-se de uma tentativa de reconstruir uma história da morte a partir do que dela restou: a sepultura e os restos mortais. Tenho consciência de que o material apresentado está finamente contaminado pelas subjetividades de tantos quantos contaram e recontaram as histórias que agora penso estar contando, incluindo-se aqui a minha própria. De qualquer forma, trata-se de um esforço para compreender as formas como os homens lidaram com a morte ao longo dos tempos, demonstrando como ela parece ter sido, em todas as épocas, um acontecimento de significativo valor para os humanos, talvez porque dela tenham consciência, como sugere Saramago:

O *Espírito-que-pairava-sobre-a-água-do-aquário* perguntou ao aprendiz de filósofo:

Já pensaste se a morte será a mesma para todos os seres vivos, sejam eles animais, incluindo o ser humano, ou vegetais, incluindo a erva rasteira que se pisa e a *Sequoiadendron giganteum* com seus cem metros de altura, será a mesma morte que mata um homem que sabe que vai morrer e um cavalo que nunca o saberá? (Saramago, José. *As intermitências da morte*. 2005, p.72).

O percurso cronológico recolherá inicialmente, em rápida passagem pelos costumes fúnebres no neolítico e nas antigas civilizações, aquilo que pode ser entendido como possíveis demonstrações de uma tendência à sacralização da morte. Serão apresentados alguns sítios arqueológicos onde menires e monólitos atestam a importância dada pelos antigos povos ao evento final da vida.

Em continuação, um olhar sobre algo da morte na mitologia greco-romana, porque penso ser a mitologia uma forma que os antigos romanos e gregos usavam para explicar o mundo e os fenômenos naturais.

Encerrando o capítulo, entro no tempo imediatamente anterior ao surgimento do cristianismo e nos primeiros três séculos da era cristã para uma tentativa de entendimento de quais foram as condições de possibilidade que resultaram no surgimento do cemitério como obra cristã e quais as bases da rotina ritualística fúnebre que acabaram por se caracterizar ao longo do tempo como tipicamente cristãs na cultura ocidental.

Menires, dolmens e necrópoles: a morte nos livros de história

Os mais antigos vestígios comprovados e datados sugerem algum tipo de tratamento dado ao cadáver neanderthalense. Seria uma semi-inumação em que o corpo morto era colocado em reentrâncias das rochas e coberto com outras rochas menores. Por tratar-se de nômades que ainda não participavam de vida grupal, são poucas as possibilidades de descoberta de sítios fúnebres dessa época. Alguns restos mortais de exemplares neanderthalenses mostram estranhas pinturas sobre alguns ossos, cujo significado permanece desconhecido.

Tendo-se organizado em comunidades fixas, o homem marca seu território e permite um estudo mais aprofundado de seus modos de viver e de morrer. É o caso da Anatólia, uma península limitada pelos mares Egeu, Negro e Mediterrâneo, hoje Turquia. Vários povos habitaram essa região depois da quarta glaciação, mas um, em especial, chama a atenção pelo elevado grau de desenvolvimento, o povo hitita.

No VII milênio a.C., existia na Anatólia⁴ a localidade de Satal Höyük, a 1000 metros de altitude. Lá, os arqueólogos James Mellaart, Alan Hall e David French encontraram, em 1958, várias urnas funerárias, com o que foi possível estabelecer com relativa precisão como eram tratados os mortos anatólios: o corpo morto era levado à colina mais alta e pendurado a uma altura segura do solo, de modo a impedir o ataque de cães, lá permanecendo para ser descarnado pelas aves de rapina. Só na primavera é que os corpos eram recuperados, envoltos em lençóis de tecido ou de pele e trazidos para a aldeia, onde seriam enterrados em suas próprias casas, a cerca de 60 centímetros do chão, embaixo das plataformas de pedra que serviam de cama. O fato de os corpos – por razões climáticas – serem recolhidos apenas na primavera explica a diferença no estado de descarnação dos cadáveres. Parece não existir nenhuma regra especial na forma de deposição dos restos mortais, já que foram encontrados cadáveres deitados de costas, mas também de lado, embora pareça dominar um tipo de posição fetal.

⁴ Todos os dados arqueológicos das páginas 14,15 e 16 foram retirados da obra: Conrad, Philippe. *Os hititas e as antigas civilizações anatólias*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1968.

Sob o solo dos santuários anatólios também foram encontrados restos mortais, neste caso em maior número e acompanhados de objetos, como joias e armas. Os objetos encontrados sob os santuários pareciam ser mais abundantes e mais requintados que os das casas comuns. Outro detalhe interessante é que, entre 400 corpos exumados, 11 deles eram esqueletos femininos e exibiam pinturas. Essas pinturas das ossadas eram feitas em ocre vermelho, mas foram também encontrados crânios pintados de azul ou verde. Na mesma região, especialmente na Trácia (hoje, parte europeia da Turquia), o pesquisador Kurt Bittel descobriu, em 1936, as tábulas de Boghaz Keuy com a descrição pormenorizada dos ritos funerários dedicados aos soberanos. Na noite que se seguia ao falecimento, o corpo era colocado em uma fogueira montada em cima de uma plataforma. Ao amanhecer, o que restasse do fogo seria apagado com vinho, ou *walhi* (bebida local), cabendo às mulheres recolherem as cinzas e restos de ossos calcinados, colocando-os num vaso de prata revestido internamente com uma camada de gordura e fechado em cima com um sudário. O ritual completava-se com oferendas de animais sacrificados e treze dias de festas fúnebres, quando o vaso funerário era depositado num túmulo. Não se sabe até hoje quais as razões determinantes que teriam levado certos corpos a serem queimados e outros, inumados, já que ambas as práticas parecem ter ocorrido em locais e datas coincidentes. De fato, na mesma Boghaz Keuy, o pesquisador Kurt Bittel encontrou uma necrópole com 72 túmulos, 50 dos quais contendo urnas cinerárias.

Desde o Paleolítico, alguns tipos de artefatos sugerem tentativas de associação dos mortos aos céus, como, por exemplo, os monumentos megalíticos com orientações estelares. Os menires e dolmens que serviam como túmulos marcavam os percursos do Sol, das estrelas e das constelações. Muitos desses monumentos tornaram-se lugares de culto. Alguns deles transformaram-se mais tarde em Igrejas romanas, numa tradição cultural que procura manter o elo entre a vida terrestre e o céu. No sul da França, na comuna de Carnac (Bretanha), uma fileira de 3000 monólitos alinhados, datados de 2000 a.C. (Figura 1), poderia ter sido construída para cumprir finalidades religiosas. Um grupo chama especialmente a atenção: o conjunto de dez filas com 1120 metros de comprimento, agrupando 1029 monólitos, chamado Kermario (cidade dos mortos). Os menires estão alinhados segundo alturas decrescentes, iniciando com cinco e terminando em pouco mais de dois metros de altura. O alinhamento dos topos monolíticos (orientados ao leste) conduz a um ponto no horizonte que corresponde ao aparecimento do Sol no solstício de verão. Mais ao sul, a câmara subterrânea de Kercado (Figura 2), com 6700 anos, exhibe ao redor uma linha circular de menires, muitos ainda

conservados em pé. O corredor que leva à câmara mortuária aponta para um local na linha do horizonte onde o Sol nasce no solstício de inverno. Alguns túmulos da região de Carnac, cuja data de construção vai do neolítico médio à época do bronze antigo, exibem ornamentos funerários, dentre eles, machados de pedra finamente polidos.

Outro conjunto, Kerlescan (“cidade queimada” em bretão antigo), inicia com um monólito situado a 300 metros a leste de Kermario. Esse *cromlech*⁵, hoje parcialmente destruído, com sua forma retangular, marca o início de uma aleia de pedras, com cerca de 13 filas organizadas por ordem de altura decrescente, de 4 m a menos de um metro, como nos



Figura 1 – Menires em Carnac (França)

casos anteriores. O alinhamento assim formado parece uma seta que se dirige para o ponto do horizonte onde o Sol nasce nos equinócios. Assim, o culto estelar associado aos ritos de morte parece não ter desaparecido, uma vez que, em muitos desses sítios, foram construídos os santuários

druidas e mais recentemente as igrejas romanas, numa tradição cultural que parece apontar para uma permanente manutenção do elo entre a vida terrestre e os céus.

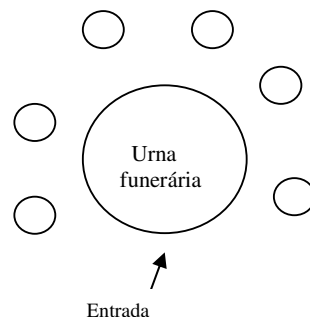


Figura 2 – A foto à esquerda mostra a urna funerária do *Kercado*. O gráfico à direita representa o *Kercado* completo, com a urna no centro e o grupo de menires ao redor.

⁵ *Cromlech* – Expressão inglesa para um conjunto de menires agrupados em círculo, na formas quadrada ou, ainda, elíptica. Em Portugal, usa-se o termo correspondente, “cromeleque”.

Parcas, Caronte, Alceste e Antígona: fragmentos mitológicos falando da morte

Por que a escolha da mitologia no início de uma resenha histórica? Acaso terá ela – como um significante histórico – valor de verdade? Penso que sim. Um mito não é uma mentira, não é uma ilusão, embora na conversa informal da contemporaneidade apareça com tal dimensão. Os povos antigos, não apenas os gregos, romanos e hititas, valeram-se da narrativa mítica para compor um sistema de significados que dava sentido aos eventos naturais e os explicava – dentre tais eventos, a morte.

Na mitologia romana, as Parcas (Moiras na mitologia grega) são as três deusas encarregadas do destino da existência humana. A mais jovem é Nona (Cloto na Grécia), cujo nome advém do fato de a contagem dos meses no calendário romano antigo dar-se pelas fases da lua, correspondendo o final da gravidez humana à nona lua. Nona tinha como principal labor recolher um alvo punhado de lã com o qual, metodicamente, teceria um longo e delicado fio – o fio da existência humana, desde o ventre materno. Depois da nona lua, com o fio já tecido, nasceria o bebê. Na lua seguinte, a décima, ele já seria um ser totalmente introduzido neste mundo, momento em que o fio de sua existência passaria a ser conduzido, controlado e cuidadosamente enrolado no carretel do tempo pela outra irmã, a deusa Décima (Láquesis para os gregos).

Ocorre que, como sabiam os romanos e gregos da antiguidade, a qualquer momento, a mais velha das três irmãs, a inflexível Morta (*ατροπος*=Átropos na mitologia grega), poderia, usando os poderes de sua tesoura de ouro, cortar o fio vital, sem respeitar a idade, a riqueza, o poder ou outra prerrogativa qualquer. De fato, o poder das Parcas não se limitava aos humanos, atingindo também os deuses, tal como nos conta Homero:

Hoje, dizem os deuses, descemos todos do Olimpo para participar deste combate e impedir que Aquiles venha a sofrer alguma coisa por parte dos troianos. No entanto, é preciso que ele se submeta à sorte que as Parcas lhe destinaram desde o nascimento, quando sua mãe o deu ao mundo (Ménard, René. *Mitologia greco-romana*. Vol I. Pág. 91).

Ao se cortar o fio da existência, caberia ao deus Mors (Tanatos na Grécia) a consumação do evento. Mors, a personificação da morte, era filho da deusa Nox (noite), sendo irmão gêmeo de Somnus (Hipnos na Grécia). Mors e seu irmão Somnus, a cada anoitecer, aproximavam-se de algum ser humano e disputavam quem o levaria consigo, cabendo à irmã mais velha das três Parcas a decisão.

Não obstante o seu poder, há relatos de Mors ter sido uma ou outra vez vencido, como ocorreu com o bandido Sísifo, que resistiu com tal vigor que conseguiu acorrentar Mors, de modo que já ninguém morria na terra, segundo Eustáquio. Mas tal estado de coisas, contrariando as leis universais, irritou Marte, que desceu do Olimpo, livrando Mors e conduzindo Sísifo ao inferno do padecimento. Eurípedes conta-nos também outro acontecimento: tendo Admeto recebido o aviso de que sua hora derradeira havia chegado, ele, que havia obtido das Parcas uma permissão especial para ser substituído pelo menos uma vez, procurou entre seus familiares e amigos quem desejasse morrer em seu lugar. Admeto esperava que seu pai, já em idade avançada, se oferecesse prontamente, o que não aconteceu. Eis então que sua esposa Alceste se prontifica e morre em seu lugar. Quando o cortejo já estava levando a alma de Alceste, Admeto arrepende-se de seu ato covarde. Para sorte sua, Hércules bateu-lhe à porta pedindo pousada e, mesmo sem ser reconhecido, foi recebido com muita amabilidade e hospitalidade por todos da casa. Quando soube do ocorrido, e vendo a dor arrependida de Admeto, Hércules, em retribuição à farta refeição e à esplêndida acolhida recebida, rapta Alceste das mãos de Mors, devolvendo-a a Admeto (Figura 3).

Eurípedes (485-406 a.C.), ao narrar pormenorizadamente tais acontecimentos, desenha um amplo panorama dos costumes fúnebres de sua época. Ele fala, por exemplo, da *bacia de água lustral*, um vaso cheio de água que era colocado no lado externo da porta que dava para o aposento fúnebre. Nessa água, mergulhava-se um tição retirado do altar e aspergiam-se os presentes numa cerimônia de purificação daqueles que haviam tocado o cadáver. Esse costume conduz ao pensamento de que, para os antigos gregos, aquele corpo, que até há poucos instantes era abraçado, acariciado e beijado por ser um corpo vivo, se torna, de um momento para outro, algo repugnante, contaminado e impuro pelo simples desaparecimento da alma. Inúmeros relatos e incontáveis gravuras dão conta da importância da alma como *essência vital* para os gregos e romanos. O despregamento da alma era considerado o fato maior, sendo o corpo morto apenas uma recordação do ex-vivente. É dentro dessa lógica que os mitos trabalham a morte: valorizando a saída da alma, tornando esse momento o mais solene de todo o processo mortuário. Assim, para tornar mais agradável o deslizamento da alma para fora do corpo e o início da viagem à terra do desconhecido, músicos tocavam flautas



Figura 3 – Hércules retira Alceste dos braços de Mors

enquanto faustos manjares eram servidos aos presentes, muitas vezes com espetáculos de dança (Figura 4).

Pela análise de inúmeros monumentos funerários, tumbas e mausoléus da antiguidade, alguns pesquisadores (entre eles, Ariès, Schmitt e Vives) concluíram não ter o final da vida a carga de intensa dramaticidade e sofrimento que os tempos mais recentes demonstraram. Nos túmulos, aparecem variados alto-relevos ou desenhos mostrando a alma sendo conduzida ao lugar dos bem-aventurados. Em muitos deles, Baco comparece mostrando os dois lados da existência humana: suas alegrias e suas dores e tristezas, representadas nas máscaras báquicas

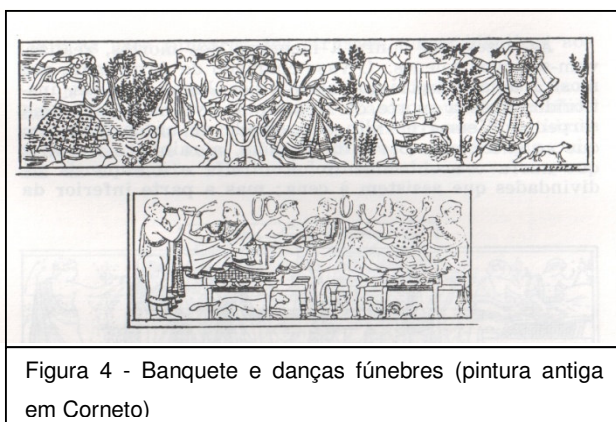


Figura 4 - Banquete e danças fúnebres (pintura antiga em Corneto)

cômica e trágica.

As narrativas nos dão conta da existência de um sofrimento por perda. Um sofrer que ensejava uma ritualística lutuosa desprovida de densidade dramática. Era apenas a singular dor natural da perda. O luto dos amigos e parentes fazia com que estes cortassem suas cabeleiras, jogando os fios de cabelo

em cima da urna fúnebre, tal como é descrito numa inscrição de um antigo túmulo:

As cinzas da encantadora Timas repousam neste túmulo. As Parcas cruéis cortaram-lhe o fio dos dias, antes que Himeneu⁶ acendesse para ela, os facho. Todas as suas companheiras cortaram corajosamente sobre o túmulo, a cabeleira (Ménard, René. *Mitologia greco-romana*, vol I, 1997, p 123).

A antiguidade greco-romana reconhecia no ser humano uma alma, a qual, no momento do passamento, deveria ser conduzida aos infernos. Na mitologia grega, os infernos eram representados pelo reino de Hades e não correspondiam necessariamente a um lugar específico de castigo ou purgação. Situado nas escuras profundezas da terra, tinha dois grandes rios, o Aqueronte e o Estige. Às margens do primeiro, estaria o velho barqueiro Caronte (Figura 5), encarregado de transportar as almas para o outro lado do lamacento rio:

Uma barba inculta e branca pela idade caracteriza Caronte. Das suas pupilas jorra o fogo; e sobre os ombros um nó grosseiro prende e sustenta uma veste suja. Ele próprio impele com o remo o fúnebre barco no qual transporta os corpos. Já é velho, mas a sua velhice verde e vigorosa é a de um deus (Ménard, René. *Mitologia greco-romana*, vol.I. 1997, p. 128).

⁶ Himeneu: filho de Apolo e Afrodite, representava na mitologia grega o deus da união matrimonial.

O fato de Caronte cobrar para exercer seu trabalho criou o uso de colocar uma moeda na boca do falecido assim que ele exalava o último suspiro, para pagar o barqueiro Caronte em sua fúnebre viagem.

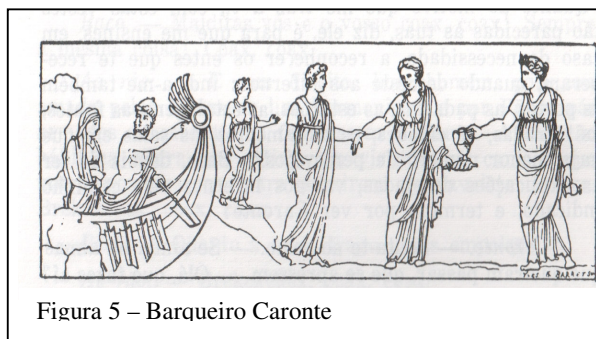


Figura 5 – Barqueiro Caronte

Na pintura de Miguel Ângelo *O juízo final* (Capela Sixtina – Vaticano), Caronte aparece batendo com o remo na cabeça dos viajantes para apressar-lhes o embarque. Às margens do Aquedonte, a multidão de sombras aguarda a travessia; mas o sombrio Caronte não transporta todas elas, conforme relata Virgílio:

As que são admitidas ao barco foram inumadas, pois não é permitido transportá-las para além dessas medonhas margens, e das tenebrosas torrentes, antes que um túmulo lhes tenha recebido os ossos. Privadas dessa derradeira honra, as sombras erram e esvoaçam durante cem anos, sobre tais margens (Virgílio IN: Ménard, René. *Mitologia greco-romana*, vol. I. 1997, p.128).

Após transpor o Aquedonte, as sombras deparam-se com Cérbero, o cão de três cabeças que, com seus terríveis latidos, impede qualquer retorno. Plutão, o rei das sombras, recebia os recém-chegados e encaminhava-os para o julgamento, em que os juízes Minos, Éaco e Radamanto decidiam pelo destino final das sombras, conforme suas ações em vida. As sombras que, com os corpos que habitavam, haviam desempenhado seus atos dentro das leis terrenas e divinas recebiam a recompensa, enquanto as outras eram condenadas à expiação, sob o comando da deusa Hécate (*ηεψατε*). Várias tragédias gregas falam dos suplícios destinados aos maus, da mesma forma como os poetas romanos, entre outros, Virgílio. De tais narrativas, talvez seja válido deduzir a existência de um código moral vigente na antiguidade cujo julgamento extrapolaria o do tribunal terreno, para uma resolução na instância judiciária divina.

A idéia de que os corpos deveriam receber uma cobertura, fosse ela apenas um punhado de terra ou um túmulo, correspondia a uma “lei divina”. Seria uma ofensa aos deuses deixar um corpo exposto às feras. Sófocles, em sua obra *Antígona* (1992), relata a obstinação de Antígona em dar sepultura a Polínicês, contrariando as ordens de Creonte, que ordenara que

ficasse ele insepulto. Antígona, ao cobrir com punhados de terra o corpo de Polínicês, pagou com a vida sua rebeldia.

Mesmo sendo descrita com expressões sinistras, a morte não aparece na arte antiga com o aspecto medonho que lhe deu a Idade Média. Na mitologia grega, era representada no sexo masculino, na figura do jovem Tanatos, aparecendo muitas vezes ao lado de seu irmão gêmeo Hipnos. Ménard (1997, p. 107) diz que “[Tanatos] é um adolescente nu, coroado de flores e encostado a um pinheiro, árvore da qual se faziam os fachos fúnebres”.

Eurípides (citado por Ménard, René. 1997, p.116) relata que, ao ser anunciada a morte de alguém na família, imediatamente a bacia de água lustral era colocada diante da porta do aposento fúnebre, ao mesmo tempo em que os moradores batiam as mãos sobre a cabeça aos gritos e soluços. Em pouco tempo, apareceriam no vestíbulo várias cabeleiras penduradas, em sinal de luto. Logo a seguir, iniciavam-se os preparativos para as danças e os banquetes, de que todos participavam, inclusive as crianças, os criados e os habitantes da aldeia. Muitas vezes, eram praticados jogos e torneios de arco e flecha em homenagem ao morto.



Figura 6 – Tanatos

As práticas mortuárias parecem não seguir alguma padronização geográfico-cultural do tipo oriente/ocidente. Assim, segundo Rimpoché (1997), em algumas tribos do Tibet, os cadáveres tanto poderiam ser despedaçados e lançados aos abutres quanto inumados ou mesmo queimados, já que no budismo tibetano o que conta não é tanto o tratamento dado aos corpos, mas sim o que o moribundo faz e o que os circundantes fazem com ele nesse momento especial que os tibetanos chamam o bardo da morte (Rimpoché, 1997, p.15).

Já em algumas comunidades hindus, era praticada a incineração crematória, com o fogo destruindo totalmente o ser, que seria dessa forma purificado de todos os seus pecados e poderia atingir o Absoluto. As cinzas não eram guardadas, sendo, ao contrário, jogadas ao vento ou sobre as águas. Com a incineração do corpo, desapareceriam todos os dados identitários, e consumava-se o total desaparecimento do biológico e do social.

Nos livros de história, nas narrativas mitológicas, nas esculturas e pinturas, na literatura e nas artes em geral, os ritos mortuários figuram no vasto catálogo que inclui desde os grotescos e macabros até os refinados e pomposos. Algum tipo de tratamento dado ao corpo morto parece ter estado presente em todas as civilizações estudadas.

As necrópoles etruscas, por exemplo, formam uma reunião de tumbas muito bem desenhadas e construídas que podem ser visitadas nos arredores de Perúgia e em certas regiões da Úmbria, na Itália⁷ (Figura 7).



Figura 7- Necrópole etrusca em Perúgia, Itália.

No Egito antigo, as pompas fúnebres foram a tal ponto desenvolvidas e aprimoradas que até hoje nos fascinam, assim como as civilizações americanas pré-colombianas.

Beauvoir (1990) relata que, em antigas tribos da Sibéria, especialmente entre os *chuckchees*, quando a velhice tornava os anciãos improdutivos, sentindo-se eles próprios envergonhados de seu estado, chegava um tempo em que se fazia uma grande festa e os velhos eram convidados a participar. Nesse convite, estava a idéia de que seriam homenageados. O velho poderia dizer não – ele ainda não queria ser homenageado naquele ano, talvez no ano seguinte. Os que aceitavam, reuniam-se com seus familiares na grande festa da tribo, em que comiam carne de foca, bebiam e dançavam junto com as mulheres e as crianças. Em determinado momento, sorrateiramente, o filho mais velho ou o irmão mais jovem aproximava-se por trás do ancião e, com o auxílio de um forte osso de foca, estrangulava-o. Todos continuavam dançando, comendo e bebendo felizes, inclusive o filho-matador, porque essa era a regra e o costume do lugar, fazendo parte do amor filial dar um final digno ao seu velho pai, o que precisava ser feito com alegria e coragem. Por sua vez, o velho, ao sentir em sua garganta a pressão do osso, relaxava e se entregava, pois sabia que precisava partir. A aproximação do filho por trás evitava o encontro dos olhares e um possível fraquejar do filho no momento decisivo. A família levava o morto para uma tumba já preparada e, no dia seguinte, a vida continuava normal para todos.

⁷ Observações pessoais de viagem.

Já entre os *hopis*, os índios *creek* e *crow* e também em bosquímanos da África do Sul, o costume era o filho mais velho levar o velho pai ou a velha mãe para o alto da montanha. Lá ele era abandonado junto com uma pequena porção de arroz e de água.

Os *dinkas* – povo do sul do Sudão – davam muita importância a certas pessoas, como os fazedores de chuva, os sacerdotes-médicos, os mestres da lança de pesca, dentre outros. Essas pessoas, quando se tornavam velhas e começavam a mostrar sinais de debilidade, eram enterradas vivas, embriagadas, em cerimônias festivas muito alegres das quais os futuros defuntos participavam voluntariamente. Era crença geral que, se esperassem para que o suspiro derradeiro viesse de forma natural, a vida da comunidade poderia extinguir-se com eles. Assim sendo, “guardavam” o suspiro final dentro de si, partindo então com toda a vitalidade. Dessa forma, a comunidade seria brindada com um rejuvenescimento, um renascer, um revigoramento do princípio vital.

Também na Sibéria, os *koriaks* não esperavam que a doença ou a velhice atingisse a linha limite. Em cerimonial para o qual se reivindicava, ou se pensava reivindicar, o consentimento do velho ou do doente incurável, estes eram executados por um certo golpe de lança. O cerimonial comunitário fazia com que mesmo as crianças participassem do evento.

Entre os hindus, aconselha-se levar o moribundo para fora da casa, permitindo-lhe morrer ao ar livre. De preferência, deve ser cremado no dia do falecimento. Logo após o último suspiro, o corpo é banhado e untado com pasta de sândalo. Se for masculino, será cuidadosamente barbeado. Logo após, será vestido ou embrulhado em finos lençóis e levado ao crematório num cortejo que avança o mais rápido possível, ao contrário do que ocorre no ocidente. O corpo do defunto é colocado de tal forma que os pés se orientem na direção do reino de Yama, o deus da morte, ao sul, ficando a cabeça orientada para o reino de Kubera, o senhor das riquezas, ao norte. Em muitas ocasiões, quebra-se uma vasilha de barro junto à cabeça do falecido para simbolizar a libertação da alma. A padiola onde foi carregado o corpo deverá ser queimada a partir de três tochas que foram acesas com o fogo sagrado existente na casa do falecido. As cinzas serão recolhidas entre o terceiro e o décimo dia e enterradas em mausoléu ou jogadas ao rio, preferentemente no sagrado Ganges.

A morte no início da Era Cristã⁸

Nos séculos II e I a.C. e mesmo durante quase todo o século I d.C., a cremação passou a ser, em Roma e em muitos territórios imperiais, a principal forma de tratar o corpo morto, embora coexistissem as práticas de inumação, não se sabendo ao certo as razões que determinariam, em casos específicos, a escolha de um ou outro método. Quando Yeshua ben(bar)-Yoseph (Jesus) passou a difundir suas ideias, novas questões surgiram no pequeno grupo de seguidores, em princípio, de maioria judaica. Esses primeiros fiéis enfrentavam a necessidade de compatibilizar velhas ortodoxias judaicas com os costumes e as regras de cada região em particular, as regras consuetudinárias. Os ensinamentos da nova crença foram, em parte, adaptados às realidades locais, o que, em certas ocasiões, gerava várias preocupações, uma das quais dizia respeito aos mortos.

Se, por um lado, muitos cadáveres ainda eram enterrados em grupos de tumbas ao longo das estradas que partiam de Roma em forma radial – podendo alguns deles ainda hoje ser visitados –, por outro, a cremação havia se estabelecido como prática comum em boa parte do território greco-romano. Ocorre que, pelas leis judaicas, o corpo do crente ressuscitaria um dia com toda a sua forma física, razão pela qual o cadáver deveria ser conservado em sua antropomorfologia, evitando-se a destruição pelo fogo.

Os primeiros fiéis cristãos eram judeus vivendo nas diversas cidades do Império Romano, razão pela qual muitos costumes advindos da lei do Talmud permaneceram na nova igreja e alguns vigoram ainda em nossos dias. Esse primeiro contingente de seguidores de Jesus não poderia aceitar a cremação, nem as ostentações de luxo nos ritos fúnebres, práticas contrárias às leis rabínicas. Ocorre que a esse grupo se reuniram, em número cada vez maior, as outras pessoas das localidades e mesmo os camponeses, os *gentios*, os não-judeus. Desse fato derivam importantes constatações. Em primeiro lugar, os judeus, em geral seguidores fiéis das leis, observavam a regra de enterrar seus mortos fora do núcleo de moradias e então o

⁸ Os dados arqueológicos deste segmento, bem como do seguinte, foram extraídos das obras: Vives, José. *La tumba de San Pedro y las catacumbas romanas*. Madrid: Editorial Católica, 1954.

faziam nas grutas naturais ou em grutas abertas na rocha, segundo uma das quatro maneiras seguintes:

1. Colocação do cadáver, coberto com o sudário, sobre uma plataforma contígua à parede lateral da tumba e obtida com a mesma rocha.
2. Um grande bloco de pedra era separado das paredes da rocha, sendo escavado a ponto de formar uma espécie de sarcófago onde o corpo era depositado.
3. Uma fossa era escavada no pavimento da gruta e coberta com uma laje.
4. Um nicho longitudinal era aberto na parede da rocha, por onde se introduzia o cadáver pelos pés, fechando a extremidade com um bloco de pedra.

Talvez seja importante lembrar que, nos primeiros tempos, o cristianismo era praticado – segundo Vives (1954) – no ambiente das sinagogas, razão pela qual os ritos funerários eram ditados pelas regras judaicas, principalmente no que tange às regras dos costumes locais, as leis consuetudinárias. A ruptura entre o grupo de seguidores de Cristo – ainda sem o nome de Igreja Católica – e a sinagoga teria ocorrido justo quando aumentava muito o número de fiéis oriundos do gentio, fazendo dos judeus uma minoria. Com isso, os ritos funerários foram mudando lentamente, abandonando-se aos poucos os aspectos consuetudinários e readaptando-se os ritos às realidades locais e étnicas.

A nova crença não estava organizada em seus primeiros anos de vida. Com a cisão entre Igreja e sinagoga e pela inexistência de templos próprios, os encontros litúrgicos passaram a ser realizados nas dependências de casas de fiéis, principalmente nas zonas mais afastadas dos núcleos urbanos. As casas das famílias reuniam então as pessoas do grupo familiar – os *gens* –, seus serviçais, os libertos e aqueles a quem o antropólogo Vives (1954) chama de clientes, ou seja, os gentios que, de alguma forma, se relacionavam com a família. Por todo o Império Romano do século I e mesmo do início do século II, o culto era, portanto, um evento realizado em propriedade privada, uma atividade privada. Disso decorre que os membros dessas famílias convertidos à nova religião tinham direito à sepultura no terreno da propriedade familiar. Daí que, num primeiro momento, os túmulos cristãos se misturaram aos túmulos pagãos⁹ já existentes. Ainda mais, os frequentadores de cada uma dessas casas – os clientes –, ao partilharem o mesmo espaço físico para suas cerimônias religiosas, acabavam

⁹ Pagãos: Do latim *paganus* = homem do campo, camponês. Pagãos eram os que professavam outra religião que não a judaico-cristã, os adeptos de qualquer outro culto politeísta, como era usual na cultura greco-romana.

por adquirir também o direito de ser enterrados no mesmo local. A resultante de tal ordem de coisas é que o conjunto de túmulos formado ao redor das casas era, do mesmo modo que o culto religioso, uma atividade de administração privada. Mantiveram-se, assim, muitas das tradições judaicas, tendo algumas delas alcançado nossos dias, como mostra a listagem a seguir:

Regras básicas para as cerimônias fúnebres do povo judeu:

(Em itálico, algumas regras básicas, retiradas do sítio Chevrakadisha.com.br/luto.htm#; em caracteres simples, os comentários)

1. *Fechar os olhos do falecido logo após a morte; para que cerre os olhos ao mundo físico e permita à alma contemplar diretamente a Deus.*

Tal costume foi preservado pelos primeiros cristãos, permanecendo até os dias atuais.

2. *Cobrir o corpo logo após o falecimento porque deixá-lo à vista fere o princípio de “kevod ha’met”, respeito pelos mortos.*

Também foi mantido pelos “judeus convertidos” e continua a ser executado em nossos tempos.

3. *Sepultamento o mais rápido possível, de preferência no mesmo dia, com exceção no Shabat e no Yom Kipur, durante os quais não se podem realizar sepultamentos. Segundo a mística judia, a alma só descansa depois de o corpo ser enterrado.*

Esse costume foi abandonado, principalmente depois do surgimento do pânico de um possível estado de morto-vivo, na idade média. Em decorrência desse medo, surgiu o *velório*: um tempo de aproximadamente vinte e quatro horas, durante o qual os familiares e amigos permaneceriam junto ao cadáver, observando-lhe possíveis movimentos.

4. *Keriá é um sinal de luto desde os tempos bíblicos e consiste em rasgar a roupa dos enlutados e, segundo a Tora, repete o gesto feito por Jacob ao receber a falsa notícia da morte de seu filho.*

5. *Manter velas acesas ao lado do corpo e no aniversário de falecimento. A chama eleva-se ao céu, auxiliando a alma a elevar-se.*

Trata-se de uma prática que os judeus mantiveram e que acabou por ser incorporada à nova crença. Permanece em parte nos tempos atuais como uso cristão.

6. *Lavar o corpo do morto. Assim como se lava o corpo do recém nascido para que entre neste mundo limpo e puro, assim aquele que morre deve entrar no outro mundo também limpo e purificado pelo banho do morto no ritual do tahará.*

7. *As paradas durante o cortejo fúnebre como demonstração da relutância em separar-se do ente querido.*

8. *Os parentes mais próximos jogam um punhado de terra sobre o caixão, significando que aceitam o preceito bíblico do retorno ao pó.*

É um costume cristão em algumas localidades.

9. Os caixões não devem ser ornamentados, assim como não há flores, simbolizando que depois da vida não há distinção entre ricos e pobres.

10. Lavar as mãos depois do enterro não por motivo de higiene, uma vez que a morte não é suja, mas porque a água é o símbolo da vida. Ao banhar as mãos, reafirma-se a crença de que a vida é superior à morte. Não se usam toalhas, pois as mãos devem secar livre e naturalmente, simbolizando o desejo de não obliterar os laços com o falecido.

Na atualidade, a lavagem das mãos parece não corresponder ao sentido original, e sim a razões higiênicas.

11. Comer ovos na primeira refeição dos enlutados como um símbolo do ciclo vital.

12. O Shivá (significa sete). São sete dias de luto, em que os enlutados ficam em casa, sem nenhuma atividade profissional ou de lazer.

Em geral, o mundo cristão reconhece três dias de luto profundo e seis meses de luto “social”.

13. Cobrir os espelhos da casa durante o luto (Shivá) para evitar quaisquer demonstrações de vaidade ou exposições de luxo num momento de dor e recolhimento. Os homens não se barbeiam nesses dias pelo mesmo motivo.

Em alguns locais, como, por exemplo, algumas comunidades do interior de Portugal, os homens ainda evitam barbear-se durante o período de luto fechado.

14. Sentar-se ao chão durante o Shivá é uma maneira de expressar que os enlutados estão próximos da terra, onde o falecido repousa.

15. O cadáver não deve ser cremado, já que a cremação é um rito pagão.

Pelo fato de os primeiros cristãos serem judeus, a cremação foi veementemente rejeitada, assim permanecendo por muito tempo. Só recentemente, já no século XX, a cremação voltou a ser aceita pelos cristãos.

Quadro I – Comparativo entre os ritos fúnebres judeus e cristãos

Pela presença dos costumes judaicos nos primeiros tempos da nova religião é que talvez se explique a inexistência de sepulturas com características tipicamente cristãs nos primeiros dois séculos de nossa era. De fato, as sepulturas misturavam costumes locais do país e das leis do Talmud e estavam sempre vinculadas a uma propriedade privada. Mais tarde é que se iniciaram os empreendimentos coletivos regidos pelas leis de Roma, em que a Lei das Doze Tábuas determinava que as sepulturas se situassem fora dos núcleos urbanos (*hominem mortuum in Urbe ne sepelito neve urito*). Fora dos núcleos urbanos significava fora das muralhas da cidade. As sepulturas poderiam, por outro lado, situar-se em hortos ou campos de

propriedades rurais. Os cadáveres eram então levados para fora dos muros e colocados em grutas ou declives naturais das rochas ou simplesmente logo abaixo do solo, no caso de terrenos planos, em especial às margens das principais vias de comunicação, que partiam radialmente da capital do Império. Cada tumba, ao receber o corpo morto de um cristão, tornava-se local sagrado, ficando sob proteção pontifical. Essa fração de terra, agora ponto religioso, era inviolável aos estranhos e inalienável ao poder civil.

Contudo, o aumento da população de fiéis enterrados nos domínios familiares ao lado de sepulturas pagãs começou a dar a esses sítios uma característica cristão-dominante. Aos poucos, as sepulturas cristãs foram sendo reunidas em grupos cada vez maiores, ao mesmo tempo em que se observava certo distanciamento entre estas e as sepulturas pagãs. Essa tendência aumenta no final do século II com a segregação das áreas pagãs e a reunião de um maior número de sepulturas cristãs em local separado. Esse movimento era fomentado pela Igreja – agora já formatada e organizada. O poder religioso encarregou-se de organizar espaços próprios destinados ao serviço das comunidades cristãs adscritas às circunscrições de centros litúrgicos de culto estabelecidos em territórios urbanos. Esse é um movimento social que revela a transferência dos espaços fúnebres de uma administração privada a uma administração religiosa. No final do século II e durante o século III, os proprietários das terras onde já existiam conjuntos de sepulturas cediam-nas à Igreja, que iniciava, então, o governo dos ritos fúnebres e dos locais de sepultamento. Tais locais, ao passarem de um regime de direito privado ao coletivo, vieram a constituir um novo elemento social, o cemitério. Muitos desses



espaços se transformaram mais tarde em templos, ao redor (e dentro) dos quais, os fiéis eram inumados. Os corpos dos santos, dos ricos e dos poderosos, estavam autorizados a receber sepultamento junto ao altar (*ad sanctus*). As pessoas comuns eram enterradas no adro do templo (Figura 08).

Figura 08 – Cemitério construído no adro do templo.

O surgimento do cemitério

O cemitério nasce no século III (Vives, 1954) como o local que a Igreja destina a seus fiéis para sepultamento de seus entes queridos. Salienta-se aqui que o cemitério é uma instituição cristã, não admite pagãos. A palavra *cemitério* provém do verbo grego *κοιμαω* (pôr a deitar, fazer jazer) + *τιπιον* (lugar de). Cemitério seria, portanto, o lugar de dormir ou dormitório. O vocábulo *cemitério* é tipicamente cristão e contempla a idéia de que, ao morrer, se passa simplesmente a um estado de sono, até ser “acordado” para a ressurreição.

Também se encontra a palavra *hortus*, que significa um conjunto de sepulturas geralmente ligadas a uma casa ou vila, já que o hábito de sepultar as pessoas nos terrenos das casas acabou por colocar sepulturas no lugar onde estavam plantadas árvores frutíferas, legumes e verduras. Os arredores da casa serviam tanto para o plantio das árvores frutíferas quanto para a sepultura dos familiares.

Em muitas descrições, como na obra *La Tumba de San Pedro* (1954), pode ser encontrada a palavra *Arenarium* a designar um conjunto de sepulturas dispostas logo abaixo da terra, especialmente em terrenos planos e arenosos, como os encontrados no norte da África, em territórios que pertenceram ao Império Romano. Outro termo muito comum, especialmente em Roma, era *cripta*. O termo *cripta* designava mais propriamente um núcleo cemiterial escavado no subsolo, sendo uma das formas mais comuns de descarte do corpo morto entre os gentios. Menos comum, por ser mais aristocrática, era a denominação *hypogaeum*, dada aos locais contendo uma sepultura subterrânea em cima da qual se elevou um monumento. O *hypogaeum* era, portanto, um símbolo de nobreza e alta categorização social.

Há um termo de uso contemporâneo corriqueiro, usado para designar as sepulturas romanas, as *catacumbas*. Trata-se de um termo desconhecido nos primeiros dois séculos (pelo menos com essa concepção), aparecendo e popularizando-se apenas no Renascimento, segundo Vives (1956). O termo *catacumba* foi usado quase ao final do século III apenas com significado topográfico para designar especificamente uma depressão do terreno existente na via Áppia, mais exatamente na terceira milha dessa via. Dizia-se então que, na altura da terceira milha da via Áppia, havia uma *catacumba*, uma depressão do terreno. Nesse local, no

ano 306 d.C., o imperador Majencio mandaria edificar seu majestoso circo privado. Mais tarde, nas dependências do circo de Majencio, o imperador mandou construir um magnífico monumento funerário para enterrar seu filho Rômulo, morto por afogamento no Tibre. O local ficou conhecido e popularizado, ensejando que muitas personalidades da época fossem ali enterradas. Entre tais personalidades, estava o mártir São Sebastião. A partir daí, o local, já famoso, passou a ser um ponto de sepultamento preferido dos cristãos, que queriam ver seus familiares sepultados junto aos santos (*ad sanctus*). Foi a partir desses eventos que se desenvolveu no local um grande cemitério, chamado oficialmente Cemitério de São Sebastião. Por estar situado junto à depressão existente na Via Appia, chamada *catacumba*, o cemitério recebeu a denominação genérica de *cemitérium in catacumba* (Figura 9). Pela importância que tinha, especialmente pelas veneráveis memórias que encerrava, ficou muito famoso, e multidões de fiéis passaram a visitá-lo. Com o tempo, o nome *cemitérium in catacumba* ficou reduzido apenas a *catacumbas*, que, por sua vez, mais tarde passou a designar genericamente todos os tipos semelhantes de agrupamentos funerários espalhados pela Roma antiga e característicos por sua origem sepulcral cristã, ou seja, locais onde estava sepultado pelo menos um santo cristão.

Durante o século III, os cristãos foram perseguidos em Roma pelos judeus que não aderiram à nova fé e pelo Estado, que não via com bons olhos os seguidores de Jesus. Talvez por essa razão haja um período histórico em que não se encontram muitos monumentos funerários cristãos, pelo menos no Império Romano do Ocidente dos séculos III e IV. A decadência do Império Romano e as invasões bárbaras ocasionaram uma fuga da população romana, especialmente dos mais nobres e poderosos. Muitos deles, já convertidos ao cristianismo, fundaram nos campos os primeiros feudos. Reiniciava-se, assim, a mesma sistemática de sepultamento em terreno privado, observada nos séculos I e II. Com as invasões dos bárbaros e a queda definitiva do Império Romano, a Igreja passou a fazer acordos com os novos senhores das terras, muitos deles convertidos ao cristianismo. A ruptura com os judeus ortodoxos deixou o caminho livre para o cristianismo pregar sua fé e estabelecer os ritos funerários definitivos. A implantação do cristianismo como religião oficial ofereceu a base sólida para que o morrer fosse organizado segundo os preceitos da nova religião.

Parece não haver evidências de mudanças significativas no descarte do corpo morto do século V ao XVII. Ao que se sabe, com exceção de algumas peculiaridades culturais de um ou

MORTE, CULTURA E SOCIEDADE



As palavras e “a coisa”

[A sintaxe...] aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente uma das outras) as palavras e as coisas.

Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. 1981, p.8.

A aparente brincadeira sugerida pelo título deste segmento é, na verdade, a tentativa de um triplo exercício. O primeiro – apropriação de rotulagem famosa – consiste em insinuar o uso da simbologia teórica implícita no título do livro de Foucault (1992) *As palavras e as coisas*. Apropriar-se de uma simbologia teórica significa, entre outras coisas, utilizar palavras ou expressões consagradas de outros autores para, com isso, fazer emergir na mente do leitor toda uma temática já trabalhada por seus analistas originais. Assim, quando coloco o título *As palavras e “a coisa”*, fica claro que tratarei de uma relação entre um discurso e uma realidade por ele criada. Uma narrativa auxilia a cultura social na tarefa de construção de seu mundo. E falar do mundo é falar de algo limitado. Limitado não pela existência de particularidades nas coisas do mundo, mas pelo criador dessas coisas, a linguagem. Wittgenstein (1982), ao tratar dessa temática, já dizia que “os limites do meu mundo são os limites da minha linguagem”. O título roubado de Foucault e por mim deformado analisará as palavras e *a coisa*, ou seja, *uma coisa* para a qual variadas linguagens, oriundas de heterogêneos olhares, fabricarão diferentes objetos.

O segundo exercício é a produção de uma deformação na expressão original, que passa de *As palavras e as coisas* para *As palavras e “a coisa”*. Uma deformação com aspecto de ajuste, de adequação, necessária para, ao manter o imanente referencial teórico da expressão original, efetuar ao mesmo tempo uma adequação à temática que desejo desenvolver. Para isso, utilizei a estratégia de manter-lhe fixa a primeira parte, reduzindo a segunda a partir do conectivo *e*. Reduzir significa, aqui, tomar o pluralismo – as coisas – que leva ao infinito, e

com o qual o filósofo se referia ao universo de tudo o que pudesse ser nomeado, e singularizá-lo em apenas um objeto, em apenas “uma coisa”, surgindo assim *As palavras e “a coisa”*. O terceiro exercício é uma tentativa de demonstrar a carência de um substantivo adequado, o que me levou a nomear como “coisa” o objeto de estudo oral. Em verdade, as três proposições descritas entrelaçam-se, justificam-se e complementam-se ao longo do texto.

Então, falarei da “coisa” e deveria logo a seguir esclarecer de que se trata essa “coisa” tão singular. Mas é justo nesse ponto que começam as dificuldades. Procurei, desde as primeiras páginas, deixar claro que o olhar investigativo que move todo este trabalho se debruça sobre o acontecimento terminal da vida do *ser*. Vejamos, então: se durante a vida toda o que temos é um *ser*, o que passamos a ter depois que essa mesma vida acaba? Teremos um *não-ser* ou um *pós-ser*?

A questão que proponho a partir disso é: em que esconderijo linguístico encontrarei seu signo discursivo? Que recurso de linguagem se poderia usar para criar um conceito que contemple a idéia de uma representação daquilo que até há pouco era a clara e definida linha da existência, agora transformada pela morte em apenas um tênue, esfumado e indefinido esboço, condenado ao desaparecimento definitivo a cada momento? Essa dificuldade incomoda, e é disso que agora tratarei.

Um dos recursos de “nominação” veio do pensamento biológico, aquele que trata de um refinado modo de organizar os eventos naturais como *funções*. Esse pensamento, base da fisiologia moderna, tem origem no *princípio da organização pertinente*, segundo o qual, em ordem crescente de importância e complexidade, cada corpúsculo desempenharia no interior da célula uma determinada tarefa, que, por sua vez, teria sua função específica no interior do tecido. Tecidos com características semelhantes comporiam um órgão, que, a seu turno, desempenharia um papel próprio na economia do organismo. A partir dessa idéia de funcionalidade, surgiu a palavra *defunto*, etimologicamente oriunda do latim *defunctio* (o que não tem mais função, o que deixou de funcionar). Talvez seja interessante observar aqui que *defunctio* não é sinônimo de inexistência de função, mas sim, de uma funcionalidade que um dia existiu e deixou de se exercer. *Defunto* remete, dessa forma, a um estado de *imprestabilidade*, na medida em que algo que tinha em sua funcionalidade sua razão de existir passa, ao deixar de funcionar, ao estado de algo imprestável, que para nada serve. Essa funcionalidade era a representação de uma necessidade, de uma utilidade. O indivíduo é

funcional, é *naturalmente* necessário. O *defunto*, ao não funcionar mais, perde sua condição de necessidade, de utilidade.

A linguagem moderna criou também o *falecido*. Palavra derivada do latim *fallencia*, *ae* (falta, insolvência), mantém a mesma linha de significância, segundo a qual algo – neste caso, alguém – faliu, entrou em falta. Mas aqui não é mais o pensamento biológico que opera, mas sim o pensamento empresarial. Aqui temos uma visão fundada nos saberes da sociologia, da sociologia do mundo operativo, do mundo do trabalho e da empresa. Ao nomear *algo* como *falecido*, estamos falando de algo que deixou de atuar como elemento do sistema, provocando uma falta, uma falha. O *falecido* é a representação discursiva da falta operacional. O *falecido*, por ser um desorganizador social, não é bem visto, não é desejável e é considerado culpado pelo vazio que causa, pelo rompimento do *continuum* produtivo. Não é o ser em si mesmo que faz falta, é o papel que ele desempenha no mundo que vai deixar de ser cumprido. É a *falência* que torna o *falecido* indesejável – falência como filho, como pai, como cônjuge, como ator social, enfim. Assim, enquanto o termo *defunto* remete a uma falha biológica, *falecido* demonstra uma falha social. Tal idéia de utilidade pode estar plenamente encaixada nos conceitos de uma sociedade voltada para a produção. Não importa se falo de um *fordismo* ou de um *taylorismo*, de um capitalismo pesado ou *light*, falo de uma organização social que se estrutura pela produção e pelo consumo. Um ambiente cultural onde um indivíduo se justifica na medida de sua utilidade a essa cultura.

O latim apresenta-nos o termo *finis*, *is*, com o significado de “fronteira, limite”. O antepositivo *fin*, pela simples troca do *n* pelo *m*, originou a palavra *fim*. Desse mesmo radical latino, obtivemos *finitude*. A partir do conceito de *fim* como término, limite, fica fácil entender a necessidade de um verbo que descrevesse a ação de produzir esse término, de declarar esse limite. Estava criado o verbo *finar*. Conjugando o verbo *finar* em todos os seus tempos, chegamos ao particípio *finado*. A palavra *finado* carrega consigo a noção de que algo – nesse caso, alguém – atingiu o limite, chegou ao final. Visto numa ótica superficial, *finado* apresenta-se com um sentido delimitador que poderia se referir tanto ao biológico quanto ao social. Acredito que *finado* possa operar melhor como um conceito social, uma vez que o *finado* é uma representação discursiva com identidade própria, a mesma identidade do agente social que lhe deu origem: *finado fulano de tal*. Essa identificação do morto, essa manutenção de uma identidade pessoal igual ao ex-vivo não aparece em *cadáver*, *morto* ou *defunto*, apenas em *finado* e *falecido*. Então, quando falo de *finado* ou de *falecido*, estou-me referindo

especificamente a alguém em particular e consigo visualizar na tela subjetiva da representação social o papel ocupado pelo personagem em foco. *Personagem* aqui tem a exata significação de alguém que detinha (ou estava inscrito numa) *persona*. Então, é dentro dessa idéia de *persona*, uma idéia de papel social, de utilidade cultural, de *recurso humano*, que *finado* encontra sua ambiência representacional.

Já a palavra *cadáver* não se refere nem ao ente biológico que se constituía como uma vida, nem à fundamentação biológica da funcionalidade do organismo, tampouco à falha operacional da sociedade capitalista. Ela simplesmente referencia o corpo morto. No *cadáver*, não há uma identidade, como ocorre no *finado* ou no *falecido*. Um cadáver é apenas um corpo morto, um corpo tombado, caído, já que uma das etimologias propostas para cadáver vem do verbo latino *cadere* (“cair, tombar”). *Cadáver* seria o que tombou, o que, por não possuir mais a possibilidade de manter-se em pé, deixou de possuir também condições de existência.

Cadáver, finado, falecido, morto: qual desses termos contém a verdade essencial? Indiferente aos nomes que os humanos dão ao produto de seu labor, a morte segue seu rumo produzindo o objeto que denominamos *corpo morto* e deixando que a complexidade da dinâmica cultural desenvolva um repertório de signos, todos incompetentes para o exercício de uma representação. De qualquer forma, o que parece ficar claro é a impossibilidade de o discurso conter por completo “a coisa”.

Assim, inversamente à posição da morte como algo definitivo, as narrativas sobre ela situam-se na indefinição – por transitórias, incompletas, inconcludentes. Mais complexas são as possibilidades de estudo do *depois*.

Para facilitar o entendimento do *post-mortem*, várias culturas desenvolveram uma narrativa que situa os mortos em outra dimensão, portando ainda suas identidades e participando de algum tipo de experiência vital, como demonstrarei no segmento a seguir, onde sublinho o papel desempenhado pelas religiões.

O outro mundo: o papel das religiões

Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por uma outra, singularmente mais poderosa.

Foucault, Michel. *História da sexualidade I*. 1984, p.130.

Etimologicamente, ainda persistem dúvidas sobre a correta origem do termo “religião”. Sabe-se que é composto do antepositivo *re*, a indicar a repetição de um evento em nova formatação ou em nova dimensão. A dúvida persiste na segunda parte do vocábulo. Os conceitos de *re-legere* – significando uma “releitura” – e de *re-ligare* – indicativo de uma nova ligação terreno-divinal – seriam as proposições mais aceitas. Essa proposta vinculadora talvez tenha sido uma das possibilidades que permitiram a algumas correntes de pensamento se organizar em instituições, dentro das quais pode ocorrer o desenvolvimento de uma práxis litúrgica. Thiollier (1990) em seu Dicionário das Religiões propõe a origem latina do termo: *religare* = ligar e *religio* = cuidado, culto. Amplia logo a seguir para “culto prestado a uma Divindade”. Já Challaye (1962) recorre ao *Dictionnaire Larousse* para dizer que religião é “o culto voltado à divindade”. Neste trabalho, coloco *religião*, no singular, no campo epistemológico que compreende toda a estrutura de inteligibilidade onde seja possível encontrar algum tipo de vinculação – ou pelo menos alguma tentativa de ligação – entre humanos e alguma(s) divindade(s).

A morte parece ter estado, de longa data, a serviço das crenças. Pelo fato de ignorar-se o que se passa depois do último suspiro, o *post-mortem* serve para a construção das mais variadas fantasias, gestadas na rede interativa sociocultural. Ao capturar as fantasias populares, a religião apodera-se do além-vida e pode construir uma messiânica mensagem. No afã de levar o homem a um paraíso prometido ou de evitar que ele caia na desgraça do castigo sem fim, a religião usa a vida terrena como trabalho preparatório ao viver eterno, uma estratégia denunciada e veementemente criticada, especialmente por Nietzsche.

Ao sintonizar com a idéia de existência de outro mundo, de outra vida, há que se providenciar o detalhamento de todos os procedimentos envolvidos no processo de transição. Como há uma *passagem* desta vida para outra, o homem opera ou sofre um *passamento*. Opera, caso se pense na morte como aprioristicamente instalada no ente biológico; sofre, caso a entendamos como evento cujo comando ou condicionante esteja fora do ser.

De qualquer forma, desde a Antiguidade, o *rito de passagem* parece ter sido, em várias civilizações, um ato religioso. De longa data, os místicos e sacerdotes aproximam-se do moribundo para orientar a sua viagem em direção ao outro mundo. Essa concepção de viagem já existia na mitologia grega, onde Caronte seria o barqueiro encarregado de levar as almas ao destino eterno. Seja por via fluvial, marítima ou aérea, frequentemente a idéia de uma viagem apresenta-se nas narrativas culturais. E quem viaja vai de um lugar a outro. Para onde iam e continuam indo os mortos? Na Grécia antiga, iam para Hades, o aterrador reino subterrâneo governado pelo deus de mesmo nome. Para esse reino viajavam todas as almas, boas ou más, guiadas por Hermes, para lá tornarem-se sombras.

O cristianismo, em seus primórdios, parece ter-se valido das narrativas mitológicas que davam conta da existência de um deus do sono, Hypnos, irmão gêmeo de Tanatos (deus da morte), usando estrategicamente os dois irmãos: sendo gêmeos, colocou Hypnos em primeiro plano, fazendo com que se entenda como sono aquilo que o gêmeo Tanatos está produzindo. Estaria criada, a fantasia do sono. Doravante, familiares e amigos dirão, frente ao corpo jacente, que o indivíduo está dormindo, está descansando em paz. O conceito de sono vai ser fundamental para a criação de um dormitório (*koimeterio*) para que os humanos durmam em paz.

Nessas primeiras épocas do cristianismo, até o final do século XIV, predominava uma escatologia segundo a qual os mortos ficariam dormindo até o final dos tempos, ocasião em que despertariam para o grande dia, para a grande reunião universal, o dia do juízo final, após o que os condenados e os abençoados seguiriam para seus respectivos territórios eternos. Com o passar do tempo, já a partir do século XV, o julgamento foi sendo antecipado e individualizado, passando a ser feito junto ao leito do moribundo, no instante final. Nessa ocasião, o moribundo repassava mentalmente a sua vida, confessava seus pecados e pedia perdão num *confiteor* que poderia salvá-lo. Como persistissem dúvidas sobre a completa remissão dos pecados nessa confissão derradeira e para garantir mais segurança àqueles que, mesmo sendo piedosos, haviam pecado, criou-se um estágio purificador intermediário entre o

céu e o inferno, o purgatório – lugar para purgar, ficar livre de impurezas. O purgatório foi “projetado” em 593 pelo papa Gregório I como o lugar onde ficariam aqueles que haviam morrido em estado de graça, mas que ainda não estavam suficientemente purificados para encararem o Todo-Poderoso frente a frente. O Concílio de Florença “inaugurou” oficialmente, em 1439, o novo espaço purificador.

Ainda assim, parecia estar deficiente o esquema salvacionista. Afinal, todos deveriam ter um destino *post-mortem* amplamente divulgado entre a população, a qual deveria saber de antemão que condutas tomar para garantir o gozo eterno. No esquema de controle das almas, faltava um lugar para as crianças que não tiveram tempo de ser batizadas. A arquitetura dos espaços celestiais foi novamente remodelada para abrigar um novo compartimento, destinado a esses pequenos. Coube ao papa Gregório I, no século IV, a criação do limbo, local entre o céu e a terra para onde iriam as almas inocentes que, mesmo não tendo cometido pecados mortais, não poderiam subir aos céus por não terem sido redimidas do pecado original pela ação do batismo. O limbo permaneceu funcional até nossos dias, pois foi somente em 2005 que o papa Bento XVI convocou cerca de trinta teólogos para uma “reengenharia celestial” com a finalidade de fechar as portas límbicas. Encerradas as atividades do limbo, as alminhas infantis estão, de 2005 em diante, aptas a alcançar diretamente o paraíso.

Para os protestantes e evangélicos, não existe o limbo, já que as crianças são consideradas puras e inocentes, tendo assegurado o direito ao céu por ocasião de sua morte.

Mesmo que os conceitos de céu e inferno como lugares de recompensa e castigo eternos tenham se esvaecido nos últimos tempos, perdendo muito de sua densidade representacional no imaginário coletivo, continua presente em boa parte da população atual a idéia de outro mundo. Um mundo que é muitas vezes citado como sendo melhor que este em que vivemos nossa “vida terrena”, pois enquanto aquele é narrado como éden, este é um “vale de lágrimas”. Dessa forma, nas cerimônias fúnebres, é comum ouvirem-se expressões como “partiu desta (vida) para uma melhor” ou “está num lugar melhor que o nosso”.

A religião, articulada ao comércio e ao *marketing*, comanda boa parte da ritualística mortuária. No Brasil, os ritos fúnebres do período compreendido entre a morte e o descarte do corpo – o *velório* – são realizados numa sala de propriedade ou de empresas funerárias, ou da administração cemiterial. Ocorre que o lugar, ao receber o nome de Capela Mortuária, adquire *status* de templo, local de realização de atos litúrgicos, mesmo que secundários. Com isso,

obrigam-se todos os indivíduos, sejam eles pertencentes a qualquer religião ou mesmo agnósticos e ateus, a terem seus ritos fúnebres executados num ambiente religioso.

Um pouco antes do enterro ou da cremação, é realizada a *recomendatio*, ou encomendação, ocasião em que o padre ou pastor, pela ação de preces, “recomenda” o seu cliente a Deus. É usual um culto ou missa no sétimo dia pós-falecimento, com a finalidade de unir as vozes de muitos fiéis a reforçarem os pedidos para que a alma do defunto seja aceita nos céus. Novamente, no trigésimo dia e depois de um ano, rezam-se missas ou cultos pela salvação da alma do falecido, ocasião em que todos são convidados (inclusive pelo jornal) a comparecerem para fortalecer o coro das orações salvadoras.

Ao pregar a existência de outra vida, um lugar fantástico – por isso mesmo chamado de paraíso –, onde os bons e os justos serão recompensados, a religião opera aquilo que Foucault denomina uma *tecnologia de controle e governo*. Construindo um paraíso no outro mundo – um local maravilhoso onde as almas estariam na eterna convivência do belo e do harmônico, da paz e da abundância – e, ainda mais, ao determinar quais regras de conduta são exigidas para o alcance das maravilhas anunciadas, a religião governa os corpos. O morto terá avaliadas, pela religião, todas as suas ações. Seus pensamentos mais secretos, sua conduta sexual, sua frequência à igreja, tudo será computado na hora da morte.

A religião, ao anunciar claramente que detém o governo do destino da alma, controla o sujeito. As práticas disciplinares incluem rigorosas prescrições quanto às práticas sexuais, à distribuição de um amor fraterno conjugado com bondade e benemerência, assim como exige um irrestrito amor e respeito aos pais. Embora algumas dessas prescrições sejam anteriores ao cristianismo (algumas já figuravam no Código de Hamurabi), outras surgiram tardiamente, já nos séculos XIII ou XIV. Mas as restrições às práticas do prazer homossexual e da masturbação serão sublinhadas pela Igreja justamente quando o horizonte cultural vê nascer o biopoder. É do lado da ciência médica que surgem as primeiras advertências (Foucault, Michel. *A história da sexualidade II - o uso dos prazeres*, 2007, p.19). O “desperdício” de sêmen é tratado pela medicina como uma degeneração que pode corromper o corpo e o espírito, levando inclusive à loucura ou à morte.

Mais ainda, para aumentar a eficiência de suas estratégias de controle, a religião implementa-as ao usar a idéia de uma entidade superior onipresente que tudo sabe e tudo vê. Aos sujeitos – a quem já havia sido amplamente difundido o código dos comportamentos, as regras de conduta, as prescrições obrigatórias e as proibições definitivas – foi dada a conhecer

a poderosa presença de um fiscal maior. Ao declarar que há um controlador-mor, a religião cria um deus, segundo o modelo foucaultiano de um panótico. Fica, assim, instituído o medo como ferramenta auxiliar de governo.

Às prescrições e proibições religiosas circulantes na cultura, associou-se, ou melhor, articulou-se, a norma disciplinar veiculada pelo saber médico, ensejando um jogo cultural de controle e governo, o qual, uma vez normatizado e naturalizado, passou a produzir efeitos de verdade. O biopoder, agora entrelaçado aos jogos de forças religiosas e jurídicas, constitui-se em discurso biopolítico que toma assento nas instituições. Dizer que o discurso biopolítico toma assento é o mesmo que dizer que ele encontra, nas práticas sociais, seu ponto de ancoragem, já que *instituição* tem aqui o valor conceitual que Foucault lhe dedicou, ou seja, toda atividade social que não seja discursiva (*Microfísica do Poder*, 1993, p. 247).

A morte como mercadoria

O que quer que façamos e qualquer que seja o nome que atribuamos à nossa atividade, é como ir às compras, uma atividade feita nos padrões de ir às compras.

Bauman, Zygmunt. *Modernidade líquida*. 2000, p. 87.

A morte pode servir como algo negociável, comercializável e rentável, enfim, como mercadoria. Por mais cruel que tal afirmação possa parecer, ela se apresenta ao presente estudo como real possibilidade.

Já na mitologia greco-romana aparece algum tipo de comércio fúnebre operando uma transação necessária ao cumprimento dos ritos processuais. Lá, o barqueiro Caronte, encarregado de levar as almas ao outro lado do rio Aqueronte, no reino de Hades, exigia uma moeda como pagamento de seus serviços. Dessa narrativa mítica, surgiu o costume de colocar uma moeda na boca do moribundo para pagamento do barqueiro.

No final do século I d.C. e mesmo nos dois séculos seguintes, a praça ao redor das igrejas – local de inumações – era o ponto de comércio preferencial onde mercadores, dançarinos, malabaristas e charlatães tentavam ganhar seu dinheiro. Havia, no lugar habitado pelos mortos, um intenso comércio entre os vivos.

Neste segmento, vou estudar os acontecimentos comerciais mais evidentes e como se dão essas operações comerciais. Serão abordados também os temas relativos à estética da morte: algumas técnicas de “embelezamento” disponíveis para comercialização que podem se referir tanto ao corpo morto quanto ao ambiente do funeral, ao transporte e às técnicas de descarte do cadáver, práticas de uso corrente no mundo ocidental.

O escritor português José Saramago, em seu livro *As intermitências da morte*, facilitou em muito meu trabalho de pesquisa. Na referida obra, o autor desenrola uma interessante trama, que inicia na primeira linha do livro com a seguinte frase: “Naquele dia ninguém morreu”. A partir daí, Saramago faz um pormenorizado relato dos aborrecimentos sociais, políticos, legais, jurídicos e, principalmente, econômicos que a ausência da morte causa numa sociedade. Ao descrever os transtornos econômicos causados pela falta da morte nesse hipotético país, ele traz à luz uma imensa lista de atividades lucrativas que devem seu

progresso econômico-financeiro exclusivamente à morte. Sem a morte, não há lucro, não há atividade comercial nos setores envolvidos, e toda a ordem social fica abalada. Com maestria e um refinado humor, o autor leva a pensar sobre o comércio da morte. Então, quem lucra com a morte em nossa sociedade contemporânea, especialmente no Brasil?

Sendo a morte algo temido e causador de pânico, ela deve ser evitada. Disso decorre que a simples idéia de que existe uma morte rondando por aí cria as condições para a instalação e funcionamento de um sistema mercantil cuja atividade primária está centrada nas técnicas de afastamento ou adiamento da morte. O conjunto de profissionais dessa rede de atendimento, montada para servir à vida, afastando, portanto, a morte, iniciou com a atividade médica e espalhou-se por um número cada vez maior de especialistas. Além do médico, figuram hoje no sistema da saúde, os psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, odontólogos e uma imensidade de tecnólogos, enfim, uma rede de serviços organizados e remunerados. Em outros termos, uma cadeia de serviços comerciais, colocada a serviço da vida, orientada pelo biopoder para estimular, proteger, prolongar e garantir a vida. Toda essa estrutura de serviços e os produtos a ela associados – medicamentos, material médico-hospitalar e tantos outros – talvez não existissem nessa intensidade caso não houvesse a morte.

O mesmo temor de que a morte possa um dia chegar, mais ainda, chegar inesperadamente, sem aviso prévio, leva muitas pessoas a tomarem uma série de providências com o fim de assegurar aos familiares que ficam uma situação econômica segura. Estou falando do seguro de vida, uma garantia que se paga em vida para que a família possa continuar sua trajetória sem maiores problemas. Mais uma atividade econômica que movimenta somas gigantescas de dinheiro, sustentada apenas pela possibilidade de a morte um dia aparecer ao pagante.

Feitas as contas de quanto um indivíduo de classe média investe (ou gasta?) anualmente apenas nos dois itens anteriores e multiplicadas pelos anos de pagamento e pela população pagante, muitos se surpreenderão com o poder que a morte tem de alavancar negócios. Mesmo antes de sua chegada, ela promove e estimula outras transações. Por exemplo, não são poucas as pessoas que descontam em sua folha de pagamento uma significativa parcela de seu salário para a constituição de um pecúlio e auxílio-funeral.

A prática original dos judeus de só serem enterrados em terreno de sua propriedade (ou de sua família), tendo sido absorvida pelos cristãos, originou o hábito da compra de terrenos nos cemitérios e, muitas vezes, a construção de túmulos para um uso futuro. Tal prática acabou por tornar-se sinônimo de certo *status* social e/ou econômico. É comum, no linguajar coloquial brasileiro, ao se fazer referência a alguém que esteja em más condições financeiras, ser usada a expressão: “fulano não tem nem onde cair morto”, indicando que aquele que tiver alguma posse terá um terreno no cemitério, terá uma propriedade permanente. No afã de cumprir essa determinação social, algumas pessoas compram seus terrenos mortuários, sua “última morada”, muitas vezes com certo sacrifício econômico e, frequentemente, em parcelas mensais. Se a preferência for a cremação, esta também poderá ser adquirida em muitas prestações, segundo planos de assistência que, em geral, constituem pacotes de serviços. Em tais pacotes, podem estar incluídos os traslados do hospital ou da casa até a capela mortuária, os preparativos do corpo morto e procedimentos básicos oficiais e sociais. O custo de tais pacotes é muito variável e fica muito atrelado ao nível financeiro do futuro defunto. Na Figura 10, apresento um exemplo de pacote funerário em vigor no Brasil, no ano de 2008, onde é possível optar entre os vários “produtos” ofertados.

Ao comprar um terreno no cemitério, o futuro morador, para obter a propriedade legal dessa porção de terra, deve oficializar a compra no Registro de Imóveis, em mais uma atividade comercial morte-dependente. O registro é a única garantia da posse real da terra, uma assertiva que pode ser comprovada pelo *slogan* que muitos cartórios utilizam na capa do documento: “Quem não registra não é dono”.

A partir da compra e registro de um terreno cemiterial, inicia-se outra atividade econômica, a saber, o pagamento anual de imposto municipal, idêntico ao chamado IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), esteja ocupado por um corpo ou não. Disso se conclui que um cidadão urbano, uma vez tendo existido, pagará o imposto para sempre sobre a propriedade territorial, cabendo a continuidade desse emolumento aos sucessores. Vale lembrar que o custo de um terreno nos cemitérios é diretamente proporcional ao tipo de cemitério e, neste, à localização. Assim, os terrenos situados ao longo das avenidas e alamedas principais são de valor muito mais elevado que os da periferia, situados junto aos muros. Também existe uma diferença significativa de preços entre os cemitérios “comuns” e os grandes “parques mortuários”. Muitos cemitérios contemporâneos fazem publicidade em jornais, revistas e mesmo na televisão. Um dos pontos salientados nas propagandas como

sendo o diferencial positivo de tais cemitérios é a idéia de que em tais locais reina a paz e a tranquilidade, aliada a um paisagismo impecável. Uma paz e uma tranquilidade que podem ser questionadas quanto a serem realmente necessárias, na medida em que não tenho certeza se os cadáveres ali enterrados podem se beneficiar de tais características. No entanto, parece que essas peculiaridades são suficientes para que tais locais trabalhem com tabelas de preço bem mais altas que os cemitérios comuns – do que talvez se pudesse deduzir que, apenas pela ameaça de um dia nos atingir, a morte já está produzindo efeitos econômicos muito antes de aparecer.

Uma vez de posse de um terreno, o candidato ao seu uso opta por construir o túmulo ou deixar para que sua sucessão o faça. Um túmulo pode ser desde uma singela construção de alvenaria, habitualmente revestida por simples reboco de argamassa ou, ainda, lajotas, cerâmica, pastilhas ou *fulget*, como pode ser um mausoléu em granito ou mármore, variando os preços enormemente em cada tipo e em cada região do país. De qualquer forma, em sua construção estarão envolvidos vários profissionais da construção civil, numa atividade que proporciona importante movimento comercial.

Agora vou examinar o caso do indivíduo a quem a morte finalmente tenha alcançado. Mesmo que qualquer leigo possa dizer que ali está um morto, será oficialmente requisitado o trabalho do profissional médico para uma comprovação legal e definitiva, um trabalho que também exigirá um pagamento, mais uma atividade comercial.

Uma vez transformado em cadáver, quer dizer, com sua condição de morto estabelecida e confirmada pelo saber do médico, cabe a este profissional preencher o formulário que habilitará o morto a receber tratamento adequado a seus restos. O médico é novamente chamado para emitir o documento oficial, o atestado de óbito. Ninguém será inumado ou incinerado sem o devido documento corretamente preenchido. Nos casos de cremação, as leis brasileiras exigem que um segundo médico ateste formalmente e co-assine o documento, numa prática burocrática que não foge às regras do comércio, uma vez que se trata de serviço remunerado.

Com a morte confirmada e atestada pelo saber médico, é possível dar início aos rituais funerários necessários para que decorra o tempo hábil até o sepultamento, um tempo que, sendo geralmente superior a dez horas, possibilita a todos os familiares uma espécie de certeza extra de que aquela morte é realmente uma morte irreversível. Secularizada desde os tempos

mais tardios da modernidade até a contemporaneidade, a tarefa de programar e realizar os ritos fúnebres tem sido delegada a empresas privadas.

Trata-se de um comércio altamente lucrativo, uma vez que sempre existirão clientes, o qual movimenta milhões de dólares e possibilita a existência de inúmeros empregos diretos e indiretos. No Brasil, a feira de artefatos funerários FUNEXPO atrai milhares de negociantes, bem como curiosos. Nessa feira, são expostos “os últimos lançamentos do setor”, objetos, adornos e serviços que, segundo a publicidade, tornarão “inesquecíveis os últimos momentos passados junto a seu ente querido”.

Em vários *sites* da Internet, são encontráveis as tabelas de preço para cada categoria de serviço. Um corpo morto pode receber como invólucro desde um simples caixão de madeira simples, até algo descrito no catálogo como “extraluxo”. Vejamos alguns itens comercializáveis:

1. Caixão. Geralmente de madeira, podendo ser de alumínio, fibra de vidro, plástico ou mesmo aço inoxidável, é confeccionado por empresas especializadas, em tamanhos e formas variados. A descrição de um caixão de luxo identifica alguns itens diferenciais que justificam seu preço elevado: formato, a madeira usada, o acabamento dado à superfície da madeira, os metais, como alças e parafusos da tampa, e muitos outros itens.
2. Ornamentos do caixão: a urna fúnebre pode estar revestida de um tecido leve, mas o mais comum é o revestimento com um tecido nobre, cetim ou seda, em desenho pregueado e cobrindo uma superfície acolchoada. É usual a colocação de uma segunda faixa de tecido pregueado junto à borda, às vezes terminada em renda. O véu que cobre o corpo é de tecido leve, geralmente *voal*, na cor branca ou violeta claro.
3. Câmara-ardente: um conjunto de velas ou de lâmpadas que ornem a cabeceira do caixão. A escolha pode ser desde simples velas a grandes candelabros dourados.
4. A capela mortuária: recinto onde é realizado o velório. Costuma ser uma sala de propriedade de empresa funerária ou do próprio cemitério. Geralmente leva a denominação de *capela mortuária*, indicando que ainda persiste uma ligação religiosa no comando dos rituais mortuários. O termo *velório* advém do verbo *velar*, que significa “estar a postos, cuidar, manter vigília”. Parece ter sido introduzido no século XV, por ocasião dos episódios relatados como “morto-vivo”. A partir de então, o cadáver era vigiado por amigos e familiares durante um tempo adequado (doze a vinte e quatro horas) para a certificação da irreversibilidade

daquele estado. Durante o velório, a tampa do caixão geralmente permanece aberta, exceto nos casos em que as deformidades produzidas no corpo (como no caso de acidentes) tornem constrangedora tal exposição.

As capelas mortuárias são locadas com diferentes valores, segundo critérios de tamanho e do conforto oferecido aos presentes. A maioria dispõe de cozinha auxiliar, com geladeira, fogão e forno micro-ondas. Equipamentos que liberam água mineral e latas de refrigerantes, bem como máquinas automáticas de café, estão geralmente presentes nas capelas de “alta classe”. Em muitas delas, há um sistema de som ambiente, com a possibilidade de a família escolher, entre um vasto repertório, as músicas que serão ouvidas durante o velório. Nas salas mais pomposas, podem ser contratados músicos, que executarão ao vivo músicas clássicas ou populares, em solos de violino ou em grupos com formação do tipo orquestra de câmara.

Um “pacote funerário” considerado de alta classe, mas que está longe de ser considerado luxuoso, é oferecido como “Série Ouro” e consta de:

Uma Mortuária de Luxo, modelo sextavada, envernizada, com visor e alça de varão, no tamanho adequado à necessidade;

Ornamentação interna de urna com flores naturais disponíveis na ocasião;

Montagem de parâmetros (ESSA) de acordo com o credo religioso;

Carro para remoção e cortejo fúnebre limitando-se a 150 km (compreendendo ida e volta), dentro do município em que ocorreu o óbito;

Providências administrativas legais para a realização do funeral;

Expediente completo junto ao Cartório de Registro Civil, inclusive no que concerne à expedição de Certidão de Óbito com o acompanhamento da família;

Serviço de Atendimento Funerário;

Um véu específico para a ornamentação de urna;

Velas próprias para o velório, quando necessário;

01 (um) jazigo com 3 (três) lugares no Cemitério Parque da Paz.

SERVIÇOS PERSONALIZADOS

50 Necrologias c/ foto (carta de luto) e Missa de 7º Dia;

Serviço completo de copa (café, biscoito e açúcar);
 02 (dois) arranjos de flores NATURAIS;
 02 (duas) Coroas de Flores Naturais;
 Pétalas de Rosa p/ o Sepultamento;
 01 (uma) caixa de ossos;
 Efetuar junto aos familiares o serviço assistencial para que tudo transcorra dentro das viabilidades normais.

Figura 10 - Cópia de um pacote de serviços funerários oferecidos por empresa do ramo.

A revista *Veja*, em sua edição número 1976, de outubro de 2006, traz uma reportagem de Marcelo Bortoloti na coluna “Sociedade” cujo título e subtítulo reproduzo abaixo na figura 11 e onde ficam claras as novas “tendências” da moda social no que concerne aos ritos fúnebres. Uma proposta que inclui um elegante bufê com decoração apropriada e um estafe que envolve profissionais de som, de audiovisual, garçons e “cerimonialistas”.

A apoteose do adeus

Funerais organizados por profissionais têm “cerimonialistas”, bufê, música ao vivo e efeitos especiais. Eles atenuam a dor da perda.

Figura 11– Título e resumo de reportagem. Recorte do número 1976 (Out.06) da revista *Veja*.

Nos tempos pós-modernos, fica a impressão de que a *Sociedade do Espetáculo* descrita por Debord aliou-se ao *Luxo Eterno* de Lipovetsky para valorizar o luxo e a moda não só dos vivos, mas também dos mortos. As *Funeral Homes* americanas são locais reservados às cerimônias fúnebres e contam, dentre outras coisas, com maquiadores especializados e cirurgões plásticos. O importante é tornar o defunto um ente social, acima de tudo, um objeto de admiração. Ele deve seguir as últimas tendências da moda, o que inclui a roupa e os sapatos. Mas não só a vestimenta deve ser *in*. O falecido deve apresentar um aspecto “leve e fresco”, com um discreto sorriso de paz na fisionomia montada pelos maquiadores. A transformação da fealdade da morte em algo agradável pode incluir implantes de silicone para preenchimento de “defeitos” da pele, bem como remoção de sinais e verrugas. Fios de sutura podem ser habilmente usados por cirurgões plásticos para a produção de um esticamento dérmico e remoção de rugas. O esteticista recebe a colaboração do cabeleireiro, que pode não só modificar o corte e o penteado, como também a cor dos cabelos. Não são raras as ocasiões em que o morto aparece com uma beleza plástica muito superior à do vivo que lhe deu origem.



Figura 12 – Urna estilo Coca-Cola

O luxo e as excentricidades não param por aí, como demonstram as fotos das Figuras 12 e 13, retiradas da reportagem da revista *Veja*, dando conta de quanto algumas pessoas estão dispostas a pagar para terem um “funeral inesquecível”. As empresas brasileiras que comercializam os cerimoniais funerários de luxo apostam num nicho de mercado que cresce a cada dia. Segundo minha observação pessoal, nas lojas de artigos funerários, praticamente não existem caixões de padrão médio. Nas lojas que visitei em Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo (2008), apenas encontrei duas categorias: caixões muito simples, quase rústicos, a preços populares, ou luxuosos e sofisticados, a preços elevados.



Figura 13 – Urnas funerárias especiais (Revista *Veja*, número 1976, Out. 2006)

Numa ambientação luxuosa, a chegada do morto homenageado é um espetáculo cuidadosamente trabalhado em todos os detalhes. Para uma entrada apoteótica, podem ser usados feixes de laser enquanto uma fumaça de gelo seco envolve o caixão. Efeitos especiais, como uma chuva de pétalas jogadas de um helicóptero, podem fazer parte do grande evento. No telão, são projetadas cenas dos momentos considerados marcantes na vida do falecido.

Tudo deve acontecer como parte de um grande evento, algo que possa ser, dias depois, comentado nas rodas sociais. A reportagem da revista dá interessantes detalhes:

Tapetes persas e castiçais de prata decoram o enorme salão. Os convidados chegam bem-vestidos, são recepcionados pela hostess e servidos por um garçom. O piano soa levemente ao fundo, enquanto o mestre-de-cerimônias dá início ao evento. (Revista *Veja*, número 1976, Outubro 2006).

A reportagem continua, descrevendo a teatralidade de algumas cerimônias, como, por exemplo, um sistema mecânico transparente que faz surgir o caixão como se estivesse flutuando no ar, em meio a fumaça e música do filme *Titanic*, enquanto pétalas de rosa caem do teto sobre o caixão. Todo o acontecimento pode ser gravado em DVD para ser depois exibido aos que não compareceram ao espetáculo. O custo médio de uma cerimônia de luxo está em média na casa dos oitenta mil reais.

Para auxiliar na estética do grande espetáculo, surgiu a *tanatopraxia*, uma atividade que se encarrega de substituir os líquidos orgânicos, como sangue, urina e secreções, por substâncias químicas especiais. Com isso, consegue-se uma “restauração cadavérica”, dando ao corpo morto um aspecto agradável e evitando a decomposição. As substâncias químicas que são injetadas no sistema circulatório, ao substituírem o sangue, produzem uma suave coloração rosada. Ainda mais, por meio de uma reação química exotérmica, proporcionam uma leve elevação da temperatura. Disso tudo resulta um corpo morto cuja impressão visual, odorífica e tátil é de vitalidade. Os serviços de tanatopraxia cobram entre seiscentos e dois mil reais (pesquisa pessoal no Brasil em agosto de 2008) para um tratamento químico considerado “de primeira linha”. A procura por profissionais habilitados tem sido tão grande que já existem cursos em nível de extensão que prepara mão-de-obra especializada¹⁰.

A procura pelo luxo fúnebre não é uma raridade. O filme de Haroldo Marinho Barbosa, *A falecida*, sobre um tema de Nelson Rodrigues, conta a história de uma mulher simples do subúrbio que decide organizar seu próprio funeral num estilo de muito luxo.

Nos Estados Unidos, as *Funeral Homes* tornaram-se grandes produtoras de eventos que procuram atender a uma crescente demanda por luxo, sofisticação e excentricidade. Nessas empresas, pode-se encomendar um funeral em que o falecido apareça sorrindo, bem vestido e perfumado, em atitude postural de quem está atendendo ao telefone, lendo um livro ou assinando um cheque. Os presentes são estimulados a posarem para fotografia junto ao

¹⁰ Curso de Extensão Universitária do Dep. de Anatomia do Inst. de Biociências da Unesp, Campus de Botucatu/SP, organizado e patrocinado pelo Centro de Tecnologia em Administração Funerária (CTAF).

homenageado. As fotos serão depois enviadas aos interessados em mídias diversas, com valores variados.

Recentemente (2008), uma artista brasileira teve seu caixão colocado em pé na sepultura, atendendo ao pedido feito em vida para que pudesse encarar em ortostatismo a todos os que a visitassem em sua nova morada.

As situações descritas anteriormente podem parecer estranhas e inusitadas para a grande massa da população brasileira, mas já é uma realidade em nosso país nos grandes centros urbanos, especialmente onde há maior concentração de renda. Como já estão disponíveis parcelamentos de longo prazo, é de se esperar que tais práticas se tornem cada dia mais populares. O Cemitério Jardim Primavera, em Guarulhos, na Grande São Paulo, oferece aos clientes mil e quinhentas opções musicais para o velório, gravação em DVD de alta definição, mensagens de pêsames *on-line*, bufê preparado por renomado *maitre* e entrega em domicílio da urna com as cinzas do falecido.

A seguir aparecerão outros aspectos dessa morte pós-moderna, espetacularizada e comercializada como mercadoria de consumo. Uma morte que não é mais a morte dolorosa do final da Idade Média e que parece ter transferido toda a pompa dos monumentos sepulcrais para a teatralidade da despedida.

Fazendo parte do cerimonial funerário está o transporte do corpo morto. Existem duas “viagens” possíveis ao cadáver. A primeira é aquela que ele fará do quarto de um hospital ou de sua casa até a sala funerária. No caso de sair de um hospital, o morto é transportado numa simples maca, encoberto por um lençol. Nesse transporte, ocorrido longe dos olhares familiares e sociais, não há cerimonial nem deferências especiais. Os auxiliares que fazem o transporte estão alheios à identidade do morto. É o simples transporte de mais um cadáver, a repetição de uma tarefa tantas vezes executada. Caso o corpo saia de seu domicílio, é geralmente a empresa funerária a encarregada da viagem, também feita de forma simples, como parte de uma rotina. Nos casos de morte violenta, como acidentes ou crimes, o transporte é feito em veículo especial de propriedade da polícia civil; também é uma viagem absolutamente simples, em que o corpo é colocado em uma maca em formato de calha e recoberto por um plástico preto.

É a segunda viagem que assume características de acontecimento importante. Para ela, o cadáver já foi devidamente preparado, vestido com boas roupas e calçados, maquiado e

penteados. Assim, devidamente “enfeitado” na elegância de quem vai a uma festa, ele fará a sua última viagem material. A última viagem a incluir uma corporeidade, por isso mesmo, uma corporeidade socialmente distinta e elegante, aprimorada em sua estética.

Quando a sala mortuária está fora do recinto cemiterial, há que contar com o veículo adaptado especialmente ao transporte cadavérico: o carro fúnebre. As empresas funerárias são proprietárias de diversos tipos e modelos de carros fúnebres, cujo grau de beleza e luxo depende da situação econômica da família patrocinadora. Muitas dessas empresas usam a sofisticação de seus carros fúnebres como um diferencial mercadológico dentro da intensa concorrência existente no setor. Em um *folder* de propaganda de uma empresa funerária, a chamada publicitária era a seguinte: “Luxo e beleza na última viagem”



Figura 14 – Carros fúnebres de luxo

No caso de a cerimônia fúnebre realizar-se em sala do próprio cemitério, o corpo será levado à sepultura por um dos seguintes meios: o caixão poderá ser carregado por familiares e amigos, em número de seis (no caso do caixão com seis alças) ou oito (no caso de o caixão contar com varões laterais longitudinais). A outra forma é o caixão ser transportado em carro elétrico semelhante ao usado em estádios ou em carro empurrado por funcionários do

cemitério. Em ambos os casos, é importante que o transporte seja realizado de forma o mais silenciosa possível. De fato, as máquinas e equipamentos mecânicos não devem perturbar a atmosfera fúnebre. Em muitos cemitérios, há um elevador que faz o caixão descer ao corredor das sepulturas subterrâneas ou subir aos nichos mais altos. Como já foi comentado em seção anterior, existem sofisticados mecanismos “invisíveis” em algumas capelas mortuárias de luxo, os quais, com o auxílio de jogos de luz e fumaça, dão a impressão de que o caixão está se elevando sozinho, voando lentamente em direção à cortina que se fecha logo que o caixão passa, tudo acompanhado de um fundo musical adequado e uma ambientação apoteótica.

Afinal, desde a antiguidade, as sociedades construíram essa fantasia da viagem, e vários têm sido os elementos transportadores. Ocorre que a primeira etapa dessa viagem, ou seja, da câmara mortuária à sepultura, pode ser organizada e patrocinada pelos vivos. Já a segunda parte da viagem, aquela que não detém mais uma corporeidade, a viagem da alma, essa é criada no imaginário coletivo, segundo suas tradições sociais, culturais e religiosas. Na mitologia grega, era Caronte o barqueiro que fazia o transporte das almas. Muitas vezes são os anjos que aparecem em gravuras como os transportadores de almas.

O que parece ficar claro é que as manifestações de luxo e riqueza só podem aparecer na primeira etapa, aquela patrocinada pelos vivos. A segunda parte da viagem é socializada, não havendo diferenças evidentes entre o transporte da alma de um rico ou de um pobre, donde se conclui que a morte é o grande nivelador social da humanidade.

O luxo e a suntuosidade também estão presentes nos monumentos funerários, desde as antigas civilizações maias e egípcias, entre outras. Como salienta Lipovetsky:

Mediador de imortalidade, o luxo encarna-se em monumentos de pedra criados “para a eternidade”, em estátuas, afrescos, mobiliários funerários, como uns tantos sortilégios necessários à sobrevivência bem-aventurada do defunto régio.(Lipovetsky, Gilles. *O luxo eterno*. 2005, p.32).

Imortalizar – a identidade, as características ímpares, os gostos e preferências – parece ser o moto que conduz à confecção dos caixões fúnebres diferenciados e também dos túmulos suntuosos ou extravagantes. Há casos em que a família, os amigos, ou mesmo os futuros ocupantes, mandam construir bizarros túmulos, mostrando ao mundo e às gerações seguintes as marcas expressivas de suas respectivas subjetividades, como, por exemplo, um amor intenso naquele determinado casal, a paixão pelo motociclismo em outro caso, etc.



Figura 15 – Túmulo estilo Central de chope

Não eram apenas os faraós ou os grandes reis da antiguidade que levavam para o túmulo suas armas, suas riquezas ou simplesmente seus objetos queridos. Na atualidade, continuam a acontecer enterros semelhantes, como mostra a figura 16, onde a tumba do morto (no caso, um funeral cigano), foi organizada como réplica fiel de seu aposento preferido, incluindo-se os equipamentos

eletrônicos, como TV de plasma, CD – player e também as roupas, bebidas e móveis.



Figura 16 – Preparação de uma tumba cigana com os objetos pessoais do morto



Figura 17 – Túmulo especial



Figura 18 – Outros túmulos especiais

A morte na pós-modernidade

Pouco importa a denominação: se pós-moderna, hipermoderna, modernidade líquida ou modernidade tardia, penso na contemporaneidade como um tempo de transitoriedades, tempo em que nada é duradouro e no qual um dos poucos valores permanentes é a importância da mudança. Mudança que atinge e distorce todos os padrões vigentes na vida social, incluindo-se nisso a morte e o morrer.

Se é certo afirmar que todas as pessoas continuam morrendo, como sempre aconteceu, não parece menos certo afirmar que o morrer contemporâneo também se transformou em evento pós-moderno. A globalização – mesmo que tomada como atividade essencialmente econômica – acaba por veicular, nas malhas de suas tecnologias de propagar, comunicar e vender, as sugestões de uma globalização de costumes. Não se trata exatamente de uma “venda” direta de produtos e serviços, mas não deixa de ser comercial na medida em que enseja uma atividade de troca.

Os procedimentos que compõem aquilo que se conhece por *ritos fúnebres* são agora tocados pelas tecnologias, arrancando a cerimônia fúnebre de seu caráter de dor doméstica e conduzindo-a para algo como a espetacularização de um evento social. A tecnologia invadiu o espaço fúnebre. Vou apenas descrever alguns dos mais recentes rituais funerários patrocinados pelo avanço tecnológico, alguns dos quais poderiam ser tomados como surpreendentes e exóticos há pouco mais de uma década. A velocidade sempre crescente em que ocorrem as mudanças e a pressão cultural – especialmente midiática – que se exerce sobre a sociedade proporcionam uma atmosfera onde as pessoas não apenas deixam de exercer seu direito de resistência, como também se esforçam em adaptar-se a essas mudanças, do que decorre a rápida naturalização de novos procedimentos, cuja rotinização logo suscitará a busca por outra novidade mais atraente.

Já mostrei alguns exemplos do emprego de tecnologias mecânicas e audiovisuais nas cerimônias fúnebres. A seguir, vou mostrar outras práticas onde uma tecnologia de ponta está a serviço da morte.

Em várias cidades americanas, está disponível um serviço de pompas fúnebres *on-line*, ou seja, via Internet. Com tal disponibilidade, não há razão para que as pessoas – amigos e familiares – se desloquem de suas cidades ou mesmo de suas residências por ocasião das cerimônias fúnebres de algum amigo ou familiar. Tudo é feito por uma equipe altamente especializada de profissionais, que inclui cenógrafos, decoradores, iluminadores, pessoal de áudio e vídeo, numa ambientação escolhida pela família e transmitida em tempo real via Internet ou em canal fechado de televisão, via satélite. Na Alemanha, o canal de TV Etos (<http://www.etostv.de/>), pertencente à Associação Alemã de Agentes Funerários, já oferece esse serviço. Tudo o que as pessoas têm a fazer é sintonizar o canal ou abrir o *site* e assistir comodamente à cremação ou sepultamento de seu ente querido. Tanto num como noutro sistema, é possível a gravação da cerimônia em qualquer mídia física, como DVD, por exemplo, para exibição posterior. Também é disponibilizado um canal de interação onde as pessoas podem enviar suas condolências à família enlutada, valendo-se de um modelo escolhido num repertório de cartões-modelo, ou *templates*. Os cartões de condolências podem ser “confeccionados” de forma personalizada a partir dos *templates* oferecidos e vão desde simples cartões a apresentações dinâmicas no estilo Power Point, em *flash* ou vídeo, todos com música de fundo, totalmente customizáveis. O pagamento para o envio das mensagens é feito *on-line* com cartão de crédito.

A Internet também está presente com outras possibilidades. Assim, pode-se optar por um cemitério virtual, escolhendo no *site* da empresa funerária o lugar ideal em várias partes do mundo. Um dos cemitérios mais completos é o americano *Respectance* (www.respectance.com). Trata-se de uma rede social virtual, um *Orkut* dos mortos. Os usuários utilizam todos os recursos da web 2.0 para criar perfis e comunidades para os homenageados. Outros, como o Jardim Celestial (www.jardincelestial.com) e o Campa Virtual (www.campavirtual.com), oferecem possibilidades de escolha dos locais geográficos onde se deseja colocar o ente querido. Na imagem da localidade, há um mapa com as possibilidades (numeradas) em oferta. Pode-se escolher entre um “túmulo” público, acessível a toda a comunidade virtual, ou algo privado, acessado via senha, só permitido a familiares e amigos cadastrados. Em todos os casos, é possível enviar flores ou escrever textos de condolências.

Nesse *Orkut* da morte, é possível a postagem de todo tipo de grafismo, incluindo poesias, músicas, mensagens e fotos, aos amigos falecidos. Em minhas pesquisas, em visita ao cemitério virtual português <http://www.campavirtual.pt>, simulei a compra de uma tumba virtual localizada numa colina na região de Bragança (foto da Figura 19) ao preço de trinta euros, pagáveis via cartão de crédito. Os preços das tumbas virtuais variam conforme a localidade escolhida e a localização geográfica. Assim, um local em uma encosta, com vista para o rio, custa mais caro do que na planície ou no vale. O cemitério virtual disponibiliza o comércio de buquês virtuais escolhidos no catálogo *on-line*. Há também um livro de registro para as visitas e uma área de mensagens.



Figura 19 – Cemitério virtual com as disponibilidades de localização.

Albuquerque (2006) descreve alguns aspectos presentes na comunidade virtual dos vivos onde funciona a lógica daquilo que ele denomina “corporalidade secundária” como elemento possibilitador de uma experiência orkutiana que opera uma dimensão corporal. Essa dimensão corporal ultrapassaria, em significado, aquilo que seria a simples corporalidade virtual. Sobre isso, ele escreve:

Dado que o perfil do usuário permanece ativo mesmo quando está off-line, é bastante provável que a *persona orkutiana* sobreviva ao usuário, pelo menos naqueles casos em que este leva a sua senha para o túmulo.

(Albuquerque, Afonso de. *Viver e morrer no Orkut: os paradoxos da rematerialização do ciberespaço*. Revista eletrônica *In texto*. PPGCOM, UFRGS, edição nº 17)

As mudanças que a contemporaneidade produziu e está produzindo na morte e no morrer trazem a cada dia um novo capítulo para espanto dos conservadores. Em 2006, a empresa norte-americana *Celestis Group Inc.* foi notícia em todo o mundo ao anunciar que em breve colocará em órbita mausoléus espaciais contendo as cinzas mortuárias de seus clientes cremados. Os foguetes propulsores, fabricados pela empresa *Space Service Inc.* no Texas, colocariam os satélites-mausoléus a girar numa órbita a 3000 quilômetros da Terra, com duração estimada de 63 milhões de anos. Mesmo sendo pequenos, serão construídos com



Figura 20 – Foguete Falcon 1. O carro fúnebre pós-moderno.

material altamente reflexivo, de tal forma que se tornem visíveis a telescópios comuns domésticos. Com o projeto em andamento, as visitas ao cemitério no dia de finados serão substituídas por milhares de telescópios a vasculharem os céus em busca de seus entes queridos, auxiliados por equipamentos de GPS.

Segundo um dos divulgadores do projeto, pelo pagamento de quatro mil dólares, tal prática garantiria que o falecido fosse *realmente para o céu*, talvez não por toda a eternidade, mas por um longo tempo, algo em torno de muitos milhões de anos. Mesmo com a resistência oferecida pelos astrônomos e técnicos

espaciais, que denunciam a poluição do espaço e os riscos de tal empreendimento, a empresa parece estar decidida a levar avante seu plano de estabelecer um cemitério cósmico. O primeiro satélite foi “perdido em órbita” ao não acontecer a separação entre o foguete propulsor Falcon 1 e os estágios 2 e 3. A bordo, estavam as cinzas de 208 pessoas, dentre as quais, as do ator James Doohan (o engenheiro Scott da série *Jornada nas Estrelas*) e do astronauta Gordon Cooper (Figura 20).

Afinal, parece que a humanidade continua procurando por algum tipo de ligação com os céus – uma tentativa feita pela elevação de menires há mais de quatro mil anos e pelo lançamento de naves espaciais na contemporaneidade.

A imortalidade: certeza para as celebridades, esperança para os demais

Certo dia, em meio ao deslocamento cotidiano, minha atenção voltou-se a um adesivo aplicado no vidro traseiro do carro à minha frente. Ele anunciava ao mundo: *Elis vive*. O proprietário do veículo encontrara, enfim, uma forma de fazer com que um grande número de pessoas soubesse de seu afeto pela cantora brasileira falecida em janeiro de 1982.

Elis vive. A ingenuidade da afirmação, atravessando toda a espessura do inverossímil, conduz ao local da majestosa possibilidade do acontecimento. Pensei se não seria então possível a essa pessoa, uma vez mergulhada nas profundezas do mundo mágico de sua subjetividade, fechar os olhos, concentrar-se na música e *ver* sua cantora predileta em exclusivo espetáculo. Ali, no espaço e no tempo do deslumbramento interior, ela canta, ela encanta, ela emite sons que o deleitam, *ela vive*.

A emoção dedicada aos ídolos, santos e celebridades permite que permaneçam vivos – uma vida que, mesmo destituída de corporeidade, continua a produzir efeitos nos que nela creem. Para muitos fãs, *Elis vive*. Vive numa dinâmica que não é a da simples representação, mas do território íntimo da construção pessoal. O enunciado que declara a imortalidade está tão aderido à materialidade de carros, de muros e de paredes quanto a emoção está aderida ao imaterial da alma. Acrescentei Elis à lista memorial onde já figuravam Jesus Cristo, Lady Di, John Lennon, Ayrton Senna e tantos outros notáveis. Ao extenso rol das celebridades humanas, tornadas imortais pelas paixões de seus fãs, acrescentem-se outros seres, também famosos e igualmente imortais: os heróis míticos de todos os tempos. As histórias em quadrinhos e os *cartoons* apresentaram-nos os super-heróis. Mesmo em luta contra os mais fantásticos vilões, os heróis sobrevivem. O Super-Homem chegou a morrer, em luta contra um imenso monstro, na história publicada em 1993. Consternados, os habitantes de Metrópolis colocaram o corpo de seu querido



Figura 21 – A ressurreição do Super- Homem

herói no mausoléu erguido no centro da cidade em sua homenagem. Ocorre que, alguns dias depois, sua noiva, Lois Lane, abre a tumba e encontra apenas a capa do herói: ele ressuscitara. O amigo afirma no quadrinho: o super-homem está vivo!

Albuquerque (2006) fala sobre outra imortalidade: os usuários do *site* de relacionamento *Orkut* colocam e fazem circular no ciberespaço uma *persona* que detém certa corporeidade. O *orkutiano* aparece em festas e outros eventos, assim como a sorridente foto em sua página principal exhibe traços de uma vitalidade incontestável. O indivíduo pode ter morrido e continuar recebendo recados e mensagens em sua página. Ainda sobre o tipo de imortalidade no *Orkut*, Albuquerque salienta:

Em inúmeros aspectos, os mortos *orkutianos* se parecem muito com os vivos. Suas fotografias freqüentemente apresentam pessoas cheias de vida, flagradas em festas, viagens e na companhia de amigos. Os seus perfis e comunidades indicam uma vida psicológica rica e diversificada: um gosto e uma sensibilidade próprios, sonhos, frustrações e planos para o futuro. As listas de amigos, recados e testemunhais dão ao morto um lugar nas relações sociais. Naturalmente, em todos estes aspectos destaca-se o espectro de uma lacuna: aquela pessoa não existe mais, seus amigos não podem mais contar com ela; seus planos perderam, de súbito, todo o sentido. Os mortos *orkutianos* permanecem congelados em um eterno presente desprovidos de futuro. (Albuquerque, Afonso de. *Viver e morrer no Orkut: os paradoxos da rematerialização do ciberespaço*. Revista eletrônica *In texto*. PPGCOM, UFRGS, edição nº 17)

Retornando aos humanos: até bem pouco tempo, os pacientes gravemente enfermos, portadores de estados considerados como terminais, incluindo-se o câncer e outras patologias, tinham seus dias de vida contados, pois a morte aconteceria muito em breve. A possibilidade de congelar esses pacientes – antes que a morte ocorra – para aguardar no futuro a descoberta do tratamento eficiente de seus males motivou o surgimento de um duro golpe para a morte: a partir de agora, ela estaria suspensa por tempo indeterminado.

No atual estágio tecnológico – estou falando do ano 2008 –, já é possível obter-se comercialmente tal suspensão da morte. Na era do capitalismo, há uma atividade econômica que promove a suspensão da morte, que coloca a vida como uma mercadoria negociável. Para evitar a morte – mantendo-se o indivíduo a 196 graus centígrados abaixo de zero, à espera de uma cura futura – paga-se caro, cerca de US\$ 25.000,00, mais uma taxa de manutenção anual de US\$ 1.000,00. Nesse montante, não estão incluídos os custos do futuro descongelamento. Pelo menos duas empresas norte-americanas e uma russa são as responsáveis por uma tecnologia denominada *criogenia*. As experiências de congelamento de seres vivos datam da

Segunda Guerra Mundial, mas sempre esbarraram em pelo menos um problema: com a formação de cristais de gelo, as células se romperiam, e isso traria uma desorganização no arranjo funcional orgânico. Com o advento da nanotecnologia, foi possível obter um congelamento sem formação de gelo. Nessa técnica, com o auxílio de substâncias especiais adicionadas ao sangue do paciente, os técnicos conseguem uma vitrificação do corpo, sem os perigos do congelamento normal, podendo o paciente permanecer nesse estado durante longo tempo, cerca de setenta anos. Essa técnica, comprovada como eficiente em experiências com animais, permite o descongelamento com sucesso no futuro, ocasião em que alguns procedimentos de reanimação fariam o ser voltar a seu estado vital pausado no instante do “tratamento criogênico”.

A pioneira nesse trabalho foi a americana Alcor, em cujo *site* – www.alcor.org – podem ser vistas fotos e vídeos de todas as etapas do congelamento. Também é possível encomendar gratuitamente o DVD *The limitless future* (“O futuro ilimitado”), onde são explicados detalhadamente todos os passos da técnica utilizada e são argumentados alguns pontos que poderiam ser tomados como conflitantes com posições religiosas. A Alcor possui unidades de tratamento nos Estados Unidos, França e Inglaterra, com um total de 98 pacientes “em suspensão”, dados de setembro de 2008. A Rússia acaba de inaugurar sua empresa de criogenia, a *Kriorus*, com sede em uma pequena cidade nos arredores de Moscou. No *site* da empresa (que pode ser lido em inglês) – www.kriorus.ru –, estão colocadas, além das informações sobre as técnicas utilizadas, os preços médios dos procedimentos.

Independentemente da técnica utilizada, evitar a morte tem sido um persistente trabalho de cientistas em todo o mundo. Já se conhecem as metodologias básicas para o manejo de células-tronco, capazes de regenerar tecidos lesados, e graças a elas muitos casos antes tidos como incuráveis, ao apresentarem melhoras clínicas evidentes, anunciam um novo tempo de sucessos terapêuticos na medicina.

A decodificação quase plena do genoma humano prenuncia por um lado, ao menos em teoria, a possibilidade de construção genética de um novo ser. Por outro lado, a clonagem de seres vivos está plenamente estabelecida como técnica viável para uma reprodução planejada. Pela clonagem seria possível a reprodução de um ser idêntico a partir de apenas algumas células. Com isso, o ser “renasceria” com as mesmas características que anteriormente o identificavam, uma técnica já disponível comercialmente para animais. A empresa americana

Bio Arts (<http://www.bioarts.com>) já clonou vários animais, alguns – especialmente gatos e cachorros - por serem de estimação e outros por estarem em risco de extinção. O produto mais famoso da empresa é Sir Lancelot, um cão labrador que morreu aos onze anos de idade, em



Figura 22 – Cão labrador clonado. Fonte: <http://jovempan.uol.com.br/blogs/animaiseci>

2008, de quem os donos obtiveram, ao custo de US \$155.000,00, uma biocópia (Figura 22).

Considerando-se o pesado investimento que o capitalismo efetua no patrocínio e incentivo à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias médicas, é possível pensar que, nos próximos 50 ou 70 anos, a morte esteja seriamente ameaçada de morte.

Controlar a morte seria a grande vitória do biopoder e da biopolítica, centrados na vida desde seu aparecimento no longínquo século XVIII. Um jogo de forças que – surgido de uma elementar necessidade política como demonstrarei no capítulo seguinte – abriu, com sua evolução e aperfeiçoamento, um inesgotável espaço de possibilidades para a criação, instalação e funcionamento de novas ciências; em outras palavras, o desenvolvimento de um complexo sistema de governo em que produção, distribuição, circulação e consumo, tanto de bens quanto de serviços, aparecem interligados, não apenas entre si, mas a todos os mais ínfimos recantos da trama cultural. A biopolítica, em sua atomística distribuição, assumiu definitivamente a vida. A vida dos sujeitos e a vida das populações.

A persistir esse fabuloso progresso, a morte parece estar com seus dias contados.

MORTE, BIPODER E BIOPOLÍTICA



Surgimento e evolução do biopoder e da biopolítica

A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*, 2005, p. 302.

Em 2 de março de 1972, durante uma conversa entre Foucault e Deleuze, aparece uma metáfora que já fora usada por Wittgenstein. Deleuze diz:

Exatamente, uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoa para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. (Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 1993, p.71).

Ao se referir aos conceitos e teorizações que desenvolvera ao longo de suas pesquisas, Foucault (2001) usou essa metáfora, deixando claro que tais ferramentas – no caso, os esboços teóricos, os fragmentos de pesquisa, suas ideias, enfim – poderiam ser tomadas à vontade e usadas segundo a vontade de cada pesquisador. Vou, então, valer-me dessa generosidade do filósofo.

Para desenvolver a temática deste capítulo, utilizarei a *caixa de ferramentas* foucaultiana, dela retirando, para trabalhar alguns aspectos da normatização da morte, uma ferramenta especial, o conceito de biopoder e, por extensão, o de biopolítica. Caberia aqui uma pergunta a mim mesmo dirigida: como ousar, ao apropriar-me de tal ferramental teórico, fazer dele um uso não previsto, não programado por seu criador? É o próprio Foucault que publicamente¹¹ me autoriza a fazê-lo:

[...] e nessa medida, igualmente, considero-os inteiramente livres para fazer, com o que eu digo, o que quiserem.

¹¹ Digo que foi uma afirmação pública por ter sido feita durante a aula do dia 07.01.76 no Collège de France, onde a plateia era constituída não apenas de estudantes, mas também de pesquisadores e “curiosos”, conforme a descrição feita por François Ewald e Alessandro Fontana na página X do prefácio do livro *Em defesa da Sociedade*, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

São pistas de pesquisa, idéias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem (2005, p.4).

O curso que Foucault proferiu no Collège de France nos anos 1975 e 1976 foi especialmente dedicado ao estudo do poder, ao estudo das relações de poder, das estratégias de poder que circulam por baixo das superficialidades legais e jurídicas, enfim, ao estudo das tecnologias de enfrentamento presentes nas sociedades ocidentais. Foucault já falara, em anos anteriores, no triângulo *poder-direito-verdade* (Foucault, Michel, *Em defesa da sociedade*. 2005, p. 28), onde se localizariam, “de um lado, as regras de direito que delimitam formalmente o poder, de outro lado, a outra extremidade, o outro limite, seriam os efeitos de verdade que esse poder produz, que esse poder conduz e que, por sua vez, reconduzem esse poder”.

É nesse plano de entendimento que se torna possível uma analítica do poder. É nessa superfície teórica que se pode localizar pelo menos uma parte do conjunto das múltiplas relações de poder que se entrelaçam e atravessam a estrutura dos grupamentos humanos constituídos em sociedade. Um jogo de forças que, ao se entrelaçarem, se fortalecem e se estabelecem como auxiliares de sustentação do jogo social. Um conjunto de forças dessa natureza, para se fazer presente em todas as camadas, para falar em todos os recantos da malha social, vale-se da circulação de um discurso, de um discurso que vai se tornar o discurso verdadeiro, como Foucault enfatiza: “não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele” (Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2005, p. 28).

Há, então, uma verdade que deve ser respeitada, à qual somos submetidos e à qual nosso comportamento deve se alinhar; afinal, essa verdade aí está porque foi trazida por um discurso verdadeiro, verdadeiro por portar uma norma.

Nessa linha de pensamento, Foucault analisa o tipo de discurso circulante desde meados da Idade Média. Trata-se de um discurso que se apresenta como uma reconstituição do antigo direito romano, ou seja, um discurso que fala do poder régio e de uma autoridade central e única. Todo edifício jurídico fora então construído dentro de uma lógica circular: o poder régio ditava as leis que formavam o arcabouço jurídico, e este dava sustentação legal aos atos soberanos. Esse modelo de poder soberano evoluiu na Europa até o absolutismo, tendo em Luis XIV, da França, seu exemplo mais contundente. Na teoria clássica do absolutismo, o

soberano pode exercer seu direito de vida ou de morte sobre os súditos, como explica Foucault:

[...] o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. (Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*, 2005, p. 286.)

Esse direito soberano de *fazer morrer e deixar viver* encontra-se amplamente amparado pelo regramento jurídico, melhor dizendo, pelo discurso soberano-jurídico circulante até final do século XVII e início do século XVIII na Europa. A nobreza e todo o aparelho administrativo do Estado não falavam senão a voz do rei. O poder soberano atravessava por completo todas as camadas sociais, atingindo tudo e todos. Tratar-se-ia de um absolutismo levado quase ao extremo, como se depreende da famosa frase atribuída a Luis XIV: *L'Etat c'est moi* ("O Estado sou eu").

É esse discurso jurídico-soberano que vai ser substituído no final do século XVII por um tipo absolutamente distinto, por um discurso que não será mais o saber circular que remete do rei ao rei, mas um modelo que irá conter saberes oriundos de outras fontes. Na medida em que o poder se exerce no jogo do direito e das disciplinas, o novo discurso, ao fazer circular a norma disciplinar, permite a criação, instalação e funcionamento de aparelhos de acumulação de saberes. Na mesma medida, e pelas mesmas razões, as instituições que praticam o jogo cultural colaboram na criação de novos campos de conhecimento.

O novo discurso que vai surgir na França no final do século XVII tem seu qualitativo de novidade duplamente justificado: por um lado, desloca ou, por outra, inverte o sentido de propagação do poder; por outro lado, introduz na circulação discursiva um elemento novo, que pela primeira vez fala da biologia, faz referência a eventos biológicos. É certo que a vida e os seres vivos já foram objeto de preocupações anteriores, mas pela primeira vez a biologia do homem surge simultaneamente no discurso científico e no discurso político, atrelada a um conjunto de dados estatísticos, mercantis, jurídicos e institucionais. É nessa superfície de entendimento onde os saberes mercantis, jurídicos e biológicos se entrelaçam que se criam as condições para o estabelecimento de *dispositivos* reguladores e normatizadores. Um dispositivo, segundo Foucault (1993, p.244), não é apenas o conjunto heterogêneo dos discursos, dos enunciados, das normas e das instituições, mas sim a rede de relações que se estabelece entre eles.

Quando, então, teria surgido esse dispositivo de poder que anuncia a nova diagramação social? Não me sinto competente para datar com exatidão o surgimento dessa nova mecânica de poder, o que não impede de fazer a seguir uma teorização sobre isso, seguindo as pistas deixadas por Foucault na aula de 11 de fevereiro de 1976 no Collège de France.

Aos setenta e dois anos de idade, sentindo que poderia morrer em pouco tempo e tendo perdido todos os filhos, Luis XIV teria como sucessor seu neto, ainda criança, o Duque de Borgonha. Como preparar essa criança para exercer em breve um adequado governo, dentro do espírito da Casa Bourbon? A solução pensada por Luis XIV foi encomendar à administração e aos intendentess um relatório completo sobre a França. A máquina administrativa do Estado pôs-se a campo, e a França foi minuciosamente esquadrihada. Praticamente todas as casas foram visitadas, as plantações foram vistoriadas, os rebanhos foram contabilizados e as mercadorias foram analisadas e avaliadas, sendo os dados recolhidos encaminhados aos intendentess. Esse vasto material, reunido em centenas de volumes de difícil leitura e compreensão, de nada valeria ao futuro rei, como objeto pedagógico, em seu estado bruto. A fabulosa coletânea foi então confiada a um nobre, de nome Boullainvilliers, para uma depuração de seu conteúdo. Boullainvilliers não apenas efetuou uma meticolosa classificação, hierarquização, seleção e reescrita desses dados – uma didatização do conhecimento –, como também acrescentou seus comentários pessoais. O título dessa obra que será usada como fonte de saber para o futuro rei: *O Estado da França em tudo aquilo que diz respeito ao governo eclesiástico, o militar, a justiça, as finanças, o comércio, as manufaturas, o número de habitantes e, em geral tudo que pode conhecer a fundo essa monarquia*. Penso que esse documento pode ser considerado um marco no surgimento do biopoder e da biopolítica. Afinal, no rol dos conhecimentos que constituirão o saber do rei, aparece um novo elemento: a biologia. Mais ainda, o dado biológico – número de habitantes – aparece coligado aos elementos da justiça, das finanças, do comércio e das manufaturas. Doravante, a biologia vai estar integrada ao discurso político dentro de uma rede de relações que se estabelecerão não apenas ortogonalmente, mas em todas as direções e sentidos do tecido social. Será a partir da análise desses dados que o aparelho administrativo vai estabelecer suas estratégias de governo. Estratégias que estarão inexoravelmente emaranhadas nos embates de variados dispositivos discursivos e não-discursivos. Essa acumulação de saberes, mesclando dados mercantis, jurídicos e biológicos, vai proporcionar o desenvolvimento de novas formas de se pensar o governo, sendo uma das possibilidades a articulação entre os princípios do direito e as

disciplinas da norma trazidas pelo saber biológico. O dado biológico vai aparecer no discurso que o saber médico acumulará e fará circular, produzindo regimes de verdade, saber-poder. Então, essa conjugação de conhecimentos, esse entrelaçamento de saberes, isso tudo, afinal, não poderia ser considerado como o embrião do biopoder e da biopolítica?

A expressão biopoder remete a uma complexa rede de influências a entrelaçar os saberes médico-sanitários e político-institucionais, que teria como resultante um sofisticado sistema de controle e governo social, advindo do controle dos corpos e da vida. Em seu livro *A história da sexualidade I – Vontade de Saber*, Foucault (1984) demonstra como o poder soberano, formulado como sendo um direito de vida e morte, pode ser entendido em verdade como sendo um poder que opera uma assimetria, uma assimetria que pende para o lado da morte. Afinal, para o exercício de seu poder sobre a vida, o soberano pode produzir a morte ou evitá-la. É no lado da morte que o poder régio se manifesta com toda a sua contundência.

Foucault (2005) mostra que o grande deslocamento ocorrido a partir do século XVIII foi a mudança progressiva do discurso histórico unitário e soberano para um novo tipo de discurso, desta vez um discurso mais horizontal, um discurso que fazia circular novos saberes – muitos deles desqualificados até então –, saberes heterogêneos e polimorfos, oriundos de distintas áreas do conhecimento. Foi essa nova circulação de saberes entrando em cena na mecânica disciplinar moderna que propiciou o surgimento das novas tecnologias de regramento. A mudança ocorrida faz então surgir um discurso que não será mais o discurso unitário e jurídico, mas sim um discurso que vai falar de vitalidade, de corpo, de vida. Vai falar da vida dos indivíduos. E, ao trazer consigo a regra, o discurso vai produzir a verdade, uma verdade advinda do saber-poder médico, como demonstra Foucault:

E é precisamente do lado da extensão da medicina que se vê de certo modo, não quero dizer combinar-se, mas reduzir-se, ou intercambiar-se, ou enfrentar-se perpetuamente a mecânica da disciplina e o princípio do direito. (Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2005, p. 46.)

Quando Boulainvilliers redigiu e apresentou ao rei a sua versão sobre o Estado francês, ele estava fazendo circular um conhecimento que fora coletado por um heterogêneo grupo de intendentess e oficiais administrativos, que por sua vez haviam inquirido uma multidão ainda mais heterogênea em todas as camadas sociais. O que isso significa, afinal? Significa que os saberes daí advindos não são homogêneos nem tampouco isomorfos ao Estado. Pelo contrário,

trata-se de um saber heterogêneo e polimorfo, cuja linguagem vai criar para o soberano uma realidade de seu território. Há nisso tudo um detalhe interessante que vale ser analisado: os saberes que se constituirão a partir da coleta dos dados dependerão das informações prestadas pelos diversos níveis da administração, terminando capilarmente no habitante comum, no súdito. A importância desse detalhe está exatamente no entendimento de que o saber do rei passa a depender, de certa forma, do saber do súdito. Isso implica uma nova forma de operacionalização do poder; implica ver o poder não como algo que incide apenas linearmente de cima para baixo, terminando por pulverizar-se nos corpos dos indivíduos. Ao contrário, é possível agora pensar num intrincado jogo de microforças – que Foucault (2005, p. 36) denomina *mecanismos infinitesimais* – a se embaterem continuamente nas mais elementares e singulares ramificações do tecido social. É nesse complexo rizomático de conexões que os dispositivos discursivos (e também os não-discursivos) farão circular o novo discurso – o novo discurso que vai assumir a vida.

Inicialmente, o discurso vai assumir o corpo. A assunção do corpo pelo saber significa estudar, classificar e etiquetar os órgãos, o organismo, a vida biológica, com sua fisiologia e sua patologia. O discurso assume a vida do indivíduo, dos indivíduos um a um, para depois assumir a vida do corpo social. É nesse momento que surge o conceito de *população* dentro de um campo epistemológico, que é o da biologia. Chegou o tempo em que falar de grupamento humano é situar tal grupamento no plano teórico da biologia e da vida, com uma visibilidade que proporcionará o surgimento de um número crescente de saberes correlatos. É a partir dessa assunção da vida pelo poder que surgirão as estatísticas de vida e de morte, os índices e as demografias. É pela visibilidade dos corpos individuais e do corpo populacional que serão esboçados os mecanismos de controle, vigilância e disciplina, montados a partir da norma técnico-científica.

Parece justo reconhecer, no episódio francês há pouco descrito, um dos *loci* em que se poderia reconhecer o surgimento do biopoder. Afinal, o corpo do indivíduo passará a ser, cada vez mais intensamente, objeto do conhecimento, a ponto de Foucault (1993, p.80) dizer: “o corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política”.

Ao longo deste capítulo teorizarei sobre as possibilidades de estender a aplicação do conceito de biopoder, usando-o como ferramenta para a análise de alguns acontecimentos da sociedade contemporânea no campo sócio-médico-jurídico. Então tratar-se-ia, em princípio, de analisar uma prática médica; todavia, essa práxis não será focalizada como elemento isolado,

tampouco serão avaliadas suas questões técnicas e/ou metodológicas. O que pretendo analisar aqui é o saber médico, não como o conjunto racional de conhecimentos componentes de uma ciência médica, mas como integrante de uma complexa rede de entendimento onde os valores jurídicos são cotejados com os valores médicos, éticos, morais, religiosos, econômicos, étnicos e institucionais para a obtenção de um tipo de acordo que contemple, pelo menos parcialmente, as demandas dos diferentes setores envolvidos. Um cotejamento que, ao simular harmonia, não é o signo de uma paz social, uma vez que oculta num plano mais inferior, mais interior, um permanente embate, com lutas, resistências, concessões e acordos.

Uma rede assim constituída não está isolada; ao contrário, ela atravessa outros saberes e outras formações complexas, mesclando-se, enfim, com todas as outras áreas da estrutura social de tal forma que acaba por se naturalizar. E, na medida em que uma rede de tal envergadura, entrelaçada com as outras redes da malha política e cultural, recebe o estatuto de verdade social, o que se tem é uma organização sistêmica. Com isso, criam-se as condições de possibilidade para o estabelecimento de uma política de controle dos fenômenos biológicos dos habitantes, aquilo que Foucault chamou biopolítica. Uma vez culturalmente aclimatada e conduzida ao lugar seguro das ações pertinentes – aquelas validadas e protegidas pela lei e pelas instituições –, a biopolítica será patrocinada pelo capitalismo a que vai servir, acabando por constituir-se na base de uma *economia de vida*, uma *bioeconomia*.

Ao usar o conceito de biopoder, teorizarei sobre algumas questões que emergem quando a morte aparece no cotidiano de um profissional médico, em especial, no âmbito hospitalar e, mais propriamente, no caso dos pacientes internados nas Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), onde tal poder opera ora de forma similar ao poder soberano dos tempos mais antigos, ora na forma moderna, depois da virada do discurso político. Será possível delinear quatro diferentes eixos onde o biopoder opera: *deixar viver, fazer viver, deixar morrer e fazer morrer*.

Midiaticamente difundida, a biopolítica – e o biopoder nela inscrito – acaba por se tornar algo familiar à população, que a aceita como natural. Uma naturalidade fácil de entender, afinal, há uma norma, há uma regra a ser seguida, os discursos médico-jurídico-institucionais assim o determinam. E não se trata de um discurso alheio, estrangeiro. Ele foi gestado no seio mesmo dessa cultura, ele é parte dela. A norma a que ele se reporta, ou que ele conduz, é uma norma *amiga*, é cotidiana. Uma norma com tais características, veiculada pelo

saber-poder, vai produzir um regime de verdade que, como líquido, se infiltra por todas as frestas e fendas do edifício social, umedecendo-lhe os mais secretos recantos. É esse regime de verdade que vai tornar a vida normal – primeiro passo, penso, para uma naturalização. Foucault sugere que essa verdade seja entendida como “[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, Michel, *Microfísica do poder*. 1993, p.14).

Um olhar que se utilize dessa perspectiva vai encontrar o enunciado como operador dos mecanismos que tanto servem de vetores nas relações de forças quanto de elementos de suporte para a manutenção e/ou desenvolvimento de sistemas de regulação. Recorro novamente a Foucault: “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade” (1993, p.14).

Ao longo deste capítulo, os termos *norma*, *normalização* e *normatização* aparecem com frequência, e penso que seja interessante deter-me um pouco sobre isso.

O substantivo feminino *norma* proporcionou o surgimento de vários outros termos, entre verbos e adjetivos, como *normal*, *anormal*, *normalização*, *normalidade*, *normatização*, *normatizar*, *normalizar*, *normativo*, etc. *Norma* vem do latim *norma*, *ae* e significava originalmente esquadro, padrão vertical, linha absolutamente vertical que produza com a horizontal um ângulo de 90°. Na linguagem corriqueira contemporânea, a norma permanece com o seu uso ligado à idéia de regra, de padrão e, em especial, *de medida pela qual se comparam outras entidades semelhantes*. No entendimento de Moreno (2008), normalizar é tornar normal, ou seja, colocar algo dentro de um conjunto de regras gerais que se constitui em estatuto. Disso poder-se-ia deduzir que normalizar seria o esforço de tomar algo e colocá-lo em sintonia com as regras gerais existentes em determinado contexto. Em outras palavras, no ato de normalização, é possível que já exista um continente formado pelo conjunto das regras gerais (em nível mais global) daquele ambiente específico, que vai receber esse novo algo (que estava fora) como parte de seu conteúdo. Donde se conclui que esse algo que estava fora da normalidade tinha uma existência “fora da lei” e foi trazido para dentro da legalidade ao ser normalizado. Normalizar é, visto sob essa ótica, um ato de inclusão. De certa forma, é também uma tecnologia de controle, na medida em que traz esse algo para “dentro do território

normal”, um território onde circulam as leis criadas pelo poder de controle, pelo discurso dominante.

Talvez seja importante salientar que o *anormal* só é anormal porque a norma assim o determina, assim o classifica. Em outras palavras, a norma numa sociedade alcança tudo e todos. Dessa forma, o anormal, mesmo estando fora dos limites da normalidade, não deixa de estar submetido à norma, já que é ela que estrutura, classifica e distribui. O anormal necessita da norma para ser classificado como tal.

Normatizar é um verbo relativamente novo, assim como o substantivo *normatização*. A língua portuguesa já conhecia, há mais de cinquenta anos, seus correlatos *normalizar* e *normalização*. Em 1873, já aparece na língua portuguesa o adjetivo *normativo*, talvez oriundo do francês *normatif*. No português de Portugal, existe o verbo *normativizar* (*normativo*+ *sufixo izar*).

Também derivado de *norma*, na normatização temos um algo que já existe funcionando *dentro do ambiente normal*, algo que não é “fora da lei”, algo que apenas ainda não recebeu seu próprio código de leis. Normatizar, então, seria regular algo por meio de normas. Isso não significa incluir esse algo em um sistema de regras preexistente, uma vez que ele já funcionava dentro desse sistema, como que no anonimato, como algo sem importância e para o qual ainda não se havia criado um regramento próprio.

Neste trabalho, usarei o verbo *normatizar* para dizer que algo – um evento que já exista como que no anonimato – está sendo regulado por meio de normas e regras específicas. Assim, normatizar um evento é, de certa forma, elevá-lo à categoria dos objetos importantes, merecedores de uma atenção especial. Essa normatização será levada a cabo por um sistema de forças, um jogo de poder que irá determinar o conjunto de tecnologias reguladoras. Isso significa que, no interior desse jogo, desse embate, deve haver um discurso em circulação que veiculará a norma. Penso que, pelo menos numa visão geral, um ato normatizador, ao regular um evento qualquer, o faz no interior de um campo cultural onde já circulam leis mais genéricas e amplas, as leis da normalidade. Disso decorre que uma normatização vai conter, em parte, uma normalização, já que a normatização se dará dentro de um ambiente onde já opera um sistema de regras de normalização. Uma norma normatizadora nascerá em território normal, território onde tudo *o que importa* está submetido à norma.

Também é importante salientar que não se trata de quaisquer normas. Por se tratar de normas e regras prescritas pelo discurso dominante de um determinado contexto histórico-cultural, tem-se que sejam normas “inventadas” como continentes para conterem exata e especificamente um conteúdo determinado e com uma finalidade definida. Daí normatização como o evento fundante de uma nova ordem de regramento, vale dizer, de uma tecnologia de governo.

Caberia, então, uma pergunta: em se tratando de um evento, por um lado, previsível quanto à certeza de seu aparecimento e, por outro, imprevisível quanto ao momento exato de seu aparecimento, pode a morte ser normatizada, pode ela, portadora de tais características de inconstância ocorrencial, ser colocada dentro de uma estrutura de leis e de regras? Procurarei demonstrar que, sob certos aspectos, é possível algum grau de normatização, não propriamente da morte como evento puro, mas do conjunto dos atos e mecanismos a ela associados. Mais ainda, demonstrar que a medicina e a justiça podem unir-se na elaboração de determinadas leis que produzam efeito de regramento e governo a incidir, em certas situações, sobre o ato de morrer. Leis e regras cujo conjunto, agasalhado pelo manto protetor da justiça, difundido e tornado público pelo poder midiático, acaba sendo absorvido pela prática social, naturalizando-se e passando a constituir-se em “regime de verdade”.

E uma vez que se considere viável normatizar a morte e o morrer, quem está habilitado a ditar-lhe o estatuto? Estou falando de um poder que, oriundo do saber médico – ou constituído a partir dele –, se associou a outros planos de forças, oriundos de outros territórios de conhecimento, para juntos conformarem uma vetorialidade maior e legitimadora, aquilo que Foucault chamou de biopoder.

Num primeiro momento, serão analisadas algumas tecnologias de controle exercidas sobre a morte e o morrer, numa tentativa de demonstração das possibilidades de operação do biopoder em determinados cenários clínicos. Estes, mesmo pertencendo ao território médico, onde se pensava que estivesse a ação profissional isenta de influências, não escapam de ser capturados pela mecânica dos jogos de poder do macrocenário social. Toda política de controle populacional, as estatísticas de morte e de vida, as avaliações de expectativa de vida, os cálculos atuariais das companhias de seguro e dos planos de saúde, o planejamento das políticas previdenciárias, são todos ações que, em seu conjunto, configuram uma economia sanitária, operada segundo uma regulamentação de complexas redes de entendimento.

O que estou analisando aqui, uma faceta do biopoder atuante no cotidiano das Unidades de Tratamento Intensivo, é talvez apenas um olhar superficial. Mesmo assim, trata-se de um objeto de análise que assume importância, na medida em que se constitui na fonte primária dos dados que irão compor o grande livro dos registros estatísticos.

É a partir dos documentos criados pela normatização que se registram todos os eventos biológicos – nascimentos, mortes, quais tipos de doenças matam mais, qual a idade dos que morrem, etc. – que são, dados sociais. A análise de uma documentação médica torna possível a criação de uma política de saúde, um conjunto de ações médico-sanitárias que não deixa de ser um programa socioeconômico. Uma idéia semelhante à Polícia Sanitária que Foucault (1979, p. 80) descreve em *Microfísica do Poder* ao se referir aos saberes acumulados pelo Estado no início do século XVIII na Alemanha, constituindo a *Staatswissenschaft*, a ciência do Estado.

A coletânea de registros proporcionados pelo exercício do biopoder formará a base de dados sobre a qual se desenvolverão, estimulados pela biopolítica, os novos saberes acerca do homem, de seu corpo e de seu funcionamento. Saberes que, agrupados em ciências disciplinares e protegidos pelas instituições, entrarão no *circuito da cultura*, onde promoverão a circulação comercial de bens e serviços.

Ao saber médico, coube classificar e etiquetar a morte somente após sua articulação com os saberes jurídico e institucional. A medicina – considerada aqui como um conjunto articulado de cuidados em saúde, passou em quase todo o mundo, no Brasil em particular, aos cuidados do governo. Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 23 determina que é dever do Estado cuidar da saúde da população. A partir de uma aliança entre o saber médico, as forças de governo e as instituições enfim, é que se estruturou um sistema hierarquizado de controle sobre a biologia dos habitantes, uma biologia ampliada para o conceito maior de bem-estar social, psíquico e somático, o que inclui, a morte.

Um sistema hierarquizado funciona em permanente circuito de alimentação e retroalimentação. Assim, os trabalhadores da saúde coletam os dados sobre a mortalidade, suas causas e condições e efetuam os registros que formarão o banco de dados da instituição oficial. A partir da análise dos dados, são fornecidas as ordens administrativas de cima para baixo, numa situação em que o médico não deixa de ser um “funcionário” do sistema de governo. Algo como ocorreu na Alemanha nos séculos XVIII e XIX, o que Foucault (1993) descreve em *Microfísica do Poder*:

Uma organização administrativa para controlar a atividade dos médicos. [...] um departamento especializado é encarregado de acumular as informações que os médicos transmitem, ver como é realizado o esquadrinhamento médico da população, verificar que tratamentos são dispensados, como se reage ao aparecimento de uma doença endêmica, etc., e, finalmente, emitir ordens em função dessas informações centralizadas. Subordinação, portanto, da prática médica a um poder administrativo superior.(Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 1993, p.84).

Um sistema assim montado deve cuidar de todos os detalhes da biologia dos sujeitos. Um desses detalhes é a morte. Ela não escapa ao controle do sistema de forças que se vale, dentre outras coisas, das estratégias de normatização, operando pela via da classificação e codificação, como Foucault explica:

[...] Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero.
Foucault, *História da Sexualidade I*, 1984 p.135

Se, para comprovação legal de que alguém esteja vivo, é exigido o Registro de Nascimento, há também uma exigência similar para a morte. O morto deve possuir um documento de identidade, o atestado de óbito. Não basta morrer. Exige-se um documento que ateste que se está morto.

Mesmo que a morte de alguém seja uma evidência incontestável para os circundantes, torna-se necessária a realização de uma análise técnica da situação e, ato contínuo, a declaração de que foi constatada uma morte. No entanto, tal análise não pode ser realizada por qualquer pessoa. Exige-se uma habilitação técnica, exige-se a presença do saber médico. O médico, detentor do conhecimento biológico, é o único profissional autorizado a “avaliar” o estado de morte, sendo também o único que tem a competência de descrever tal estado em documento apropriado. Ao descrever o estado de morte de determinado indivíduo, o médico atesta formalmente a existência de um morto e registra os detalhes de data, hora e *causa-mortis* no formulário oficial, o atestado de óbito, único documento aceito pelas instituições oficiais.

É nessa via de funcionamento, a via médico-jurídica, que o biopoder vai operar sobre o corpo morto, podendo examiná-lo, avaliá-lo, classificá-lo, etiquetá-lo e fazer o devido registro dos dados em documento oficial. Sem a execução rigorosa de todos os passos dessa ritualística processual, não há um morto. Apenas o morto oficial é um morto. Só ele recebe a autorização de sepultamento ou cremação. No caso de cremação, existe uma exigência extra: todos os passos anteriormente descritos, desde a avaliação até a certificação, devem ser realizados também por um segundo médico. Um morto não existe sem a documentação comprobatória.

Nenhum ato jurídico ou institucional – os casos de pecúlio ou pensão, por exemplo – inicia sem que a morte tenha sido declarada oficialmente pelo saber médico e registrada em cartório pelo poder jurídico-institucional. A ação do profissional, ao executar o processo de avaliar e constatar a morte, incide sobre a vida, uma vez que ele realiza um *exame clínico constataador de ausência de vida*. Para se atestar uma morte, procura-se por sinais de vida, sendo a morte declarada quando não se lhes encontra.

A comprovação, ou diagnóstico de morte, é conhecida como *tanatognose*. Em seguida, o médico avalia o tempo provável do estado de morte, um trabalho científico conhecido como *cronotanatognose*. O próximo passo é classificar a morte, ou seja, informar se ela foi devida a acidente, crime ou patologia. Muitas vezes, a cronotanatognose é um trabalho realizado por uma especialização do biopoder, uma sólida aliança médico-jurídica denominada medicina legal. É o médico-legista que tem o direito de abrir o corpo morto, retirar-lhe as vísceras e realizar um minucioso exame de cada parte biológica, do que resultará um laudo oficial. Um documento dessa ordem possui valor de verdade incontestável no campo jurídico.

Para etiquetar a morte, o médico utiliza um código universal composto de uma letra e três ou quatro algarismos. Esse código é conhecido por CID, Código Internacional de Doenças e Causas de Morte. É um código desse tipo que será grafado no documento oficial e representará a causa da morte, *causa-mortis*. Uma morte será etiquetada em primeiro lugar quanto ao tipo: natural ou violenta. Se violenta, receberá codificações diferentes para a violência de acidentes ou de homicídios ou suicídios. No caso de acidentes, uma subclassificação enquadrará todas as possibilidades, como, por exemplo, um tipo específico de acidente de trânsito, como o que reproduzo abaixo:

Código V79.4 - Condutor [motorista] traumatizado em colisão com outros veículos e com veículos não especificados, a motor, em um acidente de trânsito.

Fonte: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>

Outra informação que deve ser registrada diz respeito ao local do falecimento. Cada local receberá uma codificação específica. Também a data e a hora são dados importantes e devem constar no registro oficial. Todos os dados acima citados devem ser claramente registrados por ocasião do preenchimento do formulário oficial, o atestado de óbito.

Como sabemos, o biopoder não opera isoladamente. Ele está integrado a uma rede de influências sociais, econômicas, religiosas, políticas e culturais, onde se situa ao mesmo tempo

como elemento passivo e ativo. Passivo no sentido de acolher como suas, práticas ditadas por outras áreas. Ativo quando é determinante de reflexos em outros segmentos da malha social. Nessa linha de raciocínio, pode-se admitir que a articulação entre o biopoder e o poder emanado das esferas civil e judiciária acabe por produzir um regime de verdade normatizado e normalizado, vale dizer, uma biopolítica.

Tal articulação pode ser constatada quando as leis, por um lado, admitem e mesmo exigem que o biopoder constata a morte e a descreva em formulário, enquanto, por outro, instituem o registro de tal documento em escritório oficial. Só depois de ter recebido seu atestado de morte e tê-lo devidamente registrado em cartório no livro dos mortos é que o morto está habilitado a ocupar seu domicílio definitivo: *Art. 71. Nenhum sepultamento será feito sem que se apresente a certidão de óbito ou documento legal que a substitua* (Lei Nº: 4.634/2007. Município de Cascavel, SC).

Os registros documentais dos dados biológicos é que proporcionam a fantástica fonte de informações sobre as quais a biopolítica se debruça para estudar e elaborar suas políticas de controle. Os registros cemiteriais são um exemplo dessa documentação. Mesmo com as variações sujeitas à geografia das culturas locais, os livros cemiteriais mantêm sua estrutura básica:

Art. 55. Além dos livros exigidos pela legislação fiscal e outros, cada cemitério terá obrigatoriamente:

- I - Livro de Registro de Sepultamento;
- II - Livro de Registro de Exumações;
- III - Livro de Registro de Ossários;
- IV - Livro de Registro dos Jazigos;
- V - Livros-Tombo;
- VI - Livro de Escrituração Contábil de Contribuições e Tarifas;
- VII - Talão de Recibos;
- VIII - Livro de Registro de Reclamações.

Art. 56. Todos os livros deverão ser aprovados pela Administração e por ela serão autenticados, mediante termo de abertura, rubrica e termo de encerramento.

Quadro 2 – Livros de Registros Cemiteriais.

O registro cartorial é outro mecanismo de controle que Foucault menciona ao tratar das tecnologias operatórias do biopoder. É a partir dos registros de toda a atividade biológica que se dão as condições de possibilidade para a entrada em operação das políticas sociais. O número de nascimentos, o número de mortes, as doenças que ocasionaram a morte, os locais em que a morte ocorreu, enfim, toda a gama de peculiaridades que possam ser avaliadas e registradas em cada evento mortal será objeto de registro. Os livros dos mortos conterão,

assim, as minúcias de todas as ocorrências biológicas de uma comunidade. A partir dessa formidável base de dados, é possível a criação de uma política de ações médicas, higiênicas, sanitárias, educativas, etc. A biopolítica pode, a partir dessa base de dados, exercer o controle da população, o controle dos vivos e dos mortos.

No Anexo V,¹² reproduzo um formulário oficial de registro de óbito, o chamado Atestado de Óbito. É esse documento que será enviado ao Cartório de Registros de Nascimentos e Óbitos para que o escrivão repasse para o Livro dos Mortos as características descritas no Atestado. O saber-poder jurídico aceita e dá fé ao saber-poder médico. O documento emitido pelo segundo é avalizado e tornado oficial pelo primeiro. A partir do registro no Livro dos Mortos, pode-se dar início a toda a série de atos e processos jurídicos e institucionais, os quais envolvem, em geral, algum tipo de movimentação financeira. Assim, ocorrem os resgates de pecúlio, o pagamento dos seguros de vida, as pensões previdenciárias e a equilibrada distribuição dos bens e direitos do falecido entre herdeiros e meeiros.

Interessante observar que a morte do indivíduo físico não significa necessariamente a morte do sujeito-jurídico. Os processos que estejam em andamento no Poder Judiciário seguirão seus trâmites legais, esteja o interessado vivo ou morto. Um exemplo disso é o fato de muitas aposentadorias solicitadas pela via judicial serem autorizadas quando o interessado já está morto. Recentemente (mais exatamente, em outubro de 2008), um líder político brasileiro falecido há mais de dez anos foi absolvido de seus atos de “rebeldia” política. São casos que reforçam a existência do morto com identidade de vivo a possibilitar, por exemplo, a inscrição na lápide: *Aqui jaz Fulano de Tal*.

A inscrição tumular indica que Fulano de Tal, em seu estado jacente, *está* ali. Como pode *estar* ali se já morreu? Essa parece ser uma interessante característica cultural, resultado da articulação entre a religião e a modernidade. Para compor essa aliança cultural, a religião trouxe a fantasia do sono, enquanto a modernidade apresentou seu indivíduo com identidade própria.

A modernidade inventara o sujeito moderno, competente em sua liberdade, portador de características que lhe eram exclusivas, elementos, enfim, que o individualizavam. Essa individualização significava, entre outras coisas, a aquisição de uma identidade (do latim *identis* = igual), a qual remete à idéia de um ser único e exclusivo, portador de características

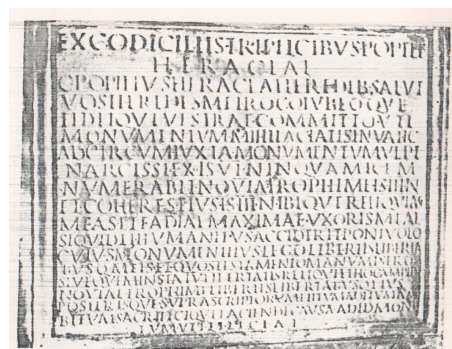
¹² A reprodução do documento não foi permitida pela autoridade médica. Há um modelo disponível na Internet em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/declaracao_obitos%20.pdf.

que lhe sejam próprias, distinguindo-o dos demais. A aliança a que me refiro faz com que o indivíduo – portador de uma identidade – permaneça em estado hipnótico no *post-mortem*, surgindo, assim, o morto com identidade. A partir dessa mecânica, desse jogo de poder, o morto conservará, em seu sono, a identidade do vivo que um dia foi, uma identidade que poderá servir a vários fins, entre eles, o comércio, como demonstrarei no segmento “A morte como mercadoria”. Outra utilidade da identidade do morto é tornar mais fácil, aos que o sucedem, lembrá-lo. Essa é a tônica que rege a construção das estátuas e dos retratos desde a antiguidade. O mesmo sentimento de lembrança leva muitas famílias a mandarem confeccionar réplicas de fotografias em porcelana para afixá-las nas lápides de seus entes queridos.

É pela conservação de sua identidade como se vivo fosse que o morto continua sendo homenageado em suas datas de nascimento e falecimento. Os que foram celebridades, autoridades ou ídolos, os famosos, enfim, são celebrados publicamente, enquanto a classe comum o faz em âmbito doméstico, entre amigos e parentes.

Para que não fique ninguém sem ser lembrado, a religião dedicou um tempo especial para a festa dos mortos, uma festa convenientemente hierarquizada em dois níveis: no primeiro dia, celebram-se todos aqueles que foram considerados santos pela religião – dia de todos os santos. A comemoração desse dia é exclusiva dos mártires, dos abençoados. No dia seguinte, pode-se então estender essa festa aos demais mortos, os mortos comuns – dia de finados.

É fato que certa identificação do corpo morto



El título del mausoleo A con el testamento de Popílio.

Figura 23 – Lápide de Numa Pompílio

já existia desde o final do século II, especialmente em Roma. Com as escavações realizadas no subsolo romano, os arqueólogos (Vives, 1954) encontraram inúmeras inscrições tumulares a indicar seus ocupantes (Figura 23). Essa prática persiste até nossos dias, agora contando com a sofisticação tecnológica que permite que uma página de Internet criada pelo indivíduo vivo permaneça visitada e recebendo mensagens mesmo depois da morte do proprietário. Esse assunto será abordado com mais detalhes no segmento “A morte na era pós-moderna”.

As tecnologias de controle da morte

E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2005, p.294.

O foco da temática que coloco a seguir está centrado no estudo de situações vivenciadas no cotidiano da atividade médica, em especial, situações em que o médico se vê confrontado com a possibilidade de ocorrência de uma morte. Na primeira parte, vou analisar a morte *inesperada*, assim chamada por aparecer fora do local correto; na segunda, alguns aspectos que cercam o evento morte dentro das Unidades de Tratamento Intensivo (UTI).

Nossa cultura ocidental aceita ou espera que a morte ocorra dentro de instituições. É no hospital, no asilo ou no sanatório que devem estar os vivos prestes a morrer. A morte ocorrida em tais ambientes, mesmo que ainda se constitua em algo indesejado, é recebida como estando dentro das normas. Afinal, a sociedade moderna criou esses locais específicos para onde os vivos que estiverem com sua saúde abalada devem ser conduzidos. Permitir a alguém que não esteja *normal* que continue perambulando por aí não é uma boa prática moderna; afinal, alguém nessas condições deve ser recolhido ao local adequado, o hospital, para lá ser nomeado sujeito-doente e, então, depois de minuciosamente analisado e etiquetado, submeter-se a um plano terapêutico rigidamente detalhado.

Por outro lado, a morte ocorrida fora desses locais é considerada uma morte *ectópica*, deslocada de seu *locus* normal de ocorrência e, por isso mesmo, chamada de morte inesperada. Os vivos que, como a maioria de nós, andam circulando pelas cidades, vivendo uma vida *normal*, não são, salvo nos casos de violência ou acidente, candidatos naturais ao morrer. Mesmo assim, contrariando essa generalização, mortes ocorrem diariamente nesse grupo populacional, as mortes inesperadas. Vou-me deter um pouco no estudo desses eventos.

Para possibilitar um amplo entendimento dos quadros clínicos que serão abordados no decorrer desta seção, mister se faz uma breve explanação técnica sobre as ocorrências biológicas presentes e testemunháveis que indicam o final da vida.

Tecnicamente, a ciência afirma que a cessação das funções vitais ocorre por privação de oxigênio no cérebro, situação nomeada como morte. Assim, o quadro clínico de maior frequência é a parada cardiorrespiratória, determinante do estado que a medicina chama de hipóxia (baixa concentração de oxigênio na circulação), que pode progredir para a anóxia (falta total de oxigênio na circulação). Com a falta de oxigênio, o cérebro “desliga” a consciência, a musculatura relaxa completamente e o indivíduo tomba. Nessa ocasião, esse indivíduo *é percebido* pelos circundantes como tendo acabado de falecer. Um médico presente pode, nesse momento, constatar a ausência de pulso – demonstrativo da ausência de batimentos cardíacos – e a ausência de respiração, situações que o autorizam a declarar o indivíduo como morto. Um eletrocardiograma confirma, pela presença de um gráfico linear, o não-funcionamento cardíaco. Pode-se, então, afirmar que essa pessoa está morta, irremediavelmente morta? A resposta é não. Veremos a seguir por que nem sempre esse momento é a “morte real”, verdadeira e definitiva.

Existem no mínimo duas evidências que podem comprovar o que acabou de ser dito, e vamos explorar um pouco cada uma delas nos próximos itens a e b.

a- A morte é um processo, não uma instantaneidade. O cérebro demora cerca de dez minutos para perder toda a sua vitalidade, e algumas células do corpo estarão ainda viáveis muitas horas depois, um fato biológico que possibilita os transplantes. Nesse tempo, cerca de dez minutos *post-mortem*, uma intervenção de ressuscitação ainda é possível de ser executada por pessoal treinado, ou seja, essa morte ainda não era uma morte, pelo menos não definitivamente.

b- Quando um órgão é transplantado, segue vivendo em outro organismo. Vários órgãos transplantados viverão em outro/outros indivíduos. Levando ao limite, podemos imaginar que alguém cujos órgãos tenham sido todos transplantados a outros indivíduos continuará a viver, um pedaço em cada corpo – uma hipótese que pode ser tão hilária quanto assustadora.

As assim chamadas “evidências de morte” não significam a paralisação imediata de todas as unidades celulares. É possível encontrar ainda algum grau de atividade celular algumas horas depois da declaração de morte. A primeira questão a ser vista é que o cérebro não morre instantaneamente. Continua a viver, mantendo funcionais muitas de suas neuro-atividades, graças em parte à presença de um oxigênio residual ainda disponível. Estima-se que o cérebro perca sua vitalidade numa proporção de dez por cento a cada minuto após a parada

cardiorrespiratória. Assim, seriam necessários cerca de dez minutos para que ocorresse uma total descerebração.

Esse é o argumento científico que justifica a ação salvadora denominada *ressuscitação cardiorrespiratória* (RCP), executada por técnicas de fácil aprendizagem mesmo por leigos. Esse fato tem especial importância quando se sabe que a maioria das paradas cardiorrespiratórias ocorridas em pessoas fora do hospital não se constitui em paradas completas, isto é, o coração não está totalmente parado (assistolia), mas movimentando-se descoordenadamente, numa espécie de tremor, uma situação denominada fibrilação ventricular, realidade que é sentida equivocadamente pelo examinador externo (mesmo médico) como sendo parada cardíaca. Uma correta intervenção nesse momento – constante de respiração boca a boca, compressões torácicas e uso de um desfibrilador externo automático (DEA) – pode reverter o quadro com sucesso.

Em muitos locais do mundo, as pessoas estão sendo treinadas para o uso correto desse fabuloso equipamento DEA, bem como em técnicas de RCP. Na cidade americana de Seattle, no Estado de Washington, ocorreu um treinamento de boa parte da população nas técnicas de ressuscitação cardiopulmonar e uso do DEA, dentro de um programa de acesso público à desfibrilação. Paralelamente, foram distribuídos aparelhos DEA em vários locais estratégicos da cidade, como teatros, escolas, academias de ginástica, estádios, hotéis e *shoppings*. Os resultados ao longo de cinco anos mostram um sucesso significativo na ressuscitação pós-parada, reduzindo o número de mortes efetivas em cerca de quarenta por cento¹³. No Brasil, em várias capitais, já existe legislação que determina não só a colocação de um DEA em locais por onde circulem mais de mil e quinhentas pessoas por dia, como também o treinamento de pessoas que trabalhem nesses locais. Espera-se, com isso, em futuro breve, uma importante redução no número de óbitos resultantes de paradas cardiorrespiratórias ocorridas fora do hospital, como nos casos de ataque cardíaco, acidente vascular cerebral e eletrocussão.

Sendo possível a ressuscitação de pessoas que estejam na rua, na academia, no teatro, não seria ainda mais viável quando isso ocorra dentro de um hospital? Paradoxalmente, a resposta parece ser negativa em muitas situações. Para entender melhor, é importante delinear o perfil médico das pessoas que estão internadas.

¹³ Dados retirados do *site da American Heart Association*.

Os internados em instituição hospitalar podem, teoricamente, ser divididos em três grandes grupos, a saber:

a - Os pacientes que entram apenas para resolver um problema agudo, de pequena ou média gravidade, ou para submeter-se a uma cirurgia.

b - os que sofreram um evento agudo de graves proporções, com alto risco, internados nas UTIs.

c - os pacientes que deram entrada em fase final de graves estados de saúde, aqueles que são internados para que o óbito não ocorra em casa.

Os primeiros constituem a maioria. Estão internados para resolver um problema pontual, algo que, uma vez solucionado, lhes permita em poucos dias o retorno ao lar em condições seguras. Dessa forma, cerca de noventa por cento dos pacientes que internam acabam tendo alta mais dia, menos dia. Nesse grupo, o saber médico define, classifica e etiqueta quem está saudável e quem está doente, estando ainda autorizado a agir sobre esse sujeito, agora chamado “paciente”. Pode operar sobre ele, efetuando intervenções que podem ir de simples aconselhamento a grandes aberturas em seu corpo, com retirada de órgãos e amputações, passando pela medicalização e um extenso repertório de procedimentos ditos terapêuticos. Nesse grupo, não são frequentes as paradas cardiorrespiratórias. Quando ocorrem, são tratadas como eventos extraordinários – mortes inesperadas, estudadas no início do capítulo – e serão alvo das práticas de ressuscitação cardiopulmonar.

Em todos os casos em que ocorra uma ressuscitação cardiopulmonar (RCP), tanto naquelas situações de *morte inesperada* intra-hospitalar quanto nas ocorrências extra-hospitalares, em todas elas, o binômio dinâmico vida → morte sofre uma interferência do biopoder. Uma interferência que opera transversalmente, numa transversalidade situada fora do habitual e esperado eixo cartesiano vida-morte. Constata-se a transversalidade, na medida em que o biopoder é exercido por elemento estranho ao ser, deslocando, com sua força, o sentido da linha evolutiva tida como natural. A medicina, como ciência normatizada, normalizada¹⁴ e naturalizada, reconhecida como detentora do conhecimento biológico, pode

¹⁴ A medicina clínica já nasceu *normal*, o mesmo não acontecendo com a medicina cirúrgica, que foi, até o século XIV, uma atividade exercida pelos “barbeiros-cirurgiões”, situando-se no limite da lei e, muitas vezes, fora dela. Portanto, foi preciso *normalizar* a cirurgia, torná-la legal e *normal* para que, então, fosse aceita pela medicina geral como uma parte dela.

exercer transversalmente o biopoder, modificando a trajetória vital e anulando assim os efeitos da morte.

O biopoder, estando alinhado com os poderes civil e jurídico, forma uma rede de interesses sociais que poderíamos chamar – retomando a terminologia foucaultiana – uma biopolítica. Tal biopolítica, ao estabelecer as regras e normas para a vida e para a morte, acaba por criar um regime de verdade que, por sua vez, é responsável pela elaboração, difusão e aceitação de um *éthos* biológico. Não é mais a natureza que rege os fenômenos biológicos, mas a ciência médica. O saber, um saber biológico, é organizado em disciplinas acadêmicas, às quais um pequeno número de pessoas terá acesso nos cursos oficiais de medicina. Os detentores desse saber – os médicos – estão autorizados culturalmente a fazer uso comercial de tais saberes. Alinhado com o saber jurídico e legitimado pelo saber institucional dos governos, o médico torna-se agente do biopoder. Com isso, pode – nos casos de *morte inesperada* – entrar em cena e operar transversalmente, interferindo e deformando a linha evolutiva natural. Está autorizado a exercer seu biopoder e a roubar dos braços da morte aquele sujeito morto, trazendo-o de volta ao mundo dos vivos, num feito heróico semelhante ao efetuado por Hércules ao resgatar da morte a bela Alceste, devolvendo-a viva ao marido Admeto, segundo nos conta Eurípedes.¹⁵ O médico, ao produzir a ressuscitação de alguém que acaba de morrer, exerce um biopoder e age dentro do registro *fazer viver*.

O segundo grupo de pacientes hospitalizados é constituído de portadores de doenças ou situações clínicas muito graves, consideradas irreversíveis – pessoas que estão moribundas e que são levadas ao hospital para evitar o falecimento no domicílio. Na cultura contemporânea, a morte não pode entrar em nossa casa, daí a necessidade do recolhimento do moribundo ao hospital. Diferentemente dos indivíduos do primeiro grupo, ele não vai ao hospital para se tratar e viver, vai para morrer. Nessas situações, em que não existe nenhuma expectativa de solução para os males do paciente, agora considerado moribundo, as tramas de ação do biopoder podem ser identificadas em uma das três situações seguintes.

Primeiramente, o médico pode continuar “tratando” o paciente como se fosse possível a obtenção de alguma melhora. Fatores de ordem econômica e/ou emocional são os determinantes de uma postura de terapia obstinada adotada pelo profissional, prolongando a vida ou, melhor dizendo, prolongando a agonia e o sofrimento. Em tal postura – hoje

¹⁵ MÉNARD, René. *Mitologia Greco-Romana*. São Paulo: Opus, 1997. p.107-115.

culturalmente condenada – de obstinação terapêutica, o biopoder aparece *não deixando morrer*. Novamente, trata-se de uma ação transversal do biopoder, operando do exterior do ser, mas intencionalmente incidindo sobre ele ao retardar-lhe a morte, mantendo o sofrimento, num processo chamado *distanásia*.

A segunda possibilidade que se apresenta é aquela em que o médico, em comum acordo com o paciente, se dispõe a auxiliar para que a vida termine mais rápida e confortavelmente. Aqui se situam a eutanásia e o suicídio assistido.

Ao longo das últimas décadas, a humanidade tem se aproximado do conforto. As árduas e penosas tarefas causadoras de desconforto ou dor já são uma raridade. Sentir algum tipo de dor nos dias atuais é uma idéia que está ficando cada vez mais distante do ser humano. Assim, o afastamento da dor de nossa realidade torna-nos amedrontados frente à perspectiva de senti-la em nossos derradeiros momentos. A idéia de que a morte já é dolorosa em si mesma, em sua essência, já nos autoriza a ansiar por uma total ausência de desconforto físico quando de nossa partida. A partir dessa ansiedade, nasceu uma corrente de pensamento que passou a defender o suicídio assistido ou, ainda, o abreviamento da vida pela ação (ou falta dela) por parte da equipe de saúde. Nos dias que correm, no mundo todo acontecem discussões éticas, morais e religiosas sobre o assunto.

Diminuir o tempo de sofrimento físico e/ou emocional de um paciente pela aceleração do processo de morte é o objetivo dessa ação. O termo *eutanásia* vem do grego *eu* (“correto”) + *tanatos* (“morte”) + o sufixo *ia*, designativo de corrente de pensamento ou sistema cultural. Poderia ser traduzido como *boa morte* ou *morte apropriada*. De maneira geral, entende-se por eutanásia o processo em que uma pessoa causa deliberadamente a morte de outra que está mais fraca, debilitada ou em sofrimento. Neste último caso, a eutanásia seria justificada como uma forma de evitar um sofrimento acarretado por um longo período de doença. Em resumo, eutanásia seria a morte sem dor, sem sofrimento, geralmente antecipada e tornada, pela ação médica, suave e indolor. Com o uso de determinadas substâncias medicamentosas, é possível não apenas retirar por completo a dor, mas até, em certos casos, proporcionar certo prazer.

Existe em alguns países a possibilidade de o médico auxiliar o paciente a morrer, fornecendo-lhe os meios materiais para tanto – substâncias químicas que, uma vez ingeridas, produzirão uma morte suave e indolor. Tendo sido o paciente que praticou o ato de ingerir a substância, é considerado um suicídio. Havendo a colaboração de um médico, que ficará ao

lado do paciente até que a morte se efetive, tal suicídio é chamado de suicídio assistido. Assistido aqui teria o duplo sentido de algo a ser olhado como espetáculo e algo a ser auxiliado, evento ao qual se presta algum tipo de assistência.

Trata-se de uma situação cuja validade ética e moral ainda não está totalmente assimilada nas culturas ocidentais, constituindo-se em polêmico tema nos embates sociais, especialmente entre religião, ciência e justiça. De qualquer forma, a mídia continua a noticiar os casos de eutanásia, ocorridos principalmente nos Estados Unidos. Nas conversas informais entre profissionais de saúde, o tema costuma aparecer como sendo algo familiar e de ocorrência supostamente bem mais corriqueira do que talvez se noticie oficialmente. Numa situação de eutanásia e mesmo no suicídio assistido, o biopoder está presente com toda intensidade nos moldes do antigo poder régio no momento em que, em nome da bondade e da compaixão, *faz morrer*.

A terceira possibilidade de atitude médica a ensejar mais um campo operacional do biopoder é o caso do doente terminal, cujas expectativas de tratamento foram esgotadas e cujo sofrimento e agonia causem transtornos a ele, o paciente, à família e mesmo à equipe de saúde e à instituição hospitalar e que, por seu estado de inconsciência ou confusão mental, não possa ativamente demonstrar seu desejo de extinção da vida. Denominada *ortotanásia*, tal atitude médica resume-se em deixar de executar qualquer medida técnica que possa continuar mantendo a vida, “permitindo” que a chama vital se apague “ao natural”. Aceita e validada pelos poderes jurídico e social, a ortotanásia ainda encontra resistência em variados setores da sociedade brasileira. O documento que define e normatiza a ortotanásia é a Resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina (reproduzida na íntegra no Anexo II), cuja ementa é a seguinte:

Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal.

No momento em que retira do paciente as medidas assistenciais que poderiam mantê-lo vivo – como no caso da ortotanásia –, o biopoder opera dentro do eixo *deixar morrer*.

Os eventos analisados até aqui parecem confirmar a existência de um conjunto de forças operacionais legitimadas pelo saber médico, constituindo-se em biopoder. O que

tentarei demonstrar a seguir é que o biopoder não opera solitário, e sim solidário. Ao aliar-se a outros saberes, forma uma teia ainda mais complexa, a biopolítica.

A rede da biopolítica aparece com cores vivas quando analisamos os acontecimentos que ocorrem dentro de uma Unidade de Tratamento Intensivo, UTI, local onde o *morrecimento* é acompanhado e monitorado em detalhes ininterruptamente. Assim, os pacientes estão em seus leitos, que nas UTIs se constituem em pequenas unidades fechadas nas laterais, portanto, isoladas umas das outras, mas abertas no lado em que se situam os pés do paciente, permitindo que uma unidade central de controle tenha uma visão de todos os pacientes sem que estes vejam uns aos outros. Assim dispostos, cada paciente ocupando seu espaço e em cada espaço apenas um paciente, os indivíduos permanecem permanentemente vigiados por um complexo sistema eletrônico que analisa e exibe em painel os dados biológicos necessários ao acompanhamento médico de cada caso. Esse monitoramento torna viável o atendimento imediato de situações de risco anunciadas por algum tipo de alarme sonoro e/ou visual.

Independentemente do diagnóstico, no momento em que um alarme eletrônico anuncie a entrada de um paciente no estado clínico denominado pela medicina como morte cerebral, entram em operação as tecnologias do biopoder. O profissional que acumulou os saberes da biologia humana é autorizado a falar e passa a ter o controle total da vida e da morte. Numa tal situação, de que forma é exercido algum tipo de controle sobre a morte e o morrer? Vejamos algumas possibilidades.

Primeira. Se a UTI não estiver lotada – um raro caso em que existam leitos vagos – o médico *pode deixar* que os equipamentos eletrônicos e mecânicos mantenham a vida. Essa postura de *poder deixar* está a indicar a existência de algum condicionante, em geral, a família. É a família que decidirá pela morte dentro de alguns dias ou semanas, movida por uma das seguintes forças: quando a lenta espera por algum acontecimento aumente de tal forma a angústia do grupo familiar que este decide “autorizar” ao médico o desligamento dos aparelhos; ou, na medida em que um paciente em UTI custa de dez a doze vezes mais caro que um paciente internado em leito comum, quando sua manutenção na unidade se torna um custo a cada dia mais elevado, enquanto as esperanças correm em sentido contrário. Em todo caso, o desligamento dos equipamentos não é feito num tempo aleatório. Pelo contrário, muitas vezes é programado para acontecer num horário adequado – começo ou final do dia – e, se possível,

perto do final de semana. Com isso, minimizam-se os inconvenientes de uma interrupção das rotinas diárias de todos os envolvidos para que participem dos ritos mortuários.

A segunda possibilidade é o caso de a família concordar, desde o início, com a doação de órgãos. Numa tal situação, a morte é programada pela equipe médica para que ocorra no momento exato, obedecendo a um cuidadoso planejamento. Tal planejamento inclui o tempo de aviso e preparação do paciente receptor (nem sempre ele está internado e, muitas vezes, está em outra localidade), o tempo de transporte entre o doador e o receptor e as disponibilidades de pessoal técnico e de equipamentos. Não são incomuns os casos em que o órgão doado deva ser transportado para outra cidade por via aérea, em viagem que pode necessitar adiamento por impossibilidade de voo noturno, por condições meteorológicas desfavoráveis ou, ainda, por falta de pessoal técnico. Mesmo em morte cerebral, o paciente é mantido vivo para conservação da vitalidade tecidual dos órgãos a serem transplantados. No momento exato, os equipamentos são desligados, o órgão (ou vários) é retirado e, então sim, o paciente é declarado morto e a família recebe um documento comprobatório, o atestado de óbito.

A terceira possibilidade, talvez uma das mais comuns, ocorre quando a UTI está lotada e existam pacientes à espera de leito. Nesses casos, havendo um paciente classificado como “inviável”, o médico está não apenas autorizado pela lei, mas instado por ela, a efetivar a morte imediata pelo desligamento dos equipamentos. É dever do médico desligar os equipamentos – *fazer morrer* – para abrir uma possibilidade de tratamento para outro paciente, teoricamente mais viável, no qual serão investidos todos os esforços terapêuticos disponíveis – *fazer viver*. O biopoder que Foucault tão bem demonstrou está aqui presente de forma escancarada.

Uma consulta técnica encaminhada por um Hospital do Rio Grande do Sul ao Conselho Federal de Medicina (CFM) em 2003 (Anexo III) mostra com clareza como o médico deve atuar em tais ou quais casos. Desse documento, recortei o seguinte fragmento:

[...] Fica ainda uma questão: se a família recusar-se a aceitar a interrupção dos cuidados, ainda que tal posição tenha sido referendada pelo médico de sua confiança, têm os médicos assistentes o poder de interrompê-lo? Pensamos que sim, pois a verificação da morte por quaisquer critérios é um ato de competência do médico.

(Processo-consulta ao Conselho Federal de Medicina, nº 7.311/97, retirado do Relatório Eletrônico do CFM).

O que se dá então é um jogo de forças, regularizado, normatizado e hierarquizado, em que uma organização (CFM) regula o médico e este regula a vida e a morte. Um biopoder que

tanto faz viver – na medida em que coloca o doente gravemente enfermo sob cuidados intensivos de tal monta que mantêm a vida “sob seu controle” – quanto deixa (ou mesmo faz) morrer – na medida em que, no momento que lhe pareça mais oportuno, pode desligar os equipamentos que ele mesmo colocou, fazendo então o caminho inverso.

Essa regulação da morte, em que a decisão de deixar viver e fazer morrer ou de fazer viver e deixar morrer se dá sob os auspícios da autoridade médica, encontra, no saber científico, as lógicas que a justificam e, no saber jurídico, as lógicas que a validam. Assim normatizada, com o aval acadêmico estabelecido, com elaboração de um conjunto rigoroso de padrões de conduta, vale dizer, com o estabelecimento de um *éthos* próprio, a regulação da morte passa a adquirir estatuto de lei, constituindo-se em regime de verdade.

O biopoder não age apenas no eixo vida-morte. Ele também está presente nas tecnologias de classificação dos pacientes, na determinação de quem vai viver e quem vai morrer. Tal classificação, mesmo não constando dos manuais técnicos, portanto, não-oficial, existe como operador sistemático dentro do cotidiano hospitalar.

Os pacientes internados numa UTI podem (e são) classificados, segundo nos mostra Menezes (2006) em seu ensaio *Entre o biológico e o social*, dentro de três eixos: o primeiro, *viabilidade*, determinado pelo conhecimento médico; o segundo seria o eixo *social*; o terceiro, um eixo *institucional*. No primeiro momento, os pacientes são classificados em viáveis ou não. Sem a existência de código formal e técnico para efetivar tal escolha, os critérios são ditados pelas “normas do bom senso”, o que equivale dizer pelo olhar subjetivo de cada examinador.

Um doente viável que apresenta melhoras durante a internação é classificado de “responsivo”. O tipo de comportamento do paciente também o classifica. Assim, há o doente “cooperativo”, bonzinho e querido por todos; não reclama dos procedimentos desconfortáveis, é solícito e aceita bem todas as intervenções terapêuticas. No outro extremo, temos o “rebelde”, aquele que sempre reclama, que reluta em colaborar com a equipe e que dificulta o trabalho dos atendentes.

É especialmente no primeiro eixo que operam as tecnologias do biopoder. O médico, detentor do saber, “avalia, classifica e determina” a viabilidade dos pacientes. Portanto, sempre que tiver que escolher entre dois pacientes, qual o que vai viver e qual o que vai morrer, o médico da UTI estará exercendo o biopoder.

Essas variadas tecnologias de controle que acabo de descrever, uma vez estando intimamente imbricadas no tecido social, normalizadas, normatizadas e naturalizadas pela cultura, correspondem a uma práxis social contemporânea. E se, por um lado, olhar para esse conjunto de práticas como constitutivas de uma rede biopolítica pode auxiliar no entendimento de um dos *modus operandi* do biopoder, por outro lado, é importante um dar-se conta de que o biopoder opera igualmente em outras instâncias. Então, ao usar o conjunto de comportamentos e práticas sociais como superfície de análise, vejo que salta aos meus olhos uma variedade de outras formas de operacionalização das quais o biopoder se vale para estabelecer critérios, validar normas, ditar regras de comportamento e normatizar a vida. Entre tais formas, está a educação. E ao falar em educação, refiro-me não apenas às práticas escolares regulares e oficiais mas a todo conjunto das pequenas pedagogias do cotidiano que vão desde as conversas informais dos cidadãos comuns até as prescrições veiculadas pela mídia.

A linha-limite: densidade e espacialidade

Limite: Linha que determina uma extensão espacial ou que separa duas extensões. Linha que marca o fim de uma extensão (espacial ou temporal).

Houaiss, Antônio. *Dicionário de Língua Portuguesa*. 2004, p.1759.

Circula, pelo menos nas sociedades ocidentais atuais, certo número de ditos populares, alguns dos quais carregados de uma densidade significativa que os faz figurar como asserções. Distribuem, em sua circulação, um discurso cujo teor de verdade parece não admitir questionamentos. *A morte é o limite da vida* é um desses ditos. A noção de que a vida termina no evento *morte*, de que a vida encontra na morte seu limite, parece ser uma das noções com as quais nossa contemporaneidade naturalmente convive. Nessa ótica, *limite* passa a ser, então, a palavra que encerra a derradeira verdade. É a palavra determinante do fim. É nela que se detém, inexoravelmente, o fluxo da experiência vital. Palavra que se comporta como signo, uma vez que contém em si mesma o conceito de finitude.

Mas o que é um limite? Entre tantas definições dicionarizadas (HOUAISS, 2004), encontrei: *linha que determina uma extensão espacial ou que separa duas extensões; linha de demarcação; raia; linha que marca o fim de uma extensão (espacial ou temporal)*, etc. Atrelado ao conceito de limite, aparece com frequência o conceito de linha, o que projeta no pensamento uma espacialidade e uma densidade.

Ocorre que há outro conceito de limite, utilizado na Matemática. Nesse campo – simplificando ao máximo o conceito –, limite remete a um valor que está situado para além do maior valor pensável, o que o coloca *quase* como sinônimo de infinito. A diferença está em que o limite permite ser situado, ou seja, ele pode *teoricamente* ser alcançado, enquanto o infinito não.

Esse conceito matemático de limite – ao declará-lo objetivamente, ou seja, ao definir sua existência, no mesmo momento em que o situa no espaço-tempo que está muito além daquilo que pensamos – pode servir como pano de fundo para situar a experiência cotidiana de enfrentamento da morte por grande parte da população: por um lado, a certeza de que a morte existe, a convicção de que ela é um fato real; por outro, a noção de que ela, pelo menos neste

momento, deve estar lá, no longínquo tempo que ainda está por vir. Separando os dois pensamentos, uma distância. Uma distância indefinível e imensurável – posto que uma dimensão subjetivada – separa o agora da vida e o momento de encontro. Separa o pensar do tempo presente e o exato ponto de cruzamento com a linha de limite, o ponto do limite-meta.

Ao descrever as experiências de Bichat¹⁶ nos primórdios da anatomia-patológica, Foucault (1980, p. 161) fala dessa linha: “a morte é apenas a linha vertical e absolutamente fina que separa, mas permite aproximar, a série dos sintomas e a das lesões”. Foucault (d)escreve – e eu *vejo* – a linha vertical, numa ortogonalidade que percorre o espaço de cima para baixo, sem que se saiba onde se situam seu início e seu término. Mais ainda, não é possível determinar se essa linha surgiu cruzando o campo do sentido ou se já estava lá, na invisibilidade das coisas ininteligíveis.

Ocorre que Foucault fala da linha-limite para demonstrar como foi possível ao olhar médico do século XVIII – o olhar da experiência que vasculha o interior do corpo – percorrer o espaço direcional vida-morte nos dois sentidos: ora olhando o corpo, a doença e o indivíduo-espaço a partir da vida e acompanhando suas modificações até bem depois do último suspiro, ora fazendo o caminho inverso, tentando entender a vida e a doença a partir do que restou no corpo. É nesse exercício de uma experiência médica que Foucault coloca a linha divisória, uma linha que, ele mesmo diz, *separa, mas permite aproximar*.

Pensar sobre a linha-limite implica dar-lhe, pela racionalidade, uma conformação espacial, ou ao menos uma espessura e uma densidade. Caberia, então, a pergunta: qual a espessura da linha-limite? Ou, ainda: *há* uma espessura? Ou será ela virtual? Foucault fala de uma linha *absolutamente fina*, mas penso que tenha assim afirmado apenas para facilitar a passagem do olhar médico que da morte, do corpo morto, examinava retrospectivamente a vida:

A possibilidade de abrir imediatamente os corpos, diminuindo o mais possível o tempo de latência entre o falecimento e a autópsia, permitiu fazer coincidir, ou quase, o último momento do tempo patológico e o primeiro do tempo cadavérico.(Foucault, Michel. *O nascimento da clínica*. 1980, p.161).

¹⁶ Bichat – Marie François Xavier Bichat (1771-1802). Anatomista francês, considerado o pai da anatomia patológica. Utilizando a dissecação de cadáveres para fundamentação de suas teorias, ele difundiu o conceito de que seriam os tecidos, e não os órgãos, as verdadeiras sedes das lesões e das patologias. Foi figura singular no desenvolvimento e difusão da corrente filosófica denominada *vitalismo*, segundo a qual a vida só é possível pela existência de uma espécie de impulso vital (*élan vital*), distinto de energia ou de outra força física ou química. Fonte: Margotta, Roberto. *História ilustrada da medicina*. Lisboa: Centralvivos, 1996, p.138.

Por mais fina que possa ser, a linha-limite contém, em sua infinita dimensão de invisibilidade, uma densidade pesada e opaca que, como a tesoura de Átropos, corta o fio da existência.

Alguns documentos médicos do século XIX a que tive acesso¹⁷ possibilitam pensar nessa linha como muito tênue ao sugerirem que a autópsia seja realizada *o mais rápido possível*, como o demonstra o excerto seguinte:

Poder-se-há, senhores, d'este painel de symptomas concluir outra cousa, a não ser o progresso das alterações orgânicas, e das perturbações funcçionaes, e consequentemente a próxima terminação fatal da moléstia? [...] A autópsia que haveis de praticar brevemente vos demonstrará que a moléstia principal de Adrião Telles foi a infecção paludosa [...]

Faria, Antônio J. *Apontamentos para o estudo de clínica médica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

Dentro desse panorama onde se desenvolveu a experiência anatomopatológica de Bichat, Morgagni, Valsalva e tantos outros, a linha-limite apresenta-se absolutamente permeável. Uma permeabilidade que permite dizer que “*a vida se liga à morte*”¹⁸ como ao que a ameaça positivamente e pode destruir sua força viva” (Foucault, 1980, p. 177). Mais ainda, na medida em que se reconhece a morte como um processo lento e progressivo, a linha-limite passa a configurar-se como uma nebulosa zona de transição onde não há apenas uma morte a ocorrer, mas uma profusão de pequenas mortes dispersas no tempo mórbido e no espaço do corpo-objeto ou, nas palavras de Bichat em *Recherches physiologiques*, p. 242, citadas por Foucault em *O nascimento da clínica*:

A morte é, portanto, múltipla e dispersa no tempo: não é o ponto absoluto e privilegiado a partir de que os tempos se detêm para se inverterem; tem, como a própria doença, uma presença pululante que a análise pode repartir no tempo e no espaço; pouco a pouco, cada um de nós se rompe em vários lugares até que a vida orgânica cesse, ao menos em suas formas principais. (Bichat, Xavier. *Recherches physiologiques*, p.242, IN: Foucault, Michel. *O nascimento da clínica*. 1980 p.162).

O tempo do morrer, o tempo que transcorre durante a transmutação do corpo-indivíduo em corpo-cadáver, é chamado no budismo tibetano *bardo da morte*. Neste trabalho, na carência de um termo mais apropriado, usarei a palavra *morrecimento*, um neologismo que criei para designar especificamente o espaço temporal que, no evento da morte, abarca o

¹⁷ Faria, Antônio J. de. *Trinta e três Lições de Clínica Médica do Hospital da Misericórdia da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

¹⁸ Grifo meu.

período que vai desde o aparecimento da agonia até a irreversibilidade absoluta. Trata-se de um termo que visa a distinguir com clareza a morte como um processo, em analogia a *nascimento*, ambos entendidos não como instantaneidades, mas como eventos a ocorrer ao longo de um tempo. Assim, moribundo é, na experiência vital, o sujeito do morrecimento. Não encontrei na língua portuguesa um termo que contemple essa dimensão, uma vez que o conceito de moribundo encontra seu limite naquilo que se chama morte, ou seja, a morte aparente, a morte visível, enquanto o morrecimento é um processo que extrapola tal limite.

Essa morte alongada não era bem aceita pelos médicos dos séculos XVI, XVII e até meados do século XVIII em razão das inúmeras narrativas em circulação falando da *morte aparente* e dos perigos de um enterramento precipitado. Essas narrativas, geradoras de pânico social, atingiram boa parte da classe médica, que rejeitou o conceito de morte-processo, um estado que admitiria pensar em alguém meio vivo, meio morto.

[os médicos...] não admitiam que pudesse haver uma tal mistura de vida e de morte. Era tudo uma coisa ou outra. A morte não tinha mais duração do que o ponto geométrico tem de densidade e de espessura [...] O conceito da morte-estado os revoltava. (Ariès, Philippe. *O homem diante da morte*. 1982, p. 439).

Os dias atuais conhecem pelo menos duas mortes: uma, a morte que é “percebida” pelos circundantes, familiares ou não, e que se caracteriza pela cessação das funções vitais consideradas nobres, com parada cardiorrespiratória. Tratando-se de alguém com idade média ou avançada, ou mesmo de um jovem doente, não há expectativa de um possível aproveitamento de órgãos para doação. Nesse caso, o indivíduo é declarado morto pela autoridade médica, e é possível dar início às atividades próprias dos ritos fúnebres. O limite da vida pode aqui ser a *finha linha* que de um só golpe separa o vital do inerte.

A outra morte é a que ocorre em criança ou jovem saudável, vitimado por algum tipo de violência. Aqui não há apenas um morto. No aparente corpo inerte, há um conjunto potencial de muitas vidas, uma em cada órgão a ser transplantado. A contemporaneidade é capaz de extrair vida da morte. Essa segunda morte em nada difere da primeira em seus aspectos mais evidentes e grosseiros. A sutil diferença está na densidade e na espessura do limite. Não é mais a fina linha que separa um estado de outro. Agora há uma espacialidade que percorre um tempo, com uma densidade que se mantém porosa e translúcida enquanto durar esse *tempo-de-vida-tecnológica* que transcorre lentamente da vida para a morte sob o controle atento da medicina.

Trata-se de uma espacialidade temporal e anatômica patrocinada pelo saber-poder médico que insiste em manter o morto com vida. Um corpo vivo que será, logo mais, positivamente despedaçado. Positivo, aqui, carrega o peso de importância que esse despedaçamento contém: afinal, é pela via de uma grande mutilação que os órgãos serão retirados e passarão a fazer parte de outra economia orgânica. O biopoder assume o protagonismo de uma das mais espetaculares façanhas da ciência: o biopoder pode agora *transferir* vida. Armado do arsenal científico-tecnológico, ele olha e examina atentamente várias espacialidades corporais onde se escondem organismos prestes a morrer, elegendo um: determinando-lhe a morte, esvazia a carcaça corporal retirando os órgãos que distribuirá a outros corpos, interrompendo nestes, seu *morrecimento*, o que equivale dizer que, ao transferir órgãos de um corpo para outros vários corpos quase moribundos, o biopoder transfere vida.

O biopoder toma conta da morte. Sem cerimônia, introduz-se em seu interior, vasculha seus recantos, procura por fragmentos de vida e, de dentro do cadáver, faz viver seus órgãos eleitos. O biopoder faz da morte de um a vida de muitos. Ele proporciona a vida, *faz viver*.

A NOVA DISTRIBUIÇÃO DA MORTE



Eu creio que a manifestação desse poder aparece concretamente nessa famosa desqualificação progressiva da morte, na qual os sociólogos e os historiadores se debruçaram com tanta frequência.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*, 2005, p. 294.

A partir do estudo da morte e do morrer na cultura ocidental contemporânea, analisando as modificações ocorridas ao longo do tempo nas formas como os humanos tratavam e tratam tais eventos, algumas questões surgem:

Pode haver alguma possível relação entre as práticas culturais relacionadas ao binômio morte-morrer e a pedagogia, ou melhor, as pedagogias, aquelas que se praticam dentro do ambiente escolar e aquelas que são parte do viver cotidiano?

Caso exista alguma relação, é possível pensar no biopoder e na biopolítica como partícipes dos jogos de forças operacionalizadores de tais práticas?

Mantendo essa trilha de teorização, procurei por um possível nexos entre duas condições observáveis em nossos dias: por um lado, a ocultação da morte como saber qualificado e, por outro, a espetacularização dos atos fúnebres e a intensa atividade comercial associada à morte.

Para a realização de tais pesquisas, utilizei os seguintes documentos e fontes:

- Entrevista estruturada com professores, especialmente de biologia e filosofia em quatro escolas da região do Vale dos Sinos, sendo duas religiosas e duas laicas. As entrevistas foram materializadas em questionários padronizados com preenchimento possível por escolha objetiva, como o modelo mostrado no Anexo IV.
- Análise dos Parâmetros Curriculares do Ministério da Educação.

- Análise das grades curriculares de algumas escolas médicas gaúchas.

Formal ou informal, a educação está presente em todos os locais onde se exerça qualquer ato social. Nesse sentido, a educação, especialmente a formal, é produzida no interior da cultura tanto quanto a cultura é produto de uma educação. Na complexa rede pedagógica, cujos símbolos maiores incluem o lar, a escola e as instituições, é que as práticas culturais são gestadas e validadas. É por essa via que meu pensamento se dirigiu portando os questionamentos seguintes:

- Pode haver alguma conexão entre as práticas médicas e os movimentos pedagógicos envolvidos na formação dos indivíduos?
- Ou, mais especificamente: essa ausência da morte nas casas e nas conversas do cotidiano, isso tudo não poderia ter algum nexo com a ocultação da morte nos currículos escolares?
- E, finalmente, poderia o biopoder estar envolvido nos processos que determinariam as condições de possibilidade para o surgimento dos fenômenos acima, como também nas práticas de espetacularização da morte?

Ao abrir uma simples janela para um tal panorama teórico, deparei-me com uma imensidade territorial impossível de ser percorrida pelo menos na dimensão desta dissertação. Decidi, então, que muita coisa ficará reservada para um trabalho posterior. Mas alguma coisa dessa planície de interrogações precisava ser vista mais de perto, mesmo que se apresentando como uma singela pesquisa.

A análise dos dados obtidos apenas confirmou o que já pressupunha: a morte está ausente da escola. Ela é um desses conhecimentos que não encontrou seu nicho nos currículos escolares por se tratar de tema não validado. Em todos os lugares, as pessoas continuam morrendo, mas essa morte, que atinge todos os indivíduos de uma sociedade, parece não ter uma visibilidade pedagógica nas escolas dessa mesma coletividade. Não se toca, em sala de aula, no assunto da morte. Há uma indizibilidade pedagógica de tal temática.

Desde início do século XVII, quando ocorreu a “virada do discurso do poder”, o biopoder opera no incentivo à vida, no estímulo da vida, nas tecnologias que melhoram e prolongam a vida. A morte é vista apenas como uma espécie de “falha” tecnológica, algo como um fracasso operacional. Todos os cuidados preconizados pela educação são voltados para um

cuidado de si. Mas é um cuidado de si parcializado na instância do viver, segmentado na fase considerada positiva, a fase do existir.

Apenas dois exemplos: perguntando se em algum momento a morte era trabalhada como conteúdo curricular, recebi, entre outras, as seguintes respostas:

Professor Nº 3¹⁹: Não. [...] na 7ª série, trabalho a questão da ética e dos princípios que norteiam a nossa moralidade. *Mas sempre a partir de uma perspectiva de vida*²⁰.

Professor Nº 5: Em minhas aulas, sempre procuro *valorizar a vida*²¹, afinal, esse é um dos objetivos da educação.

Professor Nº 10: Considero um absurdo pensar que isso possa fazer parte do currículo. Seria como negar todos os princípios fundamentais da educação.

Já no início da escrita desta dissertação pareceu-me claro o eficiente exercício do biopoder operando tecnologias discursivas que enfatizam a vida e o viver, jamais a morte. Ao usar a expressão *tecnologias discursivas*, penso estar, de certa forma, representando toda gama de saberes médicos e jurídicos a partir dos quais o poder circula produzindo verdades. Tais tecnologias são ditas discursivas, mas, ao fazerem circular um conjunto de saberes, materializam-se em atos, concretizam-se em ações efetivas que vão operar e produzir efeitos no todo social – ações que incidirão inicialmente sobre os corpos individuais e se estenderão sobre todo o corpo social.

E é justamente pela produção e circulação de um saber médico que se criam as condições de possibilidade de existência de um biopoder, como Foucault (2005) salienta:

A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores.(Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2005, p. 302).

No entanto, não apenas discursos produzem verdades. Silêncios também o fazem. E, de certa forma, o silêncio estratégico pode não apenas fomentar a verdade de um tipo de discurso circulante, como tornar algum tema propositalmente ocultado, algo cada vez mais indesejável

¹⁹ Mantendo o anonimato dos professores que responderam os questionários, classifiquei-os por ordem numérica.

²⁰ O destaque é meu.

²¹ Novamente, destaque meu.

e incômodo. Um silêncio sobre a morte só faz valorizar a vida. A ausência da morte nos discursos médicos opera como salientador da vida, como a escuridão que permite que a claridade apareça. O biopoder opera também no silêncio, nos silêncios. No silêncio dos discursos técnico-científicos que circulam nas escolas médicas, no silêncio do linguajar dos profissionais em seu labor cotidiano e, nas conversas das pequenas pedagogias domésticas e sociais. Não seria uma surpresa que o silêncio gerado dentro das escolas, que produzem o saber-poder, o saber médico, o saber da saúde e da vida e que o fazem circular, se esparramasse por toda a malha social. Afinal, se há um silêncio num dos locais mais sagrados para a medicina, a escola médica, não deveria então haver um idêntico silêncio na escola que forma cidadãos? Penso que o biopoder atuando no eixo de promoção da vida possa ser entendido como um dos causadores da ausência da morte e do morrer não só nas escolas, mas em toda a sociedade.

Um interessante trabalho publicado na *Revista da Associação Médica Brasileira*²² demonstra como um alto percentual de médicos e professores de medicina se sente desconfortável em lidar com a morte. Desconforto ao comunicar a morte de paciente a um familiar, mal-estar ao ter que responder a um paciente sobre seu prognóstico e uma sensação desagradável ao ter que descrever a morte nos documentos oficiais.

Nos cursos de Medicina, raramente a palavra *morte* é usada. Como substitutos, existem outras expressões menos traumáticas que parecem não ferir tão fundo o narcisismo do profissional: *óbito* é uma delas. Muito usada no Brasil, a palavra *óbito* deu origem a um novo verbo, *obitar*, ainda não dicionarizado, mas de uso corriqueiro no cotidiano hospitalar, conjugado apenas na terceira pessoa do singular e do plural dos tempos pretéritos. Assim, dificilmente alguém *obitará* ou *obitaria*. Apenas é possível dizer que alguém *obitou* ou que os pacientes *obitaram*.

Utilizada com muita frequência pelos profissionais da saúde, outra expressão deve ser citada: *ir a óbito*. É comum que apareça nos relatórios nosocomiais um registro semelhante a este: *O paciente foi a óbito às [tantas] horas*. *Ir a óbito* remete a uma idéia de autoria: o paciente *foi*. A narrativa parece afirmar que *ele* decidiu e se encaminhou ao óbito; não foi levado, ninguém o conduziu, *ele* foi. Essa estratégia de construção linguística talvez ajude a equipe de saúde na diminuição do sentimento de culpa, na medida em que pode conter um

²² VIANNA, A. Piccelli, H. *O estudante, o médico e o professor de medicina perante a morte e o paciente terminal*. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 1, nº 44, pp. 21-27, 1998.

alívio psicológico, algo como: *Fizemos todo o possível, mas ele foi a óbito*. Um paciente que vai a óbito causa mal-estar no profissional de saúde, afinal, morrer não é a regra, a regra é viver. O paciente, ao *ir a óbito*, quebra, de certa forma, a norma, as normas.

Nos livros médicos, especialmente nos tratados clássicos, há ainda o registro de outra expressão substituta, uma expressão com toque de nobreza: *êxito letal*. Assim, pode-se ler: (...) *podendo essa doença, em muitos casos, levar ao êxito letal*.

Seja pelo uso “inconsciente” de palavras substitutas, seja pelas artimanhas linguísticas, o que parece existir por sob o manto asséptico da postura técnica sugere uma tentativa de negação da morte.

Ocorre que, no cruzamento de minhas teorizações, deparei-me com um paradoxo: como podem conviver, numa mesma sociedade, num mesmo contexto cultural, uma ausência de um discurso articulado da morte e uma espetacularização e mercantilização dos eventos fúnebres?

Kirchhof²³ pensa que é possível, ao olhar o amplo panorama cultural de nossa atualidade com um deslocamento no foco de atenção, ver, não exatamente uma ocultação da morte, mas, ao contrário, uma ênfase. Afinal, a mídia expõe diariamente a morte: nas estradas, nos assassinatos, nas rebeliões e nas guerras. Uma exposição que banaliza a morte, que a torna um assunto qualquer, figurando entre outros tantos, não menos banais. A palavra *tragédia* – mesmo usada para descrever acidentes aéreos com grande número de mortos – parece constituir sua importância mais pelo impacto midiático que causa, ou seja, pelo espetáculo transmitido ao vivo e a cores, do que propriamente pela dor das perdas. Kirchhof fala em *redistribuição* do tema *morte*, e é sobre isso que discorrerei agora.

No panorama social, a morte parece ter sofrido, senão um deslocamento, pelo menos uma redistribuição na economia dos discursos. Bichat aparece na história da medicina inaugurando esse movimento, como descreve Foucault (1980, p.167): “Com Bichat, o olhar médico gira sobre si mesmo e pede à morte contas da vida e da doença; à sua imobilidade definitiva pede contas de seus tempos e seus movimentos”.

Foucault descreve, em *O nascimento da clínica* (1980), a inversão do olhar operado pelo saber médico. Até o século XVIII, qual era o papel do médico? Nada mais que observar. Postar-se ao lado do paciente, à beira de seu leito, e observar, *perceber* os signos e os

²³ Professor Edgar Kirchhof, por ocasião da qualificação do projeto, sugeriu essa linha de teorização.

sintomas, *imaginando*, apenas imaginando, o que pudesse estar ocorrendo no interior do corpo. O médico assentava-se no *território da vida* e, a partir daí, olhava panoramicamente a morte, primeiro em sua aproximação, depois em sua chegada triunfal.

Quando Bichat pronunciou a seus colegas a famosa frase “Abram alguns cadáveres”, inaugurando o estabelecimento da anatomia patológica como conhecimento qualificado, o saber médico deslocou-se, indo tomar assento na morte. Do interior do cadáver, olhou-se então a vida. A vida passou a ser explicada pela morte. A vida passou a ser o território obscuro e indecifrável que encontrava na morte a luminosidade esclarecedora. Uma luminosidade que coincidia com o final do Iluminismo.



Figura 24 – *Lição de anatomia*. Óleo sobre tela. J. Van Mierevelt.

O médico agora examinava o interior do corpo morto, procurando entender o que teria ocorrido na vida para determinar tal estado atual. O olhar, no método da experiência anatomopatológica, desliza pelas superfícies das serosas, das membranas, descreve-lhes suas

consistências, suas espessuras e seus volumes. Ao fazê-lo, passa a compreender o que deve ter ocorrido na vida. De agora em diante, inaugura-se uma medicina positiva, que pode prescrever aos vivos as regras *corretas* de vida, apontando com sabedoria as consequências mórbidas de seus descumprimentos.

Os discursos que o biopoder faz circular desde então são os da vida, mas que se utilizam da morte em sua circulação. O biopoder permanecerá ao lado do sujeito, mostrando-lhe, lá no horizonte, a linha-limite. Então, é pela existência da morte como espelho, como superfície de reflexão, que o biopoder conduz o olhar do sujeito: ao mirar-se na morte, ele se volta para a vida e recondiciona seu viver. Essa parece ser a lógica das figuras macabras estampadas nas carteiras de cigarros: olhar a morte possível, sentir-lhe a proximidade e, então, voltar-se para a vida e promover um melhor cuidado de si. As campanhas de trânsito, as publicidades de produtos e medicamentos, os investimentos na difusão dos cuidados corporais são tecnologias discursivas que o biopoder utiliza para promover a vida, valendo-se da morte como referência.

A nova distribuição cultural da morte se estabelece numa nova circulação dos discursos e numa nova estruturação das instituições. E aqui, novamente, coloco *instituição* no âmbito de “tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição” (Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 1993, p. 247).

Essa nova distribuição da morte, incluindo-se aí sua espetacularização, pode ser situada dentro do grande *quadro* da governamentalidade, onde o exercício do poder é um complexo jogo de articulações entre instituições, procedimentos, discursos e economia política. O biopoder, ao articular-se, especialmente com os poderes jurídico, administrativo e econômico, ou seja, transmutado em biopolítica, vai operar sobre a população.

Ainda mais, a biopolítica, como conjunto de discursos e instituições articulados, opera dentro de um domínio econômico, um território do capitalismo. Essa ótica auxilia na compreensão dos ritos fúnebres espetacularizados e no intenso comércio a eles associados. É a morte comandando um comércio dos vivos e dos mortos. Uma mecânica funcional da biopolítica a serviço do capital, amparada na lei e na administração: “a população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo do que como força do soberano” (Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 1993, p. 289).

Conclusão

No encerramento de um trabalho científico, é esperado encontrarem-se respostas. Neste, o que existe de definitivo são questionamentos. Penso que sejam questionamentos válidos, por proporcionarem outros empreendimentos de pesquisa, levando adiante o trabalho de melhor entender a morte e o morrer. Fazendo avançar as tentativas de compreender também, como se processam os jogos de poder determinantes das variadas formas como os humanos de diferentes épocas e culturas praticam os ritos mortuários. Os estudos futuros poderão quem sabe, produzir uma melhor compreensão de muitas questões que, neste, ficaram inconclusas.

Das teorizações realizadas permanece, no entanto, o entendimento geral de que a morte não está, na sociedade ocidental contemporânea, invisível ou indizível como eu pensara ao início da pesquisa. Assim, ao retroceder o pensamento aos primeiros estudos que realizei nessa temática, ainda antes de iniciar o mestrado em educação, reconheço no emaranhado das teorizações de então, uma idéia que fora o motor de todo o trabalho: a minha percepção de que havia uma ausência da morte nos currículos escolares, nas escolas de medicina, nas conversas informais, enfim, nas pedagogias do cotidiano. A maior parte do material utilizado na pesquisa, desde as entrevistas com professores até a documentação oficial por mim examinada - incluindo currículos de faculdades de medicina e as orientações curriculares do Ministério da Educação - sugeria uma confirmação de minha questão inicial: a morte estava ausente, ou pelo menos oculta, nas práticas pedagógicas contemporâneas.

Foi somente no tempo final do período do mestrado - graças a interessantes diálogos científicos mantidos com alguns professores do Programa - que surgiu uma nova possibilidade de olhar o panorama social e cultural em estudo. Essa nova visão, sugerida por alguns professores e pelo orientador, não apenas coincidia com os conceitos foucaultianos que pretendia usar como referencial teórico como também abria uma nova perspectiva de análise.

Lamentavelmente a exigüidade do tempo impediu um aprofundamento detalhado, restando muito material para futuros trabalhos.

A nova proposta de análise não deveria ir em busca de um discurso estruturado, de um conhecimento organizado e institucionalizado. A morte não deveria ser procurada como disciplina formal nos currículos escolares ou como tema de discussão social. Ela sofrera, neste final de modernidade, um deslocamento ou, melhor dito, uma nova distribuição no espaço cultural. Na sociedade contemporânea não parece existir “a morte”, aquela morte compacta, uniforme e única, formatada em conhecimento estruturado e representando uma força singular. Na pós-modernidade a morte parece estar redistribuída na cultura, pulverizada em múltiplas e heterogêneas mortes.

Nesse novo caminho percorrido desde então, procurei pela morte na sociedade e a encontrei em abundância. Bem ao contrário do que eu inicialmente supusera, ela está sim, talvez mais do que nunca, exposta, falada e comentada. O que talvez possa estar um pouco oculto seja o pensamento reflexivo do indivíduo sobre a morte de si mesmo. É perceptível um certo constrangimento social quando é proposto a alguém, um exercício de reflexão sobre sua finitude. Já comentei no início deste trabalho, o desconforto que causei a vários colegas médicos quando demonstrei meu interesse em pesquisar e estudar a morte. Alguns colegas citaram que seria uma atitude masoquista, uma incursão a terrenos causadores de depressão, etc. Menezes (2004) vivenciou situações semelhantes e diz que

Estas opiniões reafirmam a associação da morte com as idéias de depressão, pesar, sofrimento, perversão, e sugerem que essa temática deve ser mantida à distância da vida saudável. [...] a escolha de investigar as práticas profissionais em torno da morte e do morrer seria, para muitos, indícios de afastamento da normalidade psicológica.

Menezes, Rachel. *Em busca da boa morte – antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.19.

Em outras palavras, a morte de si mesmo permanece, de certo modo, como objeto oculto. A dos outros, ao contrário, está escancarada. A morte dos outros é notícia, é manchete, é espetáculo, é entretenimento. É a morte que dá vida ao noticiário.

O panorama cultural analisado a partir dessa nova posição de estudo, permitiu identificar pelo menos duas situações:

Primeira: por um equívoco em minhas teorizações, coloquei a faculdade de medicina como pólo central do ensino em saúde e foi nesse local que procurei pela morte como discurso organizado em disciplina curricular, não o encontrando na maioria dos casos. Então, se for considerado apenas o ambiente escolar específico das escolas médicas, ainda caberia falar de uma ausência da morte como saber qualificado. Foi somente a partir de uma abertura do ângulo de visão, agora considerando não apenas a escola médica e sim os outros territórios do macro-cenário educacional social - incluído-se aqui as outras áreas da saúde - que constatei a ocorrência de crescentes estudos promovidos por variados ramos do conhecimento, entre eles a psicologia, a filosofia, a enfermagem, a educação, a teologia, e as ciências sociais em geral. Um dos resultados desses empreendimentos de pesquisa aparece na forma de uma onda difusora de novas teorizações, que tende a uma aproximação centrípeta aos núcleos mais ortodoxos das escolas médicas. Aqui aparecem os trabalhos de Kovács²⁴, Menezes²⁵ e D'Assumpção entre outros. Estudos sobre a morte realizados por psicólogos, sociólogos e educadores, entre outros, ao tangenciarem o território onde o médico exerce sua atividade, acabam por “contaminar” o pensamento médico. Muitos dos trabalhos pioneiros no Brasil, foram empreendidos por equipes multidisciplinares, proporcionando uma posterior articulação com a medicina.

D'Assumpção (1984), médico de Minas Gerais promoveu em setembro de 1981, quando ocupava a Direção Cultural da Associação Médica de Minas Gerais, o I Congresso Internacional de Tanatologia e Prevenção do Suicídio, dando continuidade a eventos menores que já vinha promovendo nessa área. A partir de então, foi possível à população médica daquele estado, o desenvolvimento de uma série de estudos em Tanatologia, culminando com a fundação da Sociedade de Tanatologia de Minas Gerais, SOTAMIG. Algumas entidades médicas de São Paulo ligadas ao ensino passaram também a incorporar em seus currículos, disciplinas optativas sobre assuntos ligados à morte e ao morrer. O movimento de expansão de tais estudos aparece no panorama pedagógico, como em franca evolução, demonstrando o quanto estava equivocada a minha idéia inicial de ausência da morte na educação.

²⁴ Kovács, Maria Júlia. Uma das pioneiras no Brasil a implantar e desenvolver estudos acadêmicos e uma prática pedagógica com foco na morte e no morrer. Entre suas obras, podem ser citadas: *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992 e *Educação para a morte- Desafio na formação de profissionais de saúde e educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

²⁵ Menezes, Rachel A. Médica psiquiatra, doutora em Saúde Coletiva, dedicou-se ao estudo da assistência prestada aos doentes terminais, em especial na área dos cuidados paliativos. Suas idéias principais podem ser encontradas na sua obra *Em busca da boa morte- Antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

Segunda situação observada neste estudo: Na geografia cultural contemporânea, a morte aparece em inúmeros eventos, dentre os quais valeria a pena destacar pelo menos dois: aqueles em que ela se apresenta como fonte geradora de comércio e espetáculo e aqueles em que ela é indiretamente invocada para o exercício de algum tipo de governo. O segundo caso pode ser melhor entendido quando se admite a existência de um conjunto de forças organizadas em rede constituindo uma biopolítica. Os jogos de poder que a biopolítica opera e/ou proporciona na malha social governam o corpo e a vida do indivíduo – o sujeito social – bem como o corpo e a vida das populações.

O acima exposto equivale a dizer que há um poder, nesse caso, um biopoder, produzindo efeitos de governo e que as tecnologias de operação que a biopolítica utiliza valem-se, em boa parte, da morte para seu funcionamento. Uma eficiente estratégia de controle e governo só foi construída a partir da circulação de um discurso que declarava positivamente quais os aspectos do comportamento humano poderiam ser relacionados à possibilidade de uma futura morte. À semelhança de Bichat, o biopoder desloca-se para o interior da morte, para de lá olhar a vida. Ao tomar assento no interior da morte, o biopoder pode prescrever, aos vivos, atos de evitação da morte. Agora, é do interior da morte que o biopoder comanda a vida.

As múltiplas formas midiáticas de comunicação de massa, as campanhas publicitárias sobre medicamentos, sobre os recentes avanços da medicina e tantos outros discursos circulantes estão a serviço da biopolítica. Uma gama de novas profissões surgiu em função dessa ênfase da biopolítica em valorizar, proteger e prolongar a vida. Mostrando ao sujeito-social quais os comportamentos recomendados, prescrevendo os produtos e serviços adequados, a biopolítica governa o corpo social na mesma medida em que auxilia a mover a roda da economia. O patrocínio do capitalismo é que proporciona à biopolítica um fôlego de tal envergadura, uma potência de ação que a torna capacitada a prescrever desde coisas banais, como por exemplo, qual o tipo de tênis recomendado para tal ou qual esporte até sofisticadas tecnologias, como por exemplo os recentes avanços nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos.

Em qualquer ponto do tecido social, a biopolítica está presente, produzindo, proporcionando ou estimulando algum evento de fomento à vida, de evitação da morte. E quando essa evitação não logra êxito, surge o espetáculo. O espetáculo que – mesmo sendo um

funeral – serve como “entretenimento” para os vivos, serve para auxiliar a viver, serve para produzir, para circular, para consumir. Uma perfeita adequação da morte às exigências do binômio capitalista produção-consumo. Assim, sendo a biopolítica uma rede de múltiplas influências, de inúmeras alianças e de outros tantos embates, é possível imaginar que os jogos de poder daí decorrentes, promovam a circulação de variadas, heterogêneas e multiformes forças coercivas. No entanto, nesse mosaico cultural aparentemente heterogêneo, é possível identificar a circulação de um discurso singular veiculado pelo biopoder: o discurso da vida.

Concluindo, penso que a morte, na contemporaneidade, está presente em inúmeros eventos do cotidiano das coletividades, sendo um instrumento utilizado pelo biopoder e pela biopolítica. Um instrumento a serviço do fomento à vida. Mas, acima de tudo, um instrumento que - ao estimular e fomentar a vida - investe na produção de bens e serviços. E, quando não é mais viável a manutenção da vida, ainda é possível a promoção do espetáculo da morte, uma espetacularização que também proporciona um movimento na economia pela produção de bens e serviços. Assim como a biopolítica pode estimular, promover, conservar e prolongar a vida para fortalecer o mercado, ao findar essa vida ainda é possível à biopolítica, manter-se a serviço do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Viver e morrer no Orkut: os paradoxos da rematerialização do ciberespaço*. Revista In Texto. PPGCOM. UFRGS, Nº 17.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHALLAYE, Félicien. *Pequena história das grandes religiões*. S. Paulo: IBRASA, 1962.
- CONRAD, Philippe. *Os hititas e as antigas civilizações anatólicas*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979.
- PEREIRA, Luiz Augusto. *Pareceres selecionados*. Porto Alegre: Stampa, 2006.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- EIZERICK, Cláudio, KAPCZINSKI, Flávio, BASSOLS, Ana M. (orgs.). *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2- o uso dos prazeres*. São Paulo: Graal, 2007.
- GARCIA, Wilton. *Corpo, mídia e representação*. São Paulo: Thompson, 2005.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. *Introdução à filosofia*. Barueri: Manole, 2003.
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HOUAISS, A., VILLAR, M.S. – *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- KOVÁCS, Maria Júlia. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- KOVÁCS, Maria Júlia. *Educação para a morte: desafio na formação de profissionais de saúde e educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- KRIEGER, Alex D. *El hombre primitivo em América*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision: 1974
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles & ROUX, Elyette, *O luxo eterno*. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2005
- MIRA Y LOPES, Emilio. *Os quatro gigantes da alma: o medo, o amor, a ira e o dever*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- NICOLA, Ubaldo. *Antologia Ilustrada de Filosofia*. São Paulo: Ed. Globo, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *O crepúsculo dos ídolos*. São Paulo: Hemus, 1976.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. *O que é morte*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- MARGOTTA, Roberto. *História ilustrada da medicina*. Lisboa: Centralivros, 1996.

- MÉNARD, René. *Mitologia greco-romana, volume I*. São Paulo:Opus, 1997.
- MENEZES, Rachel. *Em busca da boa morte*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.
- MICHAELIS - *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1998.
- PENZO, Giorgio & GIBELLINI, Rosino. *Deus na filosofia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998.
- PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Martins Claret, 2002.
- PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: Martins Claret, 2001.
- RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- REZENDE, Eduardo. *Cemitérios*. São Paulo: Ed. Necrópolis, 2007.
- RIMPOCHE, Bockar. *Morte e Arte de Morrer no Budismo Tibetano*. Brasília: ShiSil, 1997.
- SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.
- SCHMITT Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Schwarcz, 1999.
- SCRUTON, Roger. *Introdução à filosofia moderna*. Rio de Janeiro:Zahar, 1982.
- SOUZA, Alicia Navarro de & PITANGUY, Jacqueline. *Saúde, corpo e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- THIOLLIER,Margarite-Marie.*Dicionário das religiões*.Rio de Janeiro:Vozes, 1990.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und gesellschaft*. New York: Harper Torchbooks, 1957.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VIANNA, A. Piccelli, H. *O estudante, o médico e o professor de medicina perante a morte e o paciente terminal*. Revista da Associação. Médica Brasileira, v. 1, no. 44, pp. 21-27, 1998.
- VIVES, José. *La tumba de San Pedro*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.
- CALADO, Manoel. *Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo)*. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: IPA. Lisboa, 2003.
- Disponível em: www.schoolargoogle.com.br. < Acessado em 12.08.2008>

Associação Religiosa Israelita Chevra Kadisha do Rio de Janeiro. *Home page*:
<http://www.chevrakadisha.com.br/luto.htm#>. <acessado em 06.08.2008>

<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=23638>
<acesso em 26.04.2008>

<http://www.alcor.org>. <acessado em 01.09.2008>

<http://www.kriorus.ru>. <acessado em 01.09.2008>

HUGHES, James J. – The future of death IN: *Journal of Evolution and Technology*, Vol.6, July, 2001. Disponível em <http://www.jetpress.org/volume6/death.htm>. <acessado em 01.09.2008>

Enciclopédia Luso-Brasileira: <http://www.ceismael.com.br/artigo/artigo033.htm>. <acessado em 20.09.2008>

MORENO, Claudio. Disponível em: http://sualingua.com.br/01/01_normatizacao.htm
<acessado em 16.10.2008>

MÜLLER, Giane C.K. *Alcances e fragilidades: Vida e morte nos livros didáticos*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Regional de Blumenau, 2004. <acessado em 20.08.2007>.

KULPA, Stefanie. *Entre a cura e a morte, a vida: cartografia de um encontro entre saúde e educação*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2001. Disponível em: www.ufrgs.br/faced/
<Acesso em: 18 Out. 2008>.

ANEXOS

Anexo I

Lei Nº: 4.634/2007

cria normas para a instalação e funcionamento de cemitérios públicos, associativos ou particulares e dá outras providências

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprovou de autoria do ilustre Vereador Julio Cesar Leme da Silva e emendas dos ilustres Vereadores Fernando Dias Lima, Jadir de Mattos, Julio Cesar Leme da Silva e Seno Tanilo Rhoden, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas para a instalação e o funcionamento de cemitérios no município de Cascavel, sem prejuízo da aplicação da legislação federal e estadual existente sobre a matéria, e das demais normas municipais que tratam do zoneamento, uso e ocupação do solo”.

§ 1º. Fica estabelecida a delimitação de 400(quatrocentos) metros, no mínimo, e de 1.000 (mil metros) no máximo em zonas urbanas, de distância, da divisa de bairros e loteamentos já existentes na publicação desta lei, para a implantação de novos cemitérios.

§ 2º. Na hipótese da implantação de cemitério em distância inferior à estabelecida no § 1º, será obrigatória a realização de consulta popular sobre empreendimento, em especial entre os moradores dos bairros circunvizinhos, e a elaboração de justificativa técnica a cargo do Poder Executivo.

§ 3º. O plebiscito obrigatoriamente será realizado em dia não útil, de preferência num domingo, com a participação de eleitores a partir dos 16 (dezesseis) anos e mediante comprovação de residência nos bairros circunvizinhos interessados.

§ 4º. Os cemitérios poderão ser públicos, particulares ou associativos.

Art. 2º. Com ressalva dos destinados ao sepultamento de membros de associação religiosa, não se admitirá nos cemitérios distinção por motivo de crença religiosa e, em qualquer caso, discriminação fundada em raça, sexo, cor, trabalho ou convicção política.

Art. 3º. Não será permitida a instalação de cemitérios em locais considerados, pelo Poder Executivo, inadequados, urbanisticamente impróprios ou esteticamente desaconselháveis.

Art. 4º. Não será permitida a instalação de cemitérios cujos jazigos sejam em número inferior a:

I - 10.000 (dez mil), se do tipo tradicional ou parque;

II - 6.000 (seis mil), se do tipo vertical.

§ 1º. Destinando-se ao sepultamento exclusivo de membros de associação religiosa, o cemitério deverá comportar, no mínimo, ¼ (um quarto) dos quantitativos fixados neste artigo.

§ 2º. Para efeito do estabelecimento de cemitérios particulares de associação religiosa destinados ao sepultamento exclusivo de seus membros, com os quantitativos previsto no § 1º, não será aceita a existência nos mesmos, de categoria especial de membros, com direitos restritos ao sepultamento.

Art. 5º. Em cada cemitério será reservado, obrigatoriamente, 10% (dez por cento) do total de jazigos para o enterramento gratuito e o enterramento de indigentes encaminhados pela Autarquia Municipal.

Parágrafo único. A destinação determinada no caput deste artigo será permanente, procedendo-se à exumação no prazo mínimo legalmente permitido.

Art. 6º. Nos cemitérios particulares, exceto os reservados ao sepultamento exclusivo dos membros de associação religiosa, 15% (quinze por cento) dos jazigos serão obrigatória e permanente destinados à utilização mediante arrendamento, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, renováveis pelo período que necessite o Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. Poderá o Poder Público Municipal, caso se justifique economicamente, adquirir os jazigos que lhe foram reservados no caput acima.

Art. 7º. Nos cemitérios não será permitida a perturbação da ordem e tranquilidade, o desrespeito aos sentimentos alheios e a convicções religiosas, ou qualquer outro comportamento ou ato que fira os princípios éticos e atente contra os costumes.

Art. 8º. Os titulares de direitos sobre os jazigos ficam sujeitos à disciplina aplicável às construções funerárias e referentes à decadência, segurança e salubridade.

Art. 9º. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá ser titular de direitos sobre jazigos.

Parágrafo único. Somente pessoas físicas poderão ser titulares de direitos sobre jazigos localizados em cemitérios destinados ao sepultamento exclusivo de membros de associação religiosa.

Art. 10. Fica vedada a existência de mais de um titular de direitos sobre cada jazigo.

Art. 11. O jazigo será destinado à inumação do titular dos direitos a ela relativo, bem como à das pessoas por ele indicadas a qualquer tempo.

Parágrafo único. Falecido o titular, aquele a quem, por disposição legal ou testamentária, for transferido o direito sobre o jazigo, suceder-lhe-á na titularidade, podendo, após comunicação e comprovação da transferência “causa-mortis”, perante a administração do cemitério, ratificar ou alterar, da mesma forma que o titular original, a designação das pessoas cujas inumações nela poderão ocorrer.

Art. 12. Se o titular de direitos sobre o jazigo for pessoa jurídica, as inumações só poderão ser realizadas mediante autorização expressa e escrita, por ela fornecida à administração do cemitério.

§ 1º. Na hipótese de que trata este artigo, o jazigo poderá ser destinado à inumação dos cadáveres dos titulares, sócios, diretores e empregados da pessoa jurídica, bem como à dos respectivos familiares.

§ 2º. Em se tratando de associação, corporação, cooperativa, ou de entidade congênere, o jazigo poderá ser destinada, também, à inumação dos cadáveres de seus associados ou membros, bem como à dos seus respectivos familiares.

Art. 13. A transferência da titularidade de direitos sobre jazigo será livre, desde que o mesmo se encontre desocupado e quitado, mas somente após comunicada à administração do cemitério se considerará a transferência concluída e válida.

§ 1º. Se o preço da constituição de direitos sobre o jazigo não se achar integralmente pago, a transferência dependerá de prévio assentimento da administração do cemitério.

§ 2º. A transferência de direitos não poderá ser efetuada em valor superior ao que, no momento em que ocorrer, for cobrado pela administração do cemitério, excluindo-se do limite, em se tratando de cemitério tradicional, as benfeitorias porventura construídas e também objeto da transferência.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica aos cemitérios destinados ao sepultamento exclusivo de membros de associação religiosa.

Art. 14. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá ser titular de direitos sobre área de terreno julgada necessária à construção de mausoléus, jazigos, ossários, cenotáfios e outras construções funerárias,

aplicando-lhes as regras concernentes à disciplina da titulação de direitos sobre jazigos e as relativas às especificações técnicas.

Art. 15. Todo cemitério deverá contar, no mínimo, com os seguintes equipamentos e serviços:

I - instalações administrativas, compostas de escritórios, almoxarifado e sala de registros, que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos ou ação de roedores;

II - capela mortuária, com sanitários e copa;

III - sanitários para o público e funcionários, inclusive para portadores de necessidades especiais;

IV - vestiários para funcionários, dotados de chuveiros;

V - depósito de ferramentas e material de construção;

VI - ossário para colocação de ossos após exumação;

VII – local para armazenamento e tratamento de necrochorume;

VIII - iluminação em toda a área, para facilitar a vigilância;

IX - incinerador de lixo;

X - rede de distribuição de água;

XI - áreas de estacionamento de veículos;

XII - arruamento urbanizado e arborizado;

XIII - posto de telefones público;

XIV – local para informações;

XV - acessibilidade para portadores de necessidades especiais;

XVI – sistema de localização de jazigos.

§ 1º. Na localização de novos cemitérios, deverão ser observados os seguintes requisitos, sem prejuízo dos demais dispositivos legais, especialmente da legislação urbanística:

I - os cemitérios deverão ficar isolados por logradouros públicos ou faixas de segurança, com largura mínima de 14 (quatorze) metros em zonas abastecidas com rede de distribuição de água, ou de 30 (trinta) metros em zonas não providas da mesma;

II - nas áreas para a localização de cemitérios, o lençol de água deve ficar, pelo menos, a 2 (dois) metros de profundidade, abaixo dos níveis das urnas, com poços de monitoramento, sempre considerando o coeficiente de permeabilidade entre 10-4 e 10-6 cm/s, devendo ainda existir poços de monitoramento com distância máxima de 200 (duzentos) metros de profundidade de 1 (um) metro abaixo do jazigo com menor cota;

III - em relação a cursos de água vizinhos, o nível dos cemitérios deverá ser suficientemente elevado, de modo que ultrapasse a profundidade mínima de 2 (dois) metros do fundo dos jazigos, conforme inciso anterior.

§ 2º. Nos cemitérios do tipo tradicional ou parque, a cada grupo de 8.000 (oito mil) jazigos ou frações em uso, corresponderá 1 (uma) capela para velório.

§ 3º. As áreas de estacionamento serão independentes das destinadas à passagem de pedestres e terão acessos próprios devendo haver a previsão de 2 (duas) vagas para cada 1.000,00 m² (mil metros quadrados) de área de terreno ocupado por jazigos, atribuindo-se a cada vaga a área de 20,00m² (vinte metros quadrados).

§ 4º. Tratando-se de cemitério do tipo vertical, a previsão a que se refere o § 3º será de 1 (uma) vaga para cada 300,00m² (trezentos metros quadrados) de área construída e ocupada por jazigos.

§ 5º. Todo lixo proveniente de varreduras deverá ser consumido em unidade central de incineração, tecnicamente adequado, de modo a evitar a poluição do ar, inclusive caixões inservíveis.

Art. 16. Os terrenos dos cemitérios do tipo tradicional serão fechados com muros de alvenaria, ou com parâmetros compostos de mureta de alvenaria e gradis metálicos, até uma altura de 3,00m (três metros).

Parágrafo único. Nos cemitérios do tipo parque, o fechamento será igualmente obrigatório, reduzida, porém, altura para 2,00m (dois metros).

Art. 17. Todo jazigo deverá ser construído de modo a evitar a liberação de gases ou odores pútridos, bem como a contaminação do lençol de água subterrânea, rios, vales e canais.

Art. 18. Nos cemitérios dos tipos parque e tradicional, o sepultamento deverá ser feito abaixo do nível do terreno.

Parágrafo único. Nos cemitérios do tipo tradicional, o sepultamento poderá ser realizado em gavetas, consolos ou prateleiras, desde que efetuado em construções definitivas, dotadas de instalações destinadas a preservar a higiene pública, previamente aprovadas pela Autarquia Administradora de Cemitérios.

Art. 19. Salvo a denominada “cova rasa”, todo jazigo será obrigatoriamente revestido, de modo a constituir carneiro ou gaveta.

Parágrafo único. A disposição constante deste artigo não se aplica às gavetas, consolos, prateleiras e jazigos de cemitério do tipo vertical.

Art. 20. Somente excepcionalmente será admitida a existência de “cova rasa” em cemitério particular, desde que decorrente de imperativo religioso e a necrópole se destine exclusivamente a membros de associação religiosa permissionária.

TÍTULO II

DO LICENCIAMENTO

CAPÍTULO I

NORMAS GERAIS

Art. 21. Os atos de licenciamento, para instalação e funcionamento, interdição e cassação de alvará de cemitério particular são de competência do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A instalação de cemitério particular dependerá da concessão da licença respectiva pelo Chefe do Poder Executivo Municipal que, para tanto, poderá consultar os respectivos Conselhos Municipais de Políticas Públicas.

Art. 22. O Prefeito Municipal concederá a licença para a instalação de cemitérios particulares a associações religiosas, entidades de caráter assistencial, educacional, filantrópica, sindicais e empresas individuais ou coletivas, para o que devem as mesmas apresentarem:

I - fotocópia de RG e CPF ou Contrato Social ou Ato Constitutivo;

II – comprovação de idoneidade financeira, mediante a apresentação de referências bancárias;

III - domínio pleno, sem ônus ou gravames, do imóvel destinado ao cemitério;

IV - transcrição de matrícula no Cartório de Registro de Imóveis atualizada, no máximo de 90 dias, com averbação da Reserva Legal à margem da matrícula, se imóvel rural;

V - planta do município com a localização do empreendimento;

VI - súmula com características básicas do empreendimento, dentre elas sobre:

- a) a atividade;
- b) localização;
- c) bacia hidrográfica;
- d) nome do empreendimento;
- e) tipo de empreendimento;
- f) número de unidade;
- g) tamanho das unidades;
- h) área construída;
- i) área total do imóvel;
- j) finalidade;
- k) se é servido ou não por rede de abastecimento;
- l) se é servido ou não por rede de esgoto ou capacidade de absorção do solo (l/m²/d);
- m) nível do lençol freático;
- n) localização dos poços de monitoramento.

Parágrafo único. O empreendedor, sem prejuízo das demais exigências legais, deverá apresentar também um projeto preliminar do empreendimento, contendo o memorial descritivo, elaborado por profissionais habilitados, acompanhado das respectivas ART's, na forma da Lei, contendo no mínimo:

I - planta ilustrativa, contendo caracterização da área quanto ao relevo, hidrografia, solos, vegetação, aspectos geológicos e geotécnicos, em atenção ao disposto no art. 3º da Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, bem como indicação de infra-estrutura existente ou a ser instalada, a saber:

- a) sistema de abastecimento de água;
- b) energia elétrica;
- c) esgotamento sanitário;
- d) linha telefônica;
- e) acessos viários;
- f) apresentação de, no mínimo, 10 fotografias do local objeto da solicitação;
- g) plantas planialtimétricas, locando as áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal;
- h) sistema permanente de localização de jazigos.

II - anuência prévia do município em relação ao empreendimento, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à lei municipal de uso e ocupação do solo urbano e toda a legislação de proteção do meio ambiente;

III - prova de publicação de súmula do pedido de Licença Prévia perante o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, em jornal de circulação regional e no Diário Oficial do Município, conforme modelo aprovado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº. 006, de 24 de janeiro de 1986.

Art. 23. A instalação de cemitério particular deverá obedecer o seguinte processamento:

I – apresentação de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, a ser elaborado por equipe multidisciplinar pelo Instituto Ambiental do Paraná, sem prejuízo das competências, de acordo com o que estabelece o art. 225, § 1º, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil e a Resolução do CONAMA nº. 001, de 23 de janeiro de 1986;

II – aprovação do Estudo de Impacto Ambiental – IAP, sem prejuízo das competências estabelecidas na Resolução do CONAMA nº. 237, de 19 de dezembro de 1997;

III – realização de consulta popular, mediante apresentação do Estudo Prévio do Impacto Ambiental em Audiência Pública, promovida pelo Instituto Ambiental do Paraná, nos termos da Resolução do CONAMA nº. 001, de 23 de janeiro de 1986;

IV – Parecer da Comissão do Plano Diretor.

Art. 24. O requerimento de licença para a instalação de cemitério particular, será instruído com:

I – documentos que comprovem o cumprimento do disposto nos artigos 22 e 23;

II - plano geral paisagístico;

III - plantas, cortes, elevações, perspectivas;

IV – memorial descritivo das construções civis;

V - esquema de tráfego urbano e interno.

Art. 25. Após o cumprimento do disposto nos artigos 22, 23 e 24 a entidade ou empresa interessada deverá apresentar o projeto definitivo e o estudo de viabilidade econômica.

§ 1º. O projeto definitivo compreenderá:

I - projeto arquitetônico;

II - projeto de drenagem;

III - cálculo estrutural;

IV - projeto de instalações hidráulicas e sanitárias;

V - projeto de instalações elétricas.

§ 2º. O projeto de viabilidade econômica conterá:

I - objetivos do empreendimento e identificação do empreendedor;

II - abordagem do mercado e sua perspectiva;

III - custo detalhado do empreendimento;

IV - cronograma físico-financeiro da implantação;

V - custo de funcionamento;

VI - perspectivas de receitas;

VII - taxa de retorno de rentabilidade.

§ 3º. Os órgãos municipais interessados, de forma fundamentada, poderão solicitar outras informações além das mencionadas nos parágrafos anteriores.

Art. 26. Aprovado o projeto definitivo, o mesmo deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal para emissão da licença de instalação, a qual abrangerá a construção de todas as obras necessárias à execução do empreendimento.

Art. 27. Depois de concluídas, vistoriadas e aprovadas as obras, a Prefeitura Municipal emitirá o respectivo alvará de funcionamento.

Art. 28. Os jazigos não poderão ser negociados antes da concessão da licença de instalação.

Art. 29. Não poderá ocorrer sepultamento antes da emissão do alvará de funcionamento.

Art. 30. As associações religiosas e entidades que obtiverem licença para a instalação de cemitérios particulares, ou aquelas incumbidas de administrá-los, poderão cobrar dos titulares de direitos sobre jazigos uma contribuição anual destinada à manutenção e conservação do cemitério.

CAPÍTULO II

DOS CEMITÉRIOS DO TIPO TRADICIONAL

Art. 31. Os jazigos deverão distar, no mínimo, 3m (três metros) das divisas do terreno do cemitério.

Art. 32. Os cemitérios serão divididos por ruas, formando quadras com a extensão máxima de 30m (trinta Metros), em qualquer de seus lados.

Parágrafo único. As ruas terão largura mínima de 3m (três metros) e serão ladeadas por calçadas de, no mínimo, 80 cm (oitenta centímetros).

I - O declive máximo tolerável para as ruas será de 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) para área destinada aos jazigos;

II - Deverá haver pelo menos uma rua principal, com largura mínima de 4m (quatro metros), ladeada por calçadas de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 33. As numerações dos jazigos, quadras e ruas obedecerão as seguintes regras:

I - os jazigos serão numerados com algarismos arábicos, em relação à quadra em que se acharem;

II - as quadras serão numeradas com algarismos romanos, em relação à rua em que estiverem;

III - as ruas serão numeradas com números escritos por extenso em letras maiúsculas.

§ 1º. Os números dos jazigos serão postos horizontalmente no meio da mureta, na parte correspondente aos pés, salvo se esta inexistir, hipótese em que serão colocados em pequenos postes com placas fornecidas pela administração do cemitério.

§ 2º. Os números das quadras e os das ruas serão colocados em postes com placas, nos ângulos formados pelas quadras ou pelas ruas.

Art. 34. A edificação dos jazigos obedecerá o seguintes:

I - os destinados ao sepultamento de adultos terão a profundidade mínima de 1,70m (um metro e setenta centímetros), o comprimento de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e a largura de 0,80cm (oitenta centímetros);

II - os destinados ao sepultamento de menores de 12 (doze) ano e maiores de 7 (sete) anos terão como medidas mínimas, o comprimento de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e a largura de 0,50cm (cinquenta centímetros);

III - os destinados ao sepultamento de menores de 7 (sete) anos terão como medidas mínimas, comprimento de 1,30m (um metro e trinta centímetros) e a largura de 0,40cm (quarenta centímetros).

Art. 35. Os carneiros serão feitos exclusivamente pela administração do cemitério, de acordo com o tipo aprovado pela Prefeitura Municipal, sempre garantindo a preservação da qualidade do solo e sub-solo, quanto à infiltração de resíduos.

Art. 36. Sobre a superfície dos jazigos onde houverem sido construídos carneiros poderão ser colocadas lápides ou erguidos monumentos comemorativos.

Art. 37. VETADO

I - VETADO

II - VETADO

III - VETADO

IV - VETADO

V - VETADO

Art. 38. Por ocasião das escavações, todas as medidas de precaução deverão ser tomadas, de modo a não prejudicar a estabilidade das construções circunvizinhas e dos arruamentos.

Parágrafo único. Pelos danos eventualmente ocasionados, em decorrência do descumprimento da norma constante deste artigo, responderão, solidariamente, o empreiteiro e o dono da obra.

Art. 39. Todo o material destinado à construção será depositado, em local próprio, pelos interessados.

Parágrafo único. O transporte do material será feito em padiolas, galeotas ou plataformas montadas sobre rodas de pneus.

Art. 40. As balastradas, grades, ou outras construções, não poderão ter altura superior a 0,60cm (sessenta centímetros) sobre o passeio ou terreno adjacente.

Parágrafo único. A norma constante deste artigo não se aplica às cruzes, colunas ou construções análogas, para as quais tolerar-se-á uma altura de até 1,20m (um metro vinte centímetros).

Art. 41. Não será permitido o emprego de madeira nas construções sobre jazigos.

Art. 42. Todo o terreno destinado à jazigo, não edificado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de constituição dos direitos, será guarnecido de uma mureta de alvenaria, rebocada de argamassa de cimento, ou de cantaria assentada com argamassa de cimento, obedecido os padrões fixados pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III

DOS CEMITÉRIOS DO TIPO PARQUE

Art. 43. A solicitação para a instalação de cemitérios tipo parque obedecerá, no que couber, às disposições referentes ao cemitério tradicional nesta Lei.

Parágrafo único. Os projetos, além dos demais requisitos, assegurarão a manutenção das características de parque de que se reveste este tipo de cemitério.

Art. 44. Nos cemitérios tipo parque, não se permitirá o levantamento de qualquer construção ou monumento nos jazigos.

Art. 45. A identificação de cada jazigo será feita, após o sepultamento, através de placa de mármore, ou outro material permanente, em que conste o número do jazigo e o nome da pessoa ou pessoas sepultadas.

CAPÍTULO IV

DOS CEMITÉRIOS DO TIPO VERTICAL

Art. 46. A solicitação para a instalação de cemitério tipo vertical obedecerá, no que couber, às disposições referentes aos cemitérios tipo tradicional, constantes desta Lei e das demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, em especial as que tratam do zoneamento, uso e ocupação de solo, e de posturas e edificações.

Art. 47. O projeto apresentado, na forma prescrita nesta Lei, oferecerá detalhamento que permita julgar as condições de localização, estética, segurança, saúde e higiene públicas, bem como as de acesso, trânsito e circulação internas.

Art. 48. Aplicam-se aos cemitérios tipo vertical as normas municipais que disciplinam as construções e edificações.

Art. 49. Nos cemitérios do tipo vertical, as vias de circulação, quer no mesmo nível, quer as que liguem níveis diferentes, sob a forma de escadas ou rampas, deverão ter largura mínima útil de 2m (dois metros).

Art. 50. Nas escadas circulares, deverá ficar assegurada uma faixa mínima útil de 2m (dois metros) de largura.

§ 1º. Os pisos dos degraus das escadas a que se refere este artigo terão profundidade mínima de 20 cm (vinte centímetros) e 40 cm (quarenta centímetros) dos bordos internos e externos, respectivamente.

§ 2º. O lance externo que se comunicar com a saída deverá estar sempre orientado na direção desta.

Art. 51. O número mínimo de elevadores, nos cemitérios do tipo vertical, será de 1 (um) para cada grupo de 1.000 (mil) jazigos, um dos quais com dimensões suficientes para o transporte do féretro.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

CAPÍTULO I

NORMAS GERAIS

Art. 52. Em cada cemitério, haverá um administrador responsável, indicado pela entidade ou empresa titular, a quem a autoridade municipal poderá dirigir-se, no exercício do seu poder de fiscalização, e intimar para as providências concernentes à regularidade dos serviços, segurança e conservação do cemitério.

Art. 53. Competirá ao Administrador, além das outras obrigações expressas nas normas reguladoras internas:

- I - fiscalizar o pessoal a serviço do cemitério;
- II - fiscalizar o pessoal incumbido das construções funerárias;
- III - manter a ordem e a regularidade nos serviços, cumprindo e fazendo cumprir as normas em vigor;
- IV - atender as requisições das autoridades públicas;
- V - enviar, diariamente, à Administração Funerária, relações dos sepultamentos, exumações e demais atividades ocorridas.

Art. 54. VETADO

CAPÍTULO II

DA ESCRITURAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 55. Além dos livros exigidos pela legislação fiscal e outros, cada cemitério terá obrigatoriamente:

- I - Livro de Registro de Sepultamento;
- II - Livro de Registro de Exumações;
- III - Livro de Registro de Ossários;
- IV - Livro de Registro dos Jazigos;
- V - Livros-Tombo;
- VI - Livro de Escrituração Contábil de Contribuições e Tarifas;
- VII - Talão de Recibos;
- VIII - Livro de Registro de Reclamações.

Art. 56. Todos os livros deverão ser aprovados pela Administração e por ela serão autenticados, mediante termo de abertura, rubrica e termo de encerramento.

Art. 57. A administração do cemitério será obrigada a manter os registros contábeis e de ocorrências nas melhores condições de segurança e conservação, encadernados e guardados em cofres que ofereçam os necessários requisitos de garantia, principalmente contra incêndio e furto.

Art. 58. No Livro de Registro de Jazigo serão anotadas todas as inumações ocorridas no dia, em ordem de hora, dia, mês e ano.

Parágrafo único. O registro conterá todas as indicações necessárias à identificação do jazigo em que tiver ocorrido a inumação.

I - o registro conterá os nomes e sobrenomes dos inumados, de acordo com a documentação apresentada para o sepultamento;

II - o registro indicará a documentação apresentada para o sepultamento.

Art. 59. No Livro de Registro de Exumação serão anotadas todas as exumações ocorridas no dia, em ordem de dia, mês e ano.

Parágrafo único. O registro das exumações obedecerá as mesmas normas constantes do art. 58.

Art. 60. No Livro de Registro de Ossário serão anotados todos os enterramentos de restos mortais ocorridos no dia, em ordem de hora, dia, mês e ano.

Art. 61. Os livros serão escritos por extenso, sem abreviações, nem algarismos, neles não devendo haver emendas, rasuras, borrões ou substituições de qualquer natureza.

Art. 62. Nos Livros-Tombo serão feitas, sucintamente, anotações dos registros lançados nos livros de sepultamentos, exumações, ossários e cremações, com indicação do número do livro e folhas.

Parágrafo único. Os Livros-Tombo serão escriturados por ordem de número dos jazigos, por ordem alfabética do nome do inumado ou exumado ou daquele cujos restos mortais foram depositados nos ossários.

Art. 63. No Livro de Registro de Jazigos indicar-se-á aqueles sobre os quais já se constituíram direitos, com o nome, qualificação e endereço do seu titular, bem como as transferências e alterações posteriores.

Art. 64. O Livro de Registro de Reclamações deverá ficar à disposição do público, em lugar visível, com indicação de sua existência, e servirá para anotação das deficiências, apontadas pelos usuários, na prestação dos serviços.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DOS CEMITÉRIOS

SEÇÃO I

NORMAS GERAIS

Art. 65. O administrador organizará o expediente do cemitério, de modo a manter atendimento ao público.

Parágrafo único. As capelas de velório, os sanitários públicos, o posto telefônico e a sala de primeiros socorros funcionarão durante todo o dia.

Art. 66. Não terão ingresso nos cemitérios os ébrios, os mercadores ambulantes e as crianças desacompanhadas.

Art. 67. A guarda dos cemitérios ficará a cargo de pessoal próprio ou especialmente contratado.

Projeto de Lei nº. 102/2007 – fls. 19

Art. 68. É expressamente proibido nos cemitérios:

I - praticar atos que, de qualquer modo, prejudiquem os túmulos, as canalizações, sarjetas e demais edificações ou construções;

II - obstruir ou sujar, de qualquer modo, as passagens, ruas, avenidas ou quaisquer vias de circulação;

III - afixar anúncios de qualquer espécie;

IV - VETADO

V- prejudicar, estragar ou sujar jazigos vizinhos;

VI - gravar inscrições ou epitáfios nos jazigos, sem autorização do Administrador.

Art. 69. É proibida a permanência de mercadores ambulantes à porta ou em frente dos cemitérios.

Art. 70. Os dizeres referentes à identificação dos túmulos serão expressos em língua portuguesa.

SEÇÃO II

DAS INUMAÇÕES

Art. 71. Nenhum sepultamento será feito sem que se apresente a certidão de óbito ou documento legal que a substitua.

Art. 72. VETADO

§ 1º. VETADO

§ 2º. VETADO

Art. 73. O Administrador fará ciente a autoridade policial competente sempre que, por qualquer motivo, suspeitar da prática de crime.

Art. 74. Tratando-se de inumação de cadáveres trazidos de fora do Município, exigir-se-á atestado da autoridade competente do local em que ocorreu o óbito, declaração constatando a identidade do morto e citando a “causa-mortis”.

Art. 75. As inumações não poderão ser realizadas antes de decorridas 12 (doze) horas do momento do falecimento, salvo:

I - se a causa da morte for atribuída a moléstia contagiosa ou epidêmica;

II - se o cadáver apresentar sinais inequívocos de princípio de putrefação.

Parágrafo único. Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, no cemitério, decorridas 36 (trinta e seis) horas do momento do falecimento, salvo se o corpo estiver embalsamado ou se houver expressa determinação da autoridade judicial, policial ou de saúde pública competente.

Art. 76. Cada cadáver sempre será sepultado em caixão próprio.

Art. 77. Em cada jazigo só se inumará um cadáver de cada vez, salvo o do recém-nascido com o de sua mãe.

SEÇÃO III

DAS EXUMAÇÕES

Art. 78. A exumação poderá ser realizada:

I - se requisitada, por escrito, pela autoridade competente;

II - depois de decorridos 5 (cinco) anos da data da inumação, desde que:

a) se trate de cadáver sepultado como indigente;

b) se trate de cadáver inumado em jazigo arrendado, não renovado o arrendamento ou terminado o prazo deste;

c) a requerimento de pessoa habilitada, em se tratando de cadáveres inumados em jazigo perpétuo;

d) através de requerimento de membro da família desde que com destino comprovado.

Art. 79. A exumação, nas condições previstas na alínea “c” do inciso II do art. 78, será requerida, por escrito, à administração do cemitério, cumprindo ao interessado provar:

I - qualidade que o autorize a requerer;

II - a razão do requerimento;

III - causa da morte;

IV – VETADO.

V - consentimento da autoridade consular competente, se os restos exumados se destinarem à transladação para outro país.

Art. 80. A exumação, nas condições previstas na alínea “b”, do inciso II do art. 81, será feita pela administração do cemitério se, decorridos 30 (trinta) dias do prazo de extinção do arrendamento, não a tiver requerido o arrendatário ou o interessado.

Art. 81. Quando a exumação for feita para transladação de cadáver com destino a outro cemitério, o interessado deverá apresentar, previamente, recipiente para a remoção.

Art. 82. O Administrador do cemitério assistirá à exumação, para verificar o cumprimento das normas constantes desta Lei.

Art. 83. A requerimento do interessado, o administrador do cemitério fornecerá certidão da exumação.

Art. 84. As requisições de exumações determinadas no interesse da justiça serão dirigidas ao Administrador do cemitério.

§ 1º. Cumprirá ao Administrador providenciar a indicação do jazigo, a respectiva abertura, o transporte do cadáver para o local da necropsia e o novo sepultamento, uma vez terminadas as diligências.

§ 2º. Todos os atos enumerados no § 1º serão realizados na presença da autoridade que houver determinado a exumação.

§ 3º. Se a exumação requisitada houver sido determinada a requerimento de parte, deverá esta pagar todas as despesas dela decorrentes.

Art. 85. Com exceção das requisitadas no interesse da justiça, nenhuma exumação será feita em tempo de epidemia.

Art. 86. Nos terrenos em que foram realizadas exumações, poderão ser feitos novos sepultamentos.

Art. 87. A exumação, pelo decurso do prazo, dos restos mortais de pessoa falecida de moléstia contagiosa, deverá ser previamente, autorizada pela Autarquia Administradora.

SEÇÃO IV

DOS RESTOS MORTAIS

Art. 88. Os restos mortais resultantes de exumação definitiva deverão ser depositados em ossários situados em local próprio dos cemitérios.

Parágrafo único. Igual destino terão os restos mortais retirados dos jazigos consideradas sem conservação.

Art. 89. A requerimento do interessado, os restos mortais poderão ser depositados em nichos perpétuos, para este fim existentes nos cemitérios.

CAPÍTULO IV

DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 90. Os serviços de embelezamento de jazigos, bem como a construção de mausoléus, jazigos, ornamentos fixos ou obras de arte sobre a pedra tumular, só poderão ser executados, ouvida a administração do cemitério, por profissionais habilitados.

Art. 91. A administração do cemitério que constatar a existência de jazigo que não atende aos preceitos de decência, segurança e salubridade, fará comunicação à Prefeitura Municipal, que procederá a vistoria sobre o estado da construção.

§ 1º. Feita a vistoria e constatada a infração, a administração do cemitério notificará, imediatamente, o titular de direitos sobre o jazigo para, no prazo assinalado no laudo de vistoria, executar as obras necessárias.

I - a notificação far-se-á mediante registro postal e será remetida ao titular dos direitos sobre o jazigo, cujo nome e endereço constem dos registros existentes no cemitério;

II - não encontrado o destinatário, ou não sendo possível localizar-se o titular nos registros, a notificação far-se-á por editais, publicados no Órgão Oficial do Município em jornal de grande circulação, afixando-se cópia em lugar apropriado do cemitério;

III - não havendo indicação de titular vivo, proceder-se-á à notificação, na forma do inciso anterior, dos eventuais herdeiros ou sucessores do último sepultado;

IV - os interessados comunicarão à administração do cemitério qualquer alteração ocorrida na titularidade de direitos sobre os jazigos, atualizando, inclusive, os respectivos endereços, sob pena de valer a notificação efetuada na forma dos incisos anteriores.

§ 2º. Decorrido o prazo previsto na notificação, sem que sejam executadas as obras indicadas, no laudo de vistoria, a administração do cemitério comunicará à Prefeitura Municipal que o jazigo se encontra sem conservação.

I - desatendida a notificação, sem prejuízo de se continuar a considerar o jazigo, para os efeitos dos incisos seguintes, sem conservação, deverá a administração do cemitério, quando imprescindível à preservação da decadência ou nos casos de perigo iminente para a segurança e a saúde públicas, realizar obras provisórias, mesmo em desacordo com o plano artístico ou arquitetônico da construção funerária, cobrando-as, posteriormente do titular de direitos sobre o jazigo;

II - anualmente, a administração do cemitério enviará à Administração da ACESC relações dos jazigos sem conservação, afixando cópia em lugar apropriado no cemitério;

III - cada 2 (dois) anos, além das providências previstas no inciso anterior, deverá a administração do cemitério fazer publicar, no Órgão Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação, a relação dos jazigos sem conservação.

IV - Permanecendo um jazigo sem conservação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a administração do cemitério comunicará o fato à Administradora, que declarará a caducidade dos direitos ao jazigo.

Art. 92. Declarada a caducidade ou cancelamento dos direitos ao jazigo, a administração do cemitério, se não o fizerem os interessados, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá, em prazo igual e sucessivo, retirar os materiais do jazigo e os restos mortais nela existentes, depositando-os no ossário público, podendo, após, constituírem-se novos direitos sobre o jazigo.

TÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 93. A fiscalização dos cemitérios será exercida pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Competirá ao Poder Público Municipal:

I - fiscalizar os cemitérios particulares, zelando pela observância das normas legais e regulamentares sobre a matéria.

II - examinar e impugnar ou propor ao Prefeito Municipal a fixação da quota de manutenção e tarifas;

III - opinar, prévia e necessariamente, em todo o pedido de permissão, interdição e cassação de funcionamento de cemitério particular;

IV - propor medidas tendentes ao melhoramento dos serviços funerários e à administração dos cemitérios;

V - acompanhar as relações entre a administração dos cemitérios particulares e os titulares de direitos sobre os jazigos;

VI - aplicar sanções.

CAPÍTULO I

DOS PREÇOS E TARIFAS

Art. 94. Os preços e tarifas serão estabelecidos visando à prestação de um serviço adequado, considerados os interesses dos titulares de direitos sobre os jazigos e dos usuários, à justa remuneração do investimento e às necessidades de manutenção, melhoramento e expansão do serviço.

Parágrafo único. A fiscalização da cobrança das tarifas será feita pela Prefeitura Municipal, ou por comissões especiais por ela constituídas e a ela subordinadas, assegurados, em qualquer caso, amplos poderes de exame e investigação e a publicidade dos trabalhos, por meio de relatórios anuais, com a demonstração dos cálculos das tarifas em vigor.

Art. 95. As tarifas referentes aos serviços funerários compulsórios, como tais definidos nesta Lei, prestado por cemitério público, será fixada pela Autarquia Municipal, de acordo com o disposto do artigo anterior.

Art. 96. A administração de cada cemitério submeterá à Prefeitura Municipal, para aprovação, a sua tabela de preços.

Art. 97. As tabelas de preços de cemitérios particulares, no que contemplem serviços funerários compulsórios definidos nesta Lei, deverão ser submetidas à Prefeitura Municipal para aprovação, segundo critérios gerais devidamente fundamentados que levem em conta os custos envolvidos.

Parágrafo único: A tabela de preços deverá ser fixada no cemitério, em local visível ao público.

Art. 98. Será vedado às entidades ou empresas titulares dos cemitérios particulares exigir que os serviços funerários não concernentes diretamente à inumação ou à exumação sejam prestados por si ou por empresas por ela determinadas.

Art. 99. Para os efeitos desta Lei, consideram-se serviços funerários compulsórios:

I - transporte do corpo, dentro do cemitério;

II - inumação;

III – exumação;

IV - enterramento em ossários;

V - depósito temporário de ossos;

VI - abertura e fechamento de jazigos e ossário

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE TANATOPRAXIA

Art. 100. O Serviço de tanatopraxia será realizado preferencialmente por empresa pública.

Art. 101. Quando da prestação de serviços de tanatopraxia no âmbito do Município de Cascavel por empresa privada, a mesma deverá estar credenciada junto à Administração de Cemitérios e somente poderá prestar o serviço caso esteja devidamente regulamentado com a legislação pertinente.

Art. 102. Ficam obrigadas tais empresas a prestarem o serviço gratuito de tanatopraxia aos corpos que do serviço necessitarem e estiverem enquadrados na isenção do sepultamento conforme critérios definidos na presente legislação e demais normas pertinentes.

Art. 103. VETADO.

Art. 104. VETADO.

Parágrafo Único: Quando do serviço de tanatopraxia, a ACESC ressarcirá a empresa prestadora do serviço em 5% (Cinco por cento) do valor convencionado no presente artigo, ficando o Ônus dos encaminhamentos advocatícios para tal recebimento na competência da empresa prestadora do serviço.

CAPÍTULO III

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 105. O recolhimento das taxas de fiscalização aos cofres do Município será feito de acordo com os critérios instituídos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 106. A infração das normas legais e regulamentares sujeitará os cemitérios à suspensão temporária de atividades, interdição e cassação do alvará de funcionamento.

§1º. A entidade titular do cemitério será notificada para sanar a irregularidade constatada, ou apresentar defesa, no prazo de 90 (noventa) dias.

§2º. Não sanada a irregularidade no prazo fixado no parágrafo anterior ou não aceita a defesa, será aplicada à infratora a pena de suspensão temporária de atividades pelo prazo de 15 (quinze) dias.

§3º. Em persistindo a irregularidade após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias será aplicada a pena de interdição por 60 (sessenta) dias.

§4º. Passados os 60 (sessenta) dias de interdição, no caso de persistência da irregularidade, será cassado o alvará de funcionamento, continuando ainda em caso de cemitério particular toda responsabilidade sobre as obrigações relativas aos compromissos estabelecidos na presente legislação.

Art. 107. Será interditado, temporariamente, o cemitério cujo terreno alcançar o limite de saturação de matérias orgânicas.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, não poderão ser feitas inumações ou exumações, senão depois de decorrido o prazo julgado necessário à cessação da causa determinante da interdição, salvo, quanto às exumações necessárias aos interesses da justiça.

Art. 108. A suspensão provisória, ou a interdição do cemitério, não exime os titulares de direitos sobre os jazigos, se sua conservação e manutenção.

Art. 109. O Município mandará conservar e zelar, quando em abandono, os jazigos em que repousem os despojos de pessoas que lhe prestaram relevantes serviços, providenciando para que sempre possam ser lidos, nas lápides, seus nomes e títulos, datas de nascimento e falecimento.

Art. 110. O Chefe do Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei em até 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 111. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 2 de agosto de 2007.

Lísias de Araujo Tomé

Prefeito Municipal

Anexo II

RESOLUÇÃO CFM Nº 1.805/2006 (Publicada no D.O.U., 28 nov. 2006, Seção I, pg. 169)

Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal.

O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO que os Conselhos de Medicina são ao mesmo tempo julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente;

CONSIDERANDO o art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, que elegeu o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o art. 5º, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”;

CONSIDERANDO que cabe ao médico zelar pelo bem-estar dos pacientes;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Resolução CFM nº 1.493, de 20.5.98, determina ao diretor clínico adotar as providências cabíveis para que todo paciente hospitalizado tenha o seu médico assistente responsável, desde a internação até a alta;

CONSIDERANDO que incumbe ao médico diagnosticar o doente como portador de enfermidade em fase terminal;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em reunião plenária de 9/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º É permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.

§ 1º O médico tem a obrigação de esclarecer ao doente ou a seu representante legal as modalidades terapêuticas adequadas para cada situação.

§ 2º A decisão referida na *caput* deve ser fundamentada e registrada no prontuário.

§ 3º É assegurado ao doente ou a seu representante legal o direito de solicitar uma segunda opinião médica.

Art. 2º O doente continuará a receber todos os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurada a assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, inclusive assegurando-lhe o direito da alta hospitalar.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 2006

EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE -== Presidente

Anexo III

Parecer do CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA sobre Morte Encefálica

Processo-consulta CFM nº [REDACTED]

INTERESSADO: Hospital [REDACTED]

ASSUNTO: Morte encefálica – aspectos legais desligar os aparelhos

RELATOR: [REDACTED]

EMENDA: Os critérios para verificação de morte encefálica não se aplicam apenas às situações de transplantes de órgãos. Os médicos devem comunicar aos familiares a ocorrência e o significado da morte encefálica antes da suspensão da terapêutica.

CONSULTA

Em 13/11/97, o hospital X protocolou junto a este Conselho Federal a seguinte Consulta:

“Frente à resolução do Conselho Federal de Medicina nº1.480 de 1997, que normatiza e define critérios de morte encefálica em pacientes nas suas diversas faixas etárias, as unidades de tratamento intensivo (UTIs) Adulto Pediátrica e Neonatal do Hospital X, abaixo representadas por suas chefias, assim como o Comitê de Bioética deste Hospital vêm solicitar o Vosso posicionamento no que se refere a:

a – esta resolução refere-se à constatação de morte apenas para fins de transplante ou aplica-se a qualquer paciente internado em UTI, mesmo àqueles que não candidatos a doação de órgãos para transplante?

b – Aplicando os critérios estabelecidos por esta resolução, constatando-se a morte encefálica de um paciente não candidato à doação de órgãos, os médicos, dentro dos aspectos legais, PODEM (estão amparados legalmente para) suspender a terapêutica de suporte (ventilação mecânica, vasopressores, etc.)? Neste caso, precisam da concordância da família?

c- Dentro dos aspectos legais, morais e éticos, após constatada a morte encefálica, obedecendo os critérios estabelecidos por esta resolução, os médicos DEVEM suspender toda terapêutica de suporte (ventilação mecânica, vasopressores, etc.)? Se devem, como se conduzir se a família não concordar?”

PARECER

A constatação da morte encefálica nos termos da Resolução CFM N.º 1.480/97 tem a sua maior motivação e aplicabilidade nos casos de transplante de órgãos, em vista da necessidade de retirada dos mesmos antes que se instale a degradação hemodinâmica que venha a comprometer o seu aproveitamento.

No entanto, conforme se depreende da leitura dos seus considerandos, outras situações além dos transplantes estão contempladas.

Assim, por exemplo, o descompasso entre a oferta e a demanda de leitos de terapia intensiva gera situações em que mesmo sem a perspectiva de transplante, a verificação de morte encefálica em um paciente permitirá a utilização daquele leito de UTI por outro paciente ainda viável quanto à sobrevivência.

Igual preocupação também se aplica ao prolongamento da dor que se impõem aos familiares dos pacientes em morte encefálica, submetidos a uma espera infrutífera que tem apenas um inexorável desfecho: a parada cardíaca.

Nesses casos, indaga-se: têm os médicos o poder/dever de suspender a terapêutica de suporte? Necessitam de concordância da família? E se a família não concorda?

Sobre o tema, existe manifestação deste Conselho Federal, no Parecer nº27/90, da lavra do Cons. Luis Carlos Sobânia, abaixo transcrito em parte:

“Quando um paciente for considerado em “Morte Encefálica”, portanto considerado em óbito, o médico responsável pelo paciente, antes da suspensão dos meios artificiais de sustentação de funções vegetativas, deverá comunicar o fato à família, para que a mesma possa Ter tempo até de questionar o diagnóstico, pois essa prática ainda não entrou claramente na cultura do povo, e possa até solicitar outro profissional para confirmar o diagnóstico...”

Pensamos ser esta a conduta acertada frente a estas situações: explicar a família a ocorrência e o significado da morte encefálica e a total impotência da medicina em reverter tal condição. A partir de então, prolongar os cuidados passa a configurar injustificável obstinação terapêutica, sem qualquer benefício para o “paciente” ou sua família.

Fica ainda uma questão: se a família recusar-se a aceitar a interrupção dos cuidados, ainda que tal posição tenha sido referendada pelo médico de sua confiança, têm os médicos assistentes o poder de interrompê-lo? Pensamos que sim, pois a verificação da morte por quaisquer critérios é um ato de competência do médico. No entanto, deverão Ter os médicos a sensibilidade para que este seu poder não venha a constituir-se em uma causa adicional de dor àqueles que já passam pelo sofrimento da perda de um ente querido e que devem encontrar no médico uma mensagem de alívio e solidariedade.

É o parecer, SMJ.

Brasília, 2 de março de 1998.

NEI MOREIRA DA SILVA
Conselheiro Relator

Parecer aprovado em Sessão
Plenária do dia 17/06/98

Anexo IV

**Modelo da Carta-convite, questionário e termo de aceitação**

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Mestrado em Educação

Canoas, 01 de dezembro de 2008

Caro professor.

As intensas modificações sociais e culturais em ocorrência na contemporaneidade, ao incidirem sobre toda a sociedade, produzem efeitos que alteram nosso comportamento frente aos eventos do cotidiano, entre eles, a morte e o morrer.

Utilizando esse pensamento como fio condutor de uma pesquisa, iniciei um trabalho que procura por uma articulação entre Educação e Medicina, usando um ferramental teórico que se situa no registro dos Estudos Culturais, com o título provisório:

Morte, cultura e sociedade: a ausência da morte na educação

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Veiga-Neto

Mesmo tratando-se de uma temática técnico-científica, mantereí sempre um olhar humanista que acredita na possibilidade de uma vida humana mais qualificada – tarefa comum a médicos e educadores.

A presente carta é um convite à sua participação pelo preenchimento do questionário anexo.

Com meus agradecimentos,

José Índio Alves

Pesquisa sobre o tema: **Morte, cultura e sociedade: a ausência da morte na educação.**

Mestrando: José Índio Alves

Orientador: Alfredo Veiga-Neto

Questionário

1. No currículo atual de sua escola, há um espaço dedicado ao tema da morte e do morrer?
Sim ☐ Não ☐
2. O professor pensa que tal tema deva constar da lista de conhecimentos a serem debatidos na Escola? ☐ Sim ☐ Não
3. Caso negativo, especifique:
 - ☐ Seria problemático tratar de um assunto que possa causar algum desconforto emocional nos alunos, pais e/ou professores.
 - ☐ Seria difícil trabalhar um tema que pode gerar polêmicas religiosas.
 - ☐ Não me sinto preparado(a) para essa tarefa.
 - ☐ Apenas não gosto da idéia / Tenho outra(s) razão(ões) para não querer.

Importante:

No caso do professor desejar identificar-se, solicito a gentileza da leitura e aceitação do termo abaixo. Afirmando que os dados de identificação do professor e da escola não serão publicados.

Termo de Aceitação

Declaro que aceitei participar da pesquisa “A dimensão pedagógica da morte na contemporaneidade” como parte do trabalho científico do mestrando José Índio Alves, expressando apenas a minha opinião pessoal, sem que tal posição reflita o pensamento do Corpo Docente, da Direção ou da Orientação Pedagógica da instituição, não estando portanto, relacionada a qualquer entidade civil ou religiosa.

Mantenho a convicção de que se trata de uma colaboração espontânea e que visa exclusivamente à produção de conhecimento científico, algo que poderá refletir-se na qualificação do ensino e por extensão, da sociedade.

Nome: _____

Escola: _____

Assinatura

Anexo V

Modelo de Formulário para certificação de falecimento (Atestado de óbito)

Reprodução não autorizada pela autoridade médica. Há um modelo disponível na Internet em:
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/declaracao_obitos%20.pdf.

Anexo VI

Lista das Figuras

1. Foto superior da capa



Fonte:

[HTTP://images.google.com.br/imgres?imgur1=http://maquinazero.files.wordpress.com/2007/06/01 cemiterio usa normandi.jpg](http://images.google.com.br/imgres?imgur1=http://maquinazero.files.wordpress.com/2007/06/01_cemiterio_usa_normandi.jpg)

2. Tres fotos inferiores da capa



Fonte: <http://curiosidadesnanet.wordpress.com/2008/07/23/tumulos-incomuns/>

3. Imagem Capa do Capítulo I: **ABRINDO TÚMULOS:**

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CAGrave.jpg>



4. Figura 01 – Menires em Carnac



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rochas_de_Carnac

5. Figura 02 – Kerkado.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rochas_de_Carnac

6. Figura 03 – Hercules retira Alceste da morte



Fonte: Ménard, René. *Mitologia Greco-Romana*. São Paulo: Opus, 1997, p.117.

7. Figura 04 - Banquete e danças fúnebres em pintura antiga perto de Corneto



Fonte: Ménard, René. *Mitologia Greco-Romana*. São Paulo: Opus, 1997, p.120.

8. Figura 05 - Barqueiro Caronte

Fonte: Ménard, René. *Mitologia Greco-romana*, vol.I. 1997,



p.129.

9. Figura 06 - Tanatos

Fonte: Ménard, René. *Mitologia Greco-romana*, vol.I. 1997, p.110.

10. Figura 07 – Necrópole etrusca em Perúgia, Itália.

Fonte: José Indio Alves – 1995. Acervo pessoal.



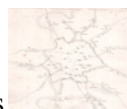
11. Figura 08 - Cemitério construído no adro do templo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociologia>



12. Figura 09 – Mapa dos cemitérios romanos

Fonte: Vives, José. *La tumba de San Pedro*. 1954. Anexo 1.



13. Figura da Capa do Capítulo II: **MORTE, CULTURA E SOCIEDADE**

Fonte: Imagem recebida por mensagem eletrônica. Fonte não identificada.



14. Figura 10 - Cópia de um pacote de serviços funerários

Fonte: Site da Empresa Funerária xxx.

15. Figura 11 – Título e resumo de reportagem.

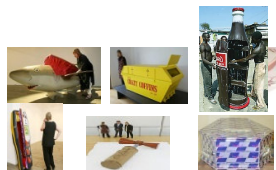
Fonte: Revista Veja Nº 1976, Outubro de 2006.

16. Figura 12 – Urna estilo Coca-cola

Fonte: Revista Veja Nº 1976, Outubro de 2006.

17. Figura 13 – Urnas funerárias especiais

Fonte: Revista Veja Nº 1976, Outubro.06.



18. Figura 14 – Carros fúnebres de luxo

Fonte: As duas fotos superiores e a inferior esquerda são do



Museu da Ulbra. A inferior direita: www.webmotors.com.br/webmotors/ssRevista/_fot...



19. Figura 15 – Túmulo estilo Central de Chope.

Fonte: <http://curiosidadesnanet.wordpress.com/2008/07/23/tumulos-incomuns/>



20. Figura 16 – Preparação de uma tumba cigana.

Fonte: <http://fotografosemcena.blogspot.com/2007/09/enterro-de-cigano-mole.html>

:



21. Figura 17 – Túmulo especial

Fonte: <http://curiosidadesnanet.wordpress.com/2008/07/23/tumulos-incomuns/>

22. Figura 18 – Outros túmulos especiais

Fonte: <http://curiosidadesnanet.wordpress.com/2008/07/23/tumulos-incomuns/>



23. Figura 19 – Cemitério virtual

Fonte: <http://pt.campavirtual.co>



24. Figura 20 – Fogete Falcon

Fonte: www.semrumo.com.br/.../blogs/semrumo/falcon1.jpg





25. Figura 21 – A ressurreição do Super-Homem

Fonte: Carvalho Junior, Dario. *A morte do herói. Introdução ao estudo sobre a morte nas Histórias em Quadrinhos*. Univ. Est. Campinas. Dissertação de Mestrado. P.54.



26. Figura 22 – Cão labrador clonado.

Fonte: <http://jovempan.uol.com.br/blogs/animaiseci>

27. Figura de Capa do Capítulo III: **MORTE, BIOPODER E BIOPOLITICA**

Fonte: <http://www.ricci-arte.biz/pt/Rembrandt.htm>



28. Figura 23 – Lápide de Numa Pompílio

Fonte: Vives, José. *La tumba de San Pedro*. 1954. Anexo 1.



29. Figura da Capa do Capítulo IV: **A NOVA DISTRIBUIÇÃO D MORTE**

Fonte: Fonte: Revista Veja Nº 1976, Outubro de 2006.

30. Figura 24 – Mierevelt, J. Van - *Lição de anatomia do Dr. Van der Meer*. Oleo sobre tela. 1617, Museu de Delft.

Fonte: <http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/pinturas.html>



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)